Relatórios Econômicos OCDE

Brasil

Fevereiro 2018

RESUMO

www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm

OECD
BETTER POLICIES FOR BETTER LIVES

Este relatório é extraído da publicação Relatórios Econômicos da OCDE: Brasil 2018. O relatório foi debatido pelo Comité de Revisão Económica e de Desenvolvimento da OCDE em 13 de Novembro 2017. O relatório é publicado sob a responsabilidade do Secretário Geral da OCDE.

Este documento e qualquer mapa aqui incluído foi elaborado sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome do território, cidade ou área.

Os dados estatísticos para Israel são fornecidos por e sob a responsabilidade das autoridades israelitas. O uso desses dados pela OCDE é feito sem prejuízo dos Montes de Golã, Jerusalém Oriental e dos colonatos israelitas na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

Relatórios Econômicos OCDE: Brasil © OECD 2018

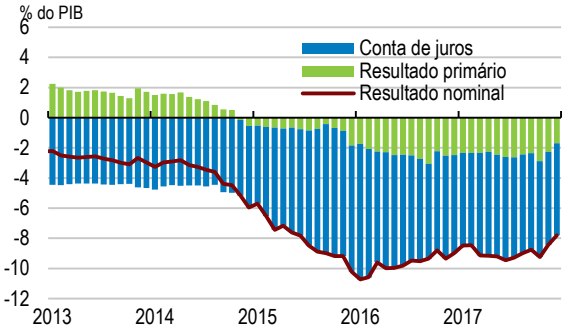
O conteúdo da OCDE pode ser copiado, baixado ou imprimido para uso pessoal. Partes do conteúdo das publicações da OCDE, bases de dados e produtos multimédia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da OCDE como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com , ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@cfcopies.com.

Resumo executivo

- *Promover o crescimento inclusivo com mais reformas significativas*
- *Mais investimento e produtividade são fundamentais para o crescimento futuro*
- *O Brasil pode se beneficiar de maior integração global e regional*

Sustentabilidade do crescimento inclusivo exige amplas reformas

Os resultados fiscais deterioram-se fortemente



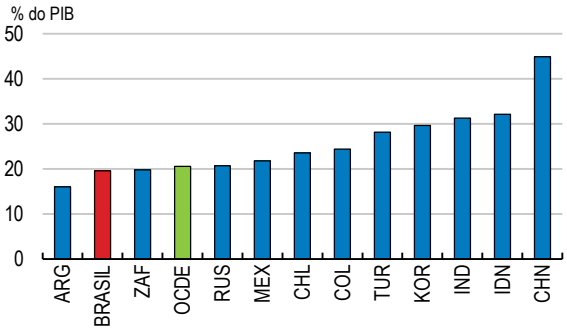
Fonte: Banco Central do Brasil.

Stat Link http://dx.doi.org/10.1787/888933655130

Nas últimas duas décadas, um forte crescimento combinado com admirável progresso social fez do Brasil umas das principais economias do mundo, apesar da longa recessão que começou em 2014 e da qual a economia está agora lentamente se recuperando. No entanto, a desigualdade permanece alta e as contas públicas deterioraram-se substancialmente, exigindo amplas reformas para manter o progresso do crescimento inclusivo. Melhor direcionamento dos gastos sociais para os pobres reduziria a desigualdade e garantiria a sustentabilidade da dívida pública ao mesmo tempo. Isso exigirá escolhas políticas difíceis, principalmente em relação à previdência social e às transferências sociais. A redução das transferências econômicas para o setor corporativo, juntamente com avaliações mais sistemáticas dos programas de gastos públicos, reforçará o crescimento, aperfeiçoará a governança econômica e limitará o escopo futuro do frentismo e dos subornos políticos. A luta contra a corrupção exigirá a continuidade das reformas para aperfeiçoar a prestação de contas.

Mais investimento e produtividade são fundamentais para o crescimento futuro

O investimento está baixo na comparação internacional,
2010-2016



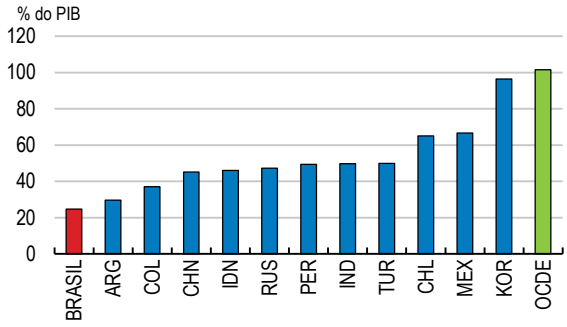
Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial.

Stat Link http://dx.doi.org/10.1787/888933655149

O crescimento, sustentado pela força de trabalho crescente ao longo de muitos anos, diminuirá seu ritmo devido ao envelhecimento rápido da população. Para manter o potencial de crescimento da economia, é preciso mais investimento, o que pode elevar a produtividade e, ao mesmo tempo, o escopo de futuros aumentos de salário. No passado, os gastos públicos deslocaram o investimento privado, e a ausência de mercados financeiros privados bem desenvolvidos, com prazos de pagamento mais longos, prejudicou o fluxo de poupança para projetos mais eficientes, incluindo a infraestrutura. Simplificar os impostos, reduzir os custos administrativos e agilizar a emissão de licenças aumentaria o retorno do investimento. Uma concorrência mais forte permitiria aos empreendimentos de alto desempenho prosperarem e aumentaria as oportunidades de investimento.

O Brasil pode se beneficiar de maior integração global e regional

A integração no comércio mundial e fraca
Importações e exportações, média 2010-2016



Fonte: Banco de dados Perspetivas Econômicas da OCDE

Stat Link http://dx.doi.org/10.1787/888933655168

A integração com a economia global é baixa, pois as barreiras comerciais isolam as empresas das oportunidades globais e da competição internacional. As exportações e o crescimento poderiam ser maiores se as empresas obtivessem os melhores insumos e bens de capital no mercado internacional. A maior exposição ao comércio também levará ao aumento da produtividade, na medida em que sua eficiência aumentar e novas oportunidades de exportação forem aproveitadas. Isso criaria novos empregos, especialmente para trabalhadores de baixa renda e pouca capacitação, fazendo com que o crescimento seja mais inclusivo. Os consumidores também se beneficiariam de preços mais competitivos, com efeitos particularmente visíveis para as famílias de baixa renda. Maior integração com a economia global ajudaria as empresas e indústrias mais produtivas a obter êxito, embora, em alguns setores, a produção possa cair. Políticas bem elaboradas que protejam os trabalhadores, combinando capacitação e proteção à renda, podem isolar pessoas pobres e vulneráveis dos efeitos do ajuste, assegurando crescimento inclusivo.

PRINCIPAIS QUESTÕES	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
Aperfeiçoar as políticas macroeconômicas e governança econômica	
Os resultados orçamentais deterioraram-se substancialmente desde 2014, refletindo principalmente os aumentos nos gastos. Um excedente primário de cerca de 2% do PIB é necessário para estabilizar a dívida pública no médio prazo.	Implementar o ajuste fiscal planejado por meio de cortes permanentes nos gastos. Aumentar gradualmente a idade de aposentadoria. Indexar as aposentadorias aos preços ao consumidor, não ao salário mínimo.
As transferências sociais aumentaram os gastos, mas só algumas delas chegaram até os pobres.	Desvincular os pisos dos benefícios do salário mínimo. Deslocar mais recursos para as transferências que chegam aos pobres, incluindo o Bolsa Família.
O Banco Central tem conduzido a política monetária de forma independente, mas a formalização dessa independência tornaria a política monetária mais eficaz.	Restringir a exoneração do presidente do Banco Central a casos de grave improbidade para eliminar influência política nas futuras decisões sobre política monetária. Preservar a autonomia orçamentária do Banco Central.
As políticas de apoio à indústria geraram rendas substanciais sem efeitos sobre o investimento ou a produtividade.	Diminuir as políticas de apoio industrial voltadas a setores e localidades específicas, inclusive incentivos fiscais. Avaliar os programas existentes.
A governabilidade exigiu muitos gastos ineficientes, sem auditorias sistemáticas, e reduziu a eficácia do setor público. Isto tem sido um obstáculo crucial para passar as reformas.	Restringir as indicações políticas, principalmente nas empresas estatais. Reforçar incentivos ao desempenho nas empresas públicas. Fazer auditorias mais sistemáticas em todas as despesas, inclusive as emendas parlamentares.
Os contratos públicos têm estado sujeitos a corrupção em larga escala.	Revisar as leis de contratação pública. Utilizar mais órgãos de compra centralizados. Reforçar os procedimentos de denúncia e leniência.
Aumentar o investimento	
Um ambiente de negócios difícil - com altos custos de conformidade fiscal, altos custos de capital e altos custos administrativos - limita o retorno dos investimentos, enquanto uma concorrência fraca contribui para a má alocação dos recursos.	Consolidar os impostos estaduais e federais sobre o consumo em um único imposto sobre valor agregado com uma base ampla, reembolsos completos para o IVA pago nos insumos e taxa zero para as exportações. Reduzir as barreiras à entrada provenientes de procedimentos administrativos.
O crédito de longo prazo tem estado sob o domínio do BNDES, o que cria um campo de atuação desigual e pode prejudicar o desenvolvimento do financiamento para o investimento privado. A recente decisão de descontinuar gradualmente os subsídios nas operações de empréstimo do BNDES permitirão redefinir o seu papel.	Concentrar as atividades de empréstimo do BNDES em nichos onde o setor privado tem dificuldade de operar, inclusive no financiamento de pequenas start-ups e em projetos de inovação. Usar o BNDES mais para organizar empréstimos sindicados entre consórcios de bancos para o setor de infraestrutura e para liderar a criação de instrumentos financeiros estruturados.
A precária preparação e estruturação de projetos tem freado a participação privada no financiamento da infraestrutura. As concessões não podem ser utilizadas em projetos onde as taxas de usuário não são aplicáveis.	Fornecer mais treinamento aos servidores públicos envolvidos no planejamento e na estruturação de projetos de infraestrutura. Fazer um uso mais amplo da capacidade técnica do BNDES para dar assistência às entidades públicas na estruturação de projetos, especialmente governos subnacionais. Fazer um uso mais amplo das parcerias público-privadas mas garantir que todos os passivos, presentes e futuros, sejam levados em consideração de modo transparente.
Fomentar a integração na economia mundial	
Elevadas barreiras ao comércio internacional reduzem os benefícios da integração à economia global.	Reduzir as tarifas e diminuir as exigências de conteúdo nacional.
Maior integração na economia global realocará alguns empregos entre empresas e setores.	Reforçar a capacitação e os programas de assistência à procura por emprego para os trabalhadores afetados.
Fortalecer o crescimento verde	
O desmatamento diminuiu até 2014 mas aumentou novamente a partir desse ano.	Garantir a continuidade do declínio do desmatamento, inclusive por meio da aplicação rígida das leis e da manutenção do status de áreas atualmente sob proteção ambiental.

Avaliação e recomendações

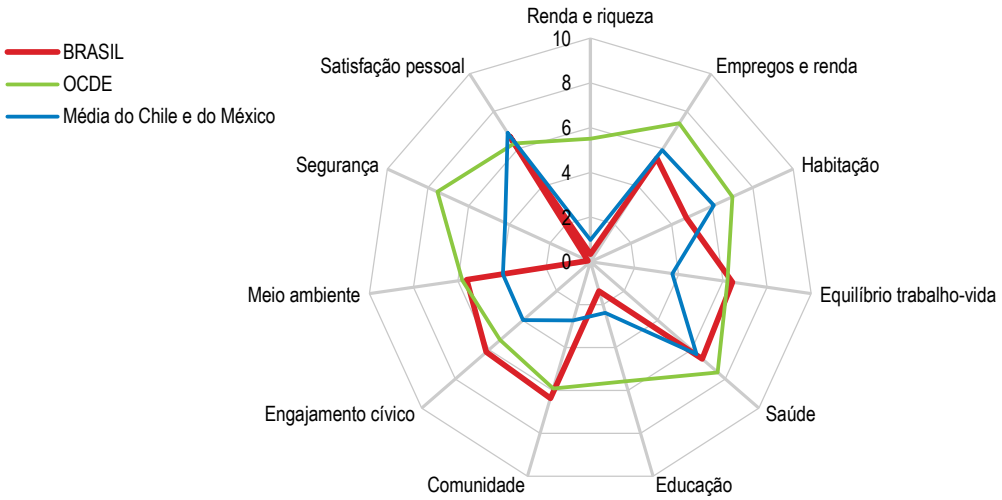
- *A economia está gradualmente saindo da recessão*
- *A inflação caiu, mas a intermediação financeira tem escopo para melhorar*
- *Os resultados fiscais precisam ser melhorados para garantir a sustentabilidade da dívida pública*
- *Aperfeiçoar a governança e reduzir a corrupção*
- *Aumentar o investimento é uma das principais prioridades das políticas*
- *Apoiar à integração regional e à economia mundial*
- *Desafios do crescimento verde*

O forte crescimento e o considerável progresso social das últimas duas décadas fez do Brasil umas das principais economias do mundo, apesar da profunda recessão da qual a economia está agora se recuperando. A estabilidade macroeconômica, as tendências demográficas favoráveis e as condições externas permitiram a expansão do consumo público e privado em um contexto de crescimento sólido do emprego e da massa salarial. O mercado de trabalho dinâmico, juntamente com melhor acesso à educação e amplos programas de transferências, permitiu que milhões de brasileiros conseguissem melhores empregos e um melhor padrão de vida. Como 25 milhões de brasileiros saíram da pobreza desde 2003, o crescimento tornou-se muito mais inclusivo. Essas conquistas são notáveis.

No entanto, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Metade da população tem acesso a 10% do total da renda familiar enquanto a outra metade tem acesso a 90%. Graves desigualdades continuam a colocar mulheres, minorias raciais e jovens em desvantagem. Trabalhadores homens recebem 50% mais do que as mulheres, uma diferença 10% maior do que na média dos países da OCDE. As mulheres também estão mais propensas a desempenhar trabalho informal. A pobreza é alta entre as crianças e o desemprego entre os jovens é mais do que o dobro da média geral. Essas desigualdades tendem a potencializar umas às outras, limitando consideravelmente a capacidade de parte da população de realizar seu potencial produtivo e melhorar de vida. O desempenho do Brasil é bom em somente algumas medidas de bem-estar, incluindo o bem-estar subjetivo e as conexões sociais, mas abaixo da média em renda e riqueza, empregos e salários, habitação, qualidade do meio-ambiente, status de saúde, segurança, educação e capacitação (Figura 1). Ao mesmo tempo, o progresso alcançado nas últimas décadas é considerável. Além da desigualdade e da pobreza em queda, a diferença entre os gêneros quanto à participação na força de trabalho caiu pela metade desde 1990. Com 52% das mulheres participando da força de trabalho, o Brasil ultrapassa a média da OCDE e dos países latino-americanos.

Figura 1. Indicadores de bem-estar

Índice para uma vida melhor - OCDE



1. Cada dimensão de bem-estar é medida por um a quatro indicadores do conjunto de indicadores de Vida Melhor da OCDE. É feita uma média simples para cada indicador normalizado. Os indicadores são normalizados entre 10 (melhor) e 0 de acordo com a seguinte fórmula: ([valor do indicador - pior valor mínimo]/[melhor valor – pior valor]) x 10.
Fonte: Cálculos da OCDE em base do "Índice de Vida Melhor 2017 da OCDE".

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655187

Desde a virada do milênio, a força de trabalho crescente aumentou a renda per capita, enquanto os preços crescentes das commodities sustentaram a receita pública (Caixa 1). Mas esse modelo de crescimento exauriu-se e a recessão trouxe à tona desequilíbrios estruturais de longa data. A população do Brasil começa a envelhecer rapidamente e a sustentabilidade das finanças públicas não pode mais ser considerada como certa. A adaptação das políticas a essa nova situação tem sido lenta. As tentativas de remediar, com subsídios generosos e transferências para empresas, os desafios de competitividade existentes há muito tempo e induzidos pelas políticas pouco ajudaram, pois não conseguiram resolver os problemas reais. O aumento nos gastos públicos ocorreu em parte às expensas da queda no investimento privado. Esse e outros fatores - inclusive a deterioração nos termos de comércio, a turbulência política e as denúncias de corrupção - levaram ao declínio de cerca de 30% do investimento desde 2014. A inflação subiu a dois dígitos. Nesse contexto, a confiança nas políticas econômicas e nas perspectivas de negócio declinaram bruscamente, levando a economia a uma longa e profunda recessão em 2015, a qual destruiu quase 7 anos de crescimento e fez dobrar o desemprego (Figura 2). O crescimento da produtividade do trabalho começou a estagnar em 2010, mesmo antes do declínio da demanda.

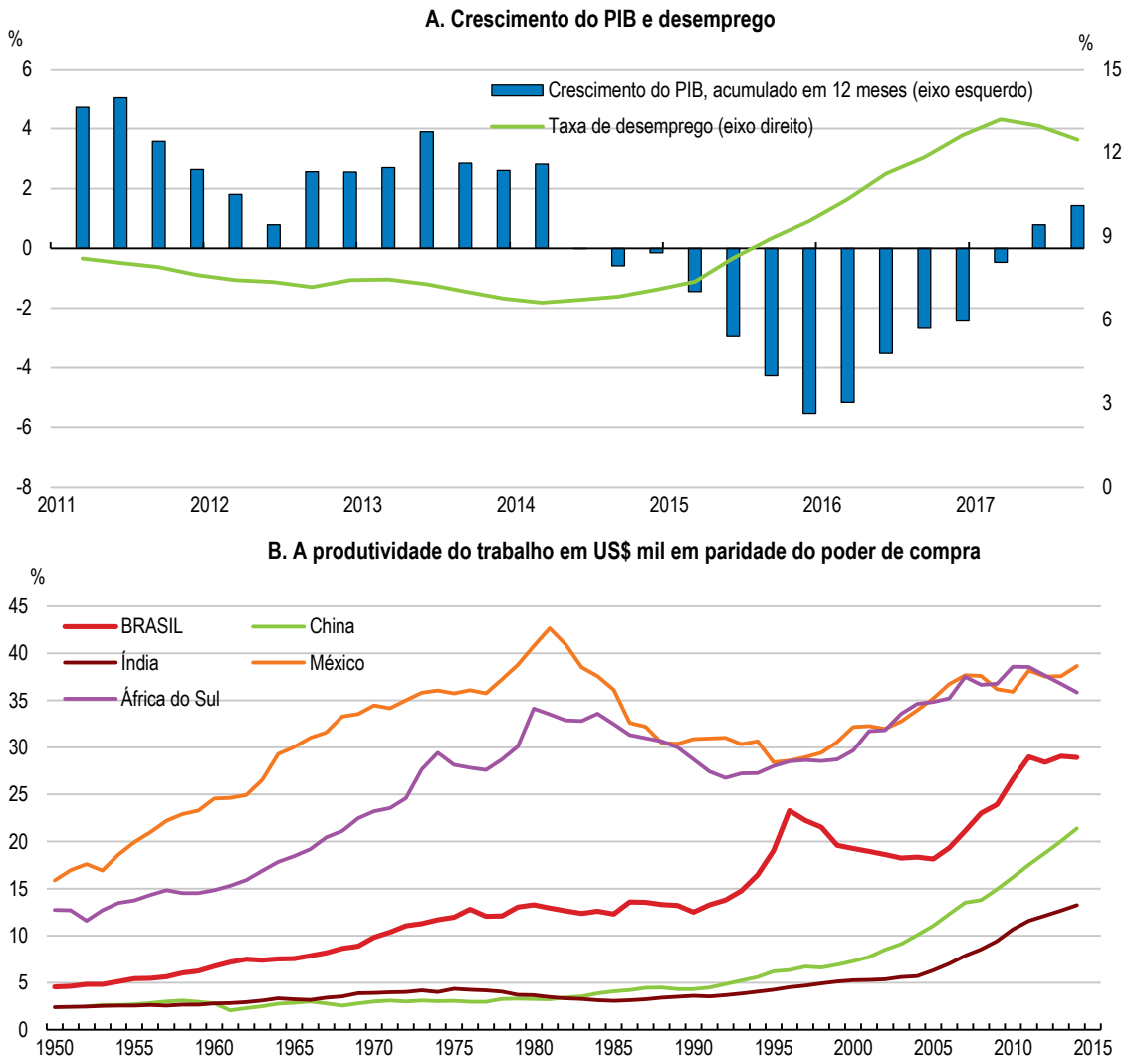
Caixa 1. Breve olhar sobre a história econômica recente do Brasil

A história econômica do Brasil é caracterizada por significativa volatilidade econômica até 1994. Entre a volta da democracia em 1985 e 1994, a economia passou por períodos de hiperinflação, recessões e breves intervalos de relativa estabilidade com planos econômicos que terminaram em fracasso. A inflação atingiu o pico de 2,950 por cento em 1990. A turbulência macroeconômica fez com que o foco dos agentes econômicos se voltasse fortemente ao curto prazo e foi muito prejudicial para os pobres, que não conseguiam se proteger da inflação. Isso mudou apenas com o plano Real - de 1994 - que estabeleceu o regime cambial de paridade deslizante ("crawling-peg"), limitou os gastos públicos e desfez grande parte da indexação inflacionária existente. Sob o novo sistema de moeda, o Real ficou sobrevalorizado e déficits em conta corrente significativos emergiram, o que dificultou o financiamento, pois a liquidez internacional secou após a crise asiática. Como consequência, adotou-se em 1999 um regime de taxa de câmbio flutuante e o sistema de metas de inflação. O Brasil entrou na crise global de 2008 com reservas significativas para adotar políticas anticíclicas e, inicialmente, mostrou grande resiliência, com forte recuperação do crescimento econômico em 2010. Desde então, no entanto, uma combinação de desequilíbrios fiscais crescentes, aumento das políticas econômicas intervencionistas e deficiências estruturais negligenciadas levou à brusca erosão da confiança, que finalmente levou à mais forte recessão da economia já registrada.

Mais avanços nos padrões de vida vão girar em torno de uma nova estratégia de crescimento inclusiva e verde, garantindo que os benefícios do crescimento sejam amplamente compartilhados por toda a população. A produtividade terá de se tornar o principal motor do crescimento, mas isso exigirá investimento significativamente maior e uma agenda ampla de reformas microeconômicas. Isso também contribuiria para criar mais empregos de melhor remuneração para todos os brasileiros. Há uma estreita relação entre aumento da produtividade e crescimento mais inclusivo. A melhora da produtividade exige não apenas mais investimento em capital físico, mas também a

capacitação das pessoas, o que, por sua vez, facilita que todos contribuam para o crescimento da produtividade e assegura que os benefícios alcancem todos os setores da sociedade (OCDE, 2016e, Banco Mundial, 2018).

Figura 2. A economia está se recuperando e o crescimento da produtividade está mais lento



Fonte: Feenstra, Robert C., Robert Inklaar e Marcel P. Timmer (2015), "The Next Generation of the Penn World Table" American Economic Review, 105(10), 3150-3182, download disponível em www.ggdc.net/pwt

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655206

Diversas fraquezas estruturais que haviam sido mascaradas pelo boom das commodities agora já se tornaram visíveis. Ao mesmo tempo, o espaço fiscal mais limitado dificultará a obtenção de consenso no sistema político fragmentado em relação às reformas, pois o consenso anterior foi obtido principalmente às custas de ineficiências significativas nos gastos governamentais. Sem uma reforma significativa dos gastos públicos obrigatórios, o déficit fiscal de 7,8% do PIB e a dívida pública de 74% do PIB em dezembro de 2017 corre o risco de se tornar insustentável.

O setor público precisa fazer uma escolha política difícil: manter o status quo ou cortar transferências para faixas de renda não relacionadas à pobreza e, ao mesmo tempo, aumentar o apoio às famílias pobres e vulneráveis para continuar contribuindo com o crescimento e o progresso social, os quais estão entrelaçados. A redução das desigualdades ocorrida no passado baseou-se em uma combinação de crescimento sólido com consequente melhora nas perspectivas do mercado de trabalho; melhor acesso à educação e transferências sociais. As transferências sociais incluem programas altamente eficientes e bem direcionados que coexistem com outros programas que transferem recursos significativos a famílias de classe média, com efeitos muito limitados sobre a desigualdade e quase nenhum impacto sobre a pobreza. Ajustar a alocação de recursos entre os programas sociais e dentro deles multiplicaria o progresso social que o Brasil pode atingir.

A dimensão generalizada das práticas de corrupção nos níveis mais altos, expostas por recentes denúncias, também revelou desafios significativos na área da governança econômica. Isenções fiscais, empréstimos subsidiados, políticas de apoio a setores industriais específicos e irregularidades em contratos com órgãos públicos ou empresas estatais fizeram com que grandes vantagens econômicas fossem distribuídas ao setor corporativo, criando um solo fértil para o rentismo e subornos políticos. O rentismo também surgiu como resultado de políticas que protegem da concorrência uma grande parte da economia, inclusive por meio de barreiras comerciais. Essas políticas acabaram redistribuindo fundos públicos na direção dos abastados e tornaram o processo de decisões políticas menos transparente. Ao mesmo tempo, premiaram empresas com conexões políticas em vez daquelas que apresentaram o melhor desempenho. Reconsiderar essas políticas reduzirá as desigualdades de renda e de oportunidades e elevará a produtividade.

No entanto, eventos recentes também revelaram um fortalecimento das instituições brasileiras, evidenciado por um judiciário independente que não se negou a buscar e sentenciar grandes líderes. Isso dá ao Brasil uma oportunidade de se distanciar do passado e continuar a fortalecer sua estrutura institucional, o que poderia reduzir futuras vulnerabilidades e fortalecer as perspectivas de crescimento de longo prazo. Evidências internacionais mostram fortes relações entre instituições que funcionam bem e crescimento (Acemoglu et al., 2005).

Apesar da turbulência política dos últimos anos, reformas significativas foram aprovadas (ver Caixa 2). Continuar esse ímpeto reformista seria bastante recompensador. As estimativas da OCDE sugerem efeitos de longo prazo sobre o PIB, provenientes da continuação das reformas estruturais, de mais de 20%, realizados em um horizonte de aproximadamente 15 anos (Tabela 1). Isso teria um impacto substancial sobre a renda (Figura 3), assim como sobre a desigualdade e a pobreza, embora esses benefícios possam ocorrer depois de um certo tempo. Entre as áreas que deverão passar por reformas e que apresentam o maior retorno de crescimento estão as melhorias em instituições, regulamentação de mercados de bens e serviços, mercados financeiros e integração comercial. Ao mesmo tempo, a economia política para empreender essas reformas não será fácil. Encontrar a sequência adequada das medidas a se tomar, uma boa comunicação e um acompanhamento eficaz, garantindo que os benefícios serão compartilhados por todos, é essencial.

Caixa 2. Iniciativas de reforma recentes e em andamento

Desde 2016, as seguintes reformas foram implantadas:

- Estabelecimento de um teto para os gastos públicos, exigindo o congelamento do crescimento dos gastos primários federais pelos próximos 20 anos.
- Uma instituição fiscal independente (IFI) foi estabelecida e começou a produzir relatórios mensais de alta qualidade.
- Uma reforma do mercado financeiro alinhará as taxas de empréstimos diretos às taxas de mercado dentro de, no máximo, 5 anos.

Essa reforma melhorará a igualdade no que tange às condições de concorrência para os participantes no mercado e facilitará o desenvolvimento de mercados financeiros privados de longo prazo por meio de uma nova taxa de juros de longo prazo baseada no mercado, chamada TLP.

- A concorrência no setor de petróleo e gás ficou fortalecida.

Regras de conteúdo nacional foram reduzidas no setor e a empresa estatal Petrobrás não precisa mais participar de todos os projetos de perfuração offshore.

- A reforma trabalhista retirou obstáculos a um crescimento mais forte do emprego formal.

A reforma permitiu que acordos entre empresas e trabalhadores prevaleçam sobre a lei, o que dá base legal para a prática permanente e reduz as incertezas legais. Ao mesmo tempo, os direitos essenciais dos funcionários permaneceram não negociáveis.

- A reforma na educação foi aprovada em 2016.

A reforma reduziu o número de matérias obrigatórias, dando mais opções e mais espaço de personalização do conteúdo letivo para estudantes com menos inclinação acadêmica. É provável que isso reduza as taxas de abandono escolar.

- Uma nova lei de imigração foi aprovada em 2017.

A nova lei otimiza o processo de pedido de visto de trabalho e permite que os trabalhadores que já estão no país mudem de emprego sem pedir novo visto.

- Os ativos fiscais foram incluídos nas informações de registro de crédito e podem ser usados pelas empresas como garantia de empréstimo.
- O Brasil pediu adesão ao Código de Liberalização para o Movimento de Capitais e ao Código de Liberalização de Operações Correntes Invisíveis da OCDE.

Outras propostas de reforma estão sendo discutidas no momento, a saber:

- Uma ampla reforma da previdência social foi submetida ao Congresso, mas ainda não foi votada. Espera-se que uma nova proposta de reforma menos ambiciosa seja submetida ao Congresso em futuro próximo.

A proposta de reforma original, da forma como foi enviada ao Congresso, definiu a idade mínima de 65 anos para aposentadoria e elevou o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, com uma norma de transição para quem estiver

próximo de se aposentar. As regras para as mulheres convergiriam gradualmente na direção das regras para os homens, ao longo de 20 anos. Para os que recebem mais do que o salário mínimo de aposentado, mais anos de contribuição seriam exigidos para atingir as taxas atuais de reposição. As pensões por morte seriam reduzidas e propôs-se a possibilidade de pensões mínimas por morte abaixo do salário mínimo.

- Um pacote extenso de privatizações de empresas estatais foi anunciado.
- Uma reforma de falências com a intenção de acelerar os processos de insolvência foi elaborada.
- A intenção da proposta de aperfeiçoamento dos registros de crédito é reduzir o spread das taxas de juros.

A proposta expandirá a cobertura de informações positivas nos registros de crédito - por exemplo, histórico de pagamento de contas de serviços - a menos que o indivíduo opte por não apresentar essa informação.

- Os planos para a reforma tributária estão sendo discutidos no momento.

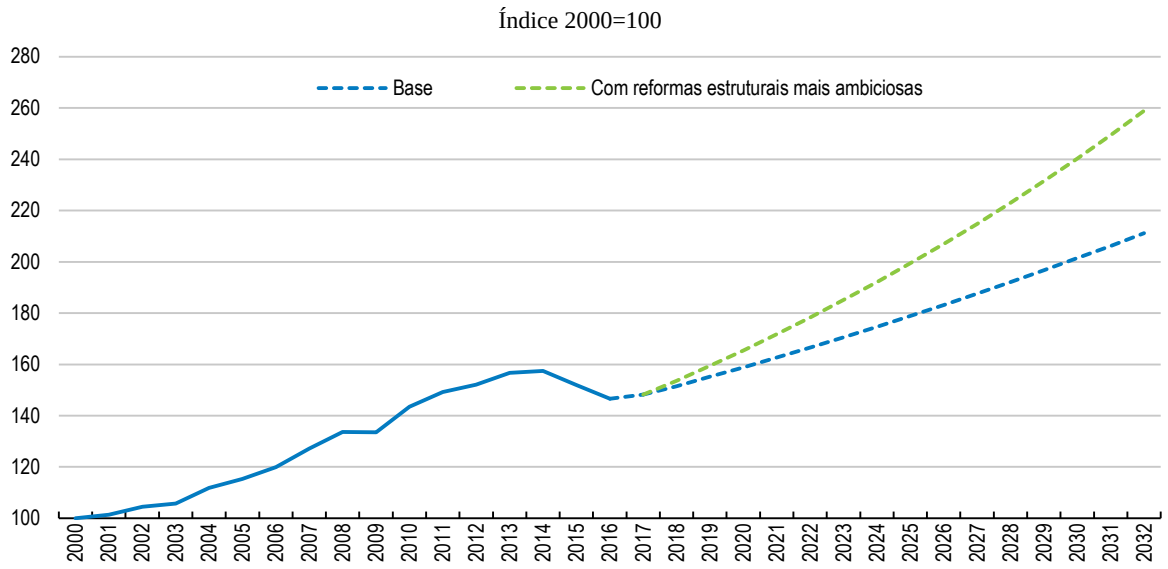
Tabela 1. A expectativa de ganhos com a reforma estrutural é grande

Estimativa do impacto de reformas selecionadas sobre o PIB real

Reforma	Impacto sobre o PIB real
Menores barreiras comerciais (ex.: redução de tarifas e de normas de conteúdo nacional)	8%
Reduzir barreiras ao empreendimento (ex.: cortar custos administrativos e acelerar a emissão de licenças)	5%
Desenvolver mercados financeiros nacionais (ex.: fomentar a entrada de bancos privados nos mercados de crédito de longo prazo)	3%
Reduzir a corrupção (ex.: aperfeiçoando as leis de contratos públicos e os procedimentos de denúncia)	3%
Aperfeiçoar a eficácia governamental (ex.: realizando auditorias e avaliações sistemáticas)	2%
Todos os itens acima	21%
Correspondente a um aumento do crescimento anual médio de:	1,4% pontos

Nota: Essas estimativas foram obtidas com base em: i) indicador numérico da posição política do Brasil em cada área da política, retiradas dos Indicadores de Governança Mundial, Doing Business e indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial; ii) simulação de um choque de política para o indicador, definido como levar o Brasil até a média de todos os países cobertos pelos diferentes indicadores; iii) estrutura de quantificação desenvolvida em Egert (2017), que fornece uma estimativa do impacto das mudanças no indicador sobre o crescimento do resultado de longo prazo. Para a abertura comercial, o cenário pressupõe que o Brasil esteja se movimentando em direção à média dos países de tamanho semelhante. Claramente, essas quantificações estão sujeitas a incertezas, tanto em relação ao seu tamanho quanto ao momento de sua materialização.
Fonte: Cálculos da OCDE.

Figura 3. O crescimento do PIB poderia ser muito maior com reformas estruturais mais ambiciosas



Nota: A projeção do crescimento de base supõe um crescimento como o apresentado na Tabela 2 e mantido em 2,4% a partir de então, enquanto o cenário de reforma estrutural mais ambiciosa acrescenta uma estimativa de ganhos do PIB, como apresentado na Tabela 1.
Fonte: As estimativas da OCDE baseadas no Banco de Dados de Perspectivas Econômicas da OCDE.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655225

Nesse contexto, as principais mensagens do Relatório são:

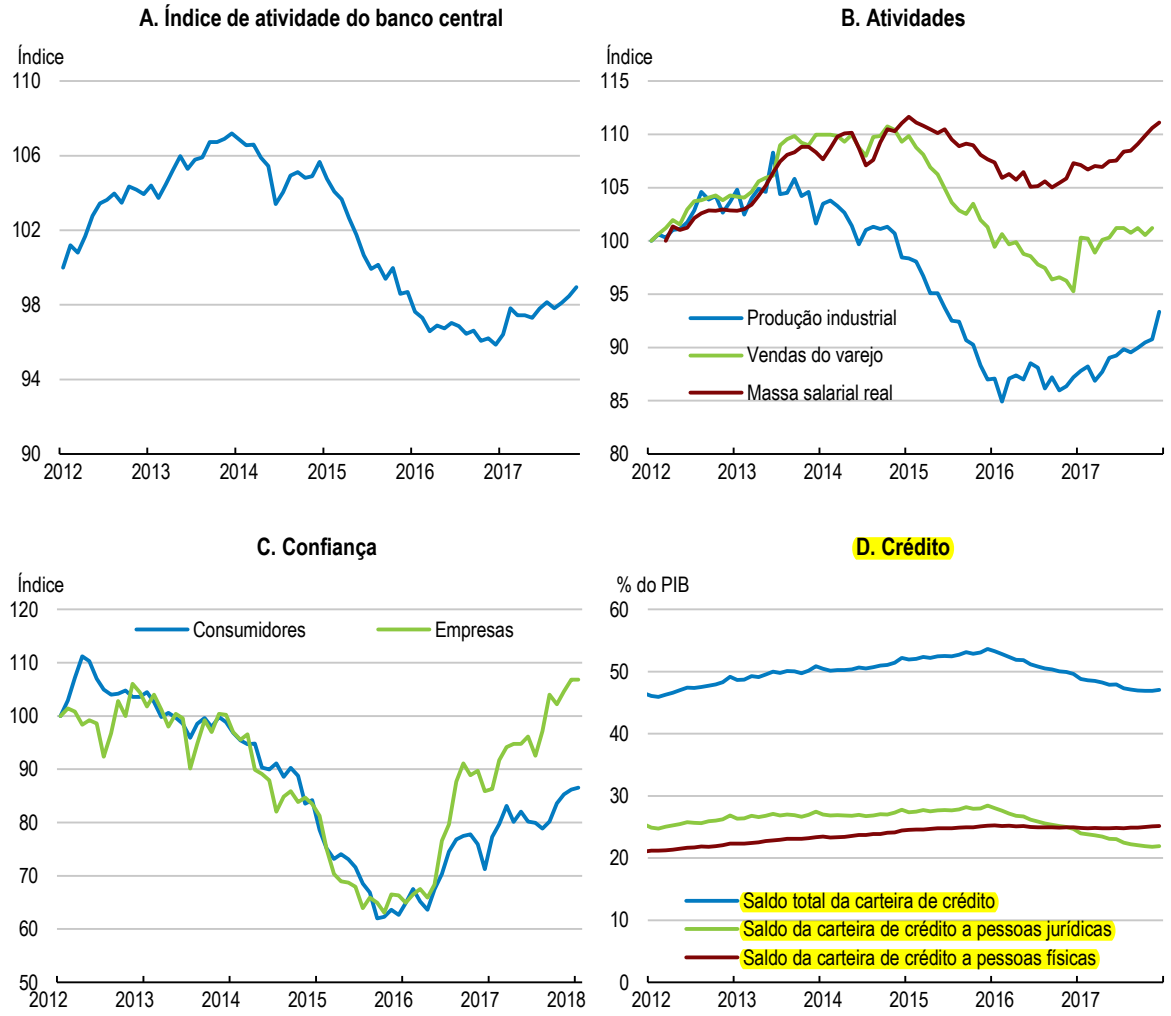
- Estabilizar a dívida pública e garantir que a inflação permaneça próxima da meta são prioridades macroeconômicas fundamentais. O novo teto de gastos será fundamental para restaurar a credibilidade da política fiscal.
- O bem-estar é bastante afetado por alta desigualdade, tanto em termos de renda quanto de oportunidades. Aperfeiçoar a eficácia dos gastos públicos e, em particular, as transferências públicas, será fundamental para dar continuidade ao avanço social. Transferências bem direcionadas combinadas com melhorias na educação e na saúde são a chave para o crescimento inclusivo.
- O aumento do investimento por meio da melhora do clima de negócios e do acesso ao finançamento elevaria a produtividade e o crescimento potencial. Lidar com os gargalos de infraestrutura causados por anos de pouco investimento será crucial.
- Maior integração com a economia global elevaria o crescimento potencial e a produtividade por meio de maior concorrência e ganhos de eficiência, e ajudaria a compartilhar os ganhos do comércio internacional. Também criaria mais empregos com maior produtividade e melhores salários e permitiria que mais trabalhadores entrassem no setor formal.

A economia está gradualmente saindo da recessão

Após cair por oito trimestres consecutivos, o crescimento voltou no início de 2017. O maior compromisso do governo com a sustentabilidade fiscal e diversas reformas estruturais melhoraram a confiança e os indicadores de curto prazo (Figura 4). O desemprego começou a cair, após atingir um pico de 13,3%, mas. O crédito total para o

setor privado ainda está em contração em termos interanuais, mas o crédito para as famílias tem se recuperado significativamente.

Figura 4. Depois de uma profunda recessão, a economia está se recuperando



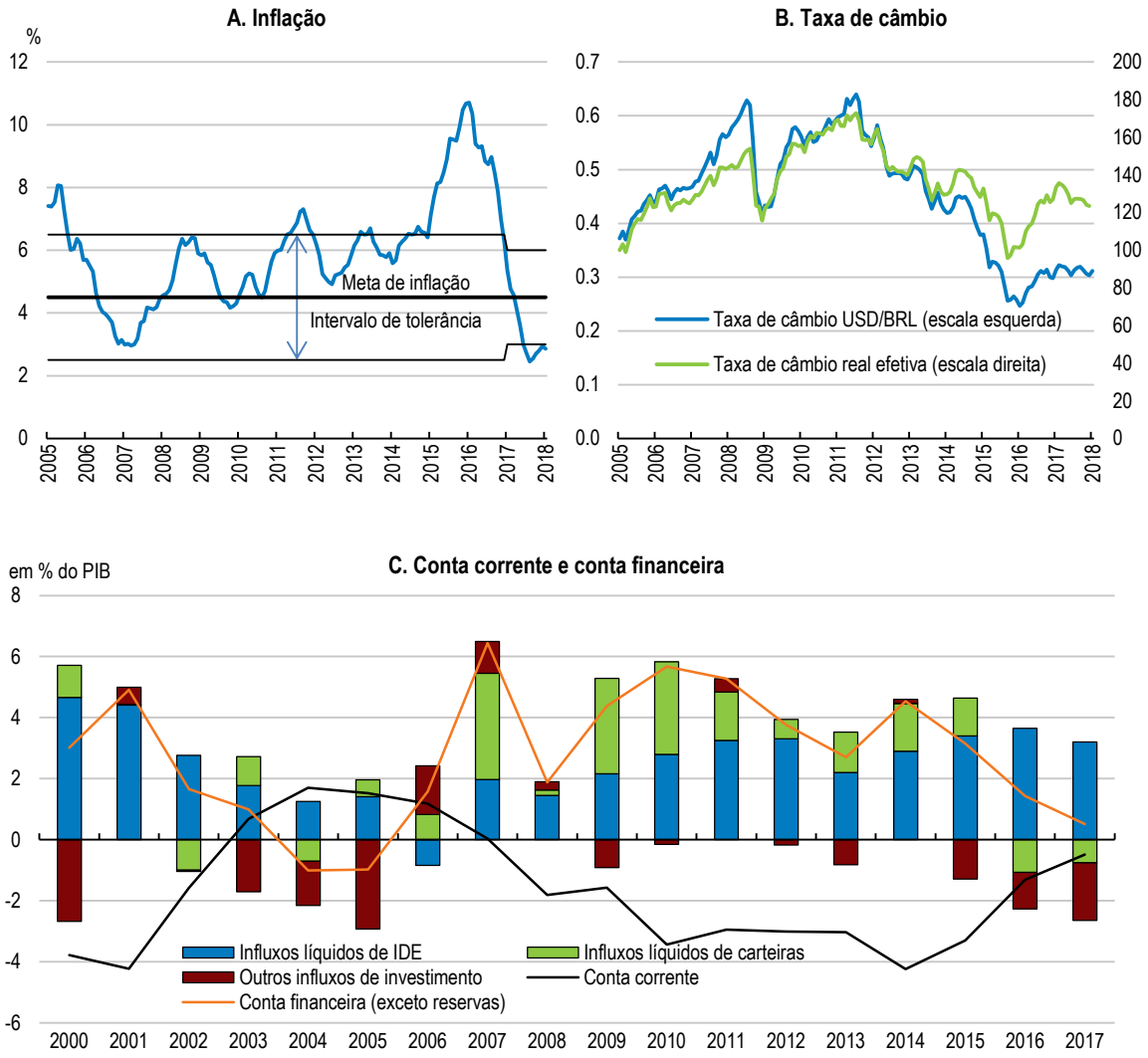
Fonte: Banco Central do Brasil, CEIC.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655244

A inflação anual retrocedeu bastante desde o pico de mais de 10% em janeiro de 2016 para abaixo de 3% em janeiro de 2018. Isso mantém a renda real das famílias e abriu espaço para reduções significativas na taxa de juros. O consumo privado começou a crescer e vai ganhar dinamismo à medida que o crescimento do emprego se elevar e a massa salarial real aumentar. Com o auxílio de condições externas mais favoráveis, espera-se que as exportações ultrapassem o crescimento das importações, resultando em melhoras adicionais na balança comercial. O investimento externo direto, no valor de um múltiplo do déficit em conta corrente, continuará a se manter forte, e as entradas de recursos do portfólio, que estavam negativas em 2016 mas já se recuperaram, serão impulsionadas pelo ritmo lento de subida da taxa de juros em economias avançadas. A

taxa de câmbio depreciou-se bastante desde 2001, tanto em termos nominais quanto em termos reais (Figura 5).

Figura 5. A inflação diminuiu e a taxa de câmbio depreciou-se



Fonte: Banco Central do Brasil, CEIC.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655263

Espera-se que o crescimento fique mais forte em 2018 e 2019 (Tabela 2). Pressupondo a implantação de uma parte substancial dos atuais projetos de reforma, a confiança e as condições de crédito facilitadas darão apoio ao investimento. A política monetária pode continuar a fornecer sustentação mantendo o nível atual baixo na taxa básica de juros, dada a significativa folga na economia, embora muito dependerá da implantação exitosa do ajuste fiscal. Considerando que a pressão inflacionária está bem controlada e levando em conta a necessidade de garantir a sustentabilidade das contas fiscais, essa combinação de políticas macroeconômicas parece adequada.

Tabela 2. Indicadores macroeconômicos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Crescimento real do PIB	0,5	-3,8	-3,5	1,1	2,2	2,4
Consumo privado	2,3	-3,9	-4,4	1,1	3,0	2,5
Consumo governamental	0,8	-1,1	-0,6	-0,5	0,7	1,3
Investimento	-4,2	-13,9	-10,3	-2,5	2,5	2,7
Demanda interna final	0,7	-5,3	-4,6	0,2	2,5	2,3
Constituição de existências[1]	-0,3	-1	-0,5	0,7	-0,5	0
Exportações	-1	6,3	1,7	6,6	5,9	4,5
Importações	-1,9	-13,9	-10,3	5,0	.5,0	3,4
Exportações líquidas[1]	0,2	2,6	1,7	0,2	0,2	0,2
Inflação (média anual)	6,3	9,0	8,7	3,6	3,9	4,2
Inflação (final do período)	6,4	10,7	7,0	3,2	4,2	4,2
Taxa de desemprego	6,8	8,5	11,5	12,7	11,2	9,4
Resultado fiscal (em porcentagem do PIB)	-6,0	-10,2	-9,0	-7,8	-8,0	-7,3
Resultado primário (em porcentagem do PIB)	-0,6	-1,9	-2,5	-1,7	-2,3	-1,8
Dívida do setor público (bruta, em porcentagem do PIB)	56,3	65,5	69,9	74,0	77,1	81,1
Saldo em conta corrente (em porcentagem do PIB)	-4,3	-3,1	-1,3	-0,4	-1,0	-1,0

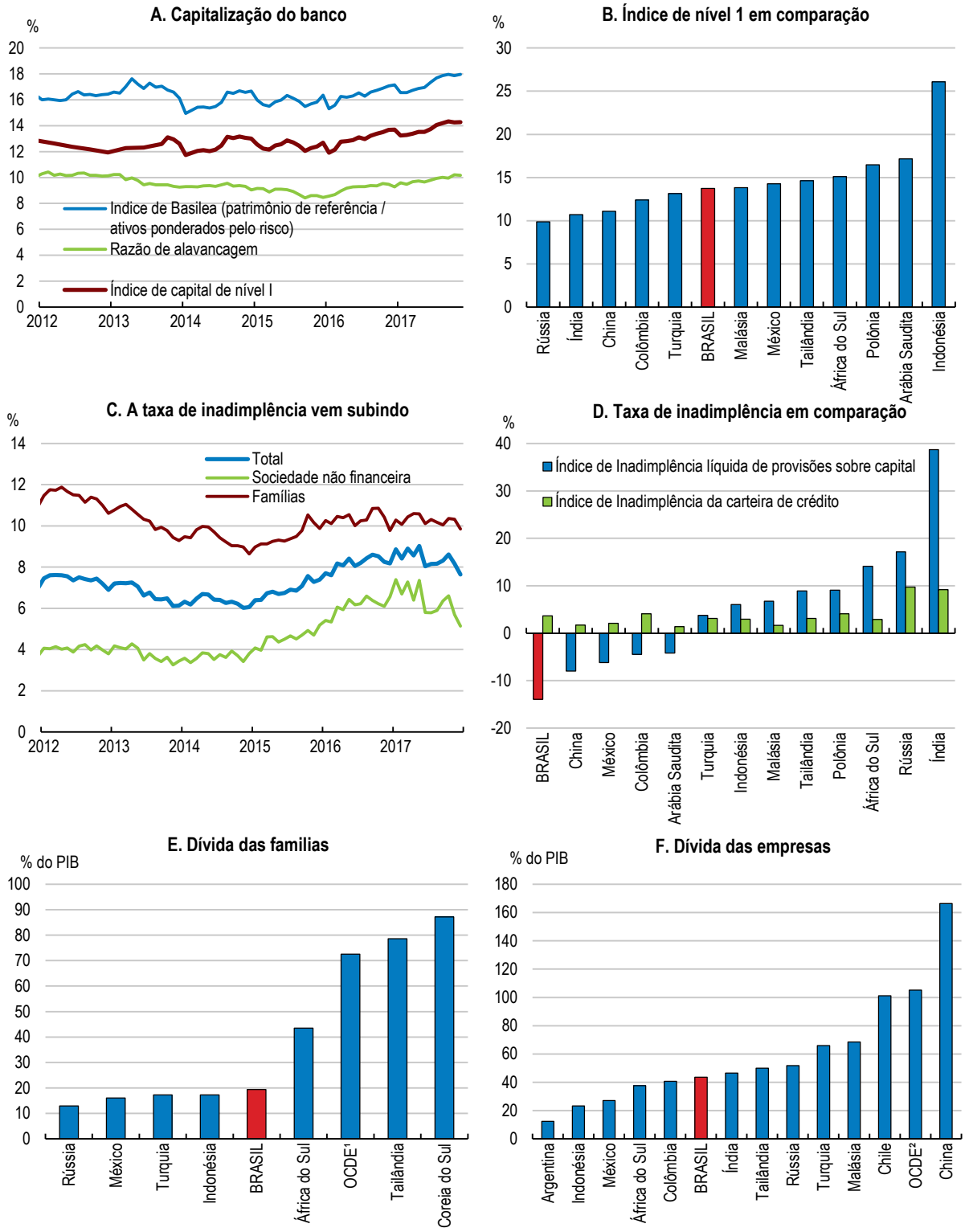
1. Contribuição para mudanças no PIB real.
Fonte: Projeções da OCDE, Banco de Dados de Perspectivas Econômicas da OCDE, Banco Central.

Os riscos relacionados aos acontecimentos políticos são grandes

Entre os riscos relativos a essas projeções está a incapacidade de implantar as reformas planejadas, por exemplo, o muito necessário ajuste fiscal. Se o novo teto de gastos não for seguido, uma dinâmica fiscal insustentável poderia reduzir a confiança e disparar a volta da recessão. Em particular, a implantação bem-sucedida da reforma previdenciária, sem a qual a regra de gastos não será cumprida no médio prazo, será a prova dos nove para a capacidade das autoridades de implantar mais reformas estruturais. A maior volatilidade dos mercados financeiros no contexto de uma normalização da política monetária dos EUA poderia também apresentar riscos para o Brasil, embora surtos de volatilidade tenham sido bem geridos pelo Banco Central no passado. As reservas e o grande componente de entradas de investimento externo direto mitigariam os riscos relacionados de taxa de câmbio.

No setor bancário, a capitalização ultrapassa as exigências regulatórias, mitigando os riscos de solvência (Figura 6). Os resultados do teste de estresse indicam uma capacidade de suportar choques substanciais ao crescimento ou a prêmios de risco (BCB, 2017; FMI, 2017a). Em algum sentido, a recessão atuou como um teste de estresse do mundo real para as instituições financeiras, as quais previram a recessão endurecendo as regras de crédito e aumentando as rendas de tarifas bancárias e permaneceram sólidas. No entanto, os empréstimos improdutivos cresceram e cerca de um terço das empresas têm obrigações de juros que ultrapassam seu rendimento. Em cenários desfavoráveis, essa participação poderia subir a 40%, correspondendo a cerca de 15% do total da dívida corporativa em aberto (FMI, 2017a). No lado das famílias, a educação financeira tem um papel a desempenhar nas decisões prudentes relativas a empréstimo e na qualidade do ativo resultante, bem como no fomento da inclusão financeira (Banco Central do Brasil, 2015, OCDE, 2015h).

Figura 6. Os mercados financeiros apresentam riscos, mas eles parecem gerenciáveis

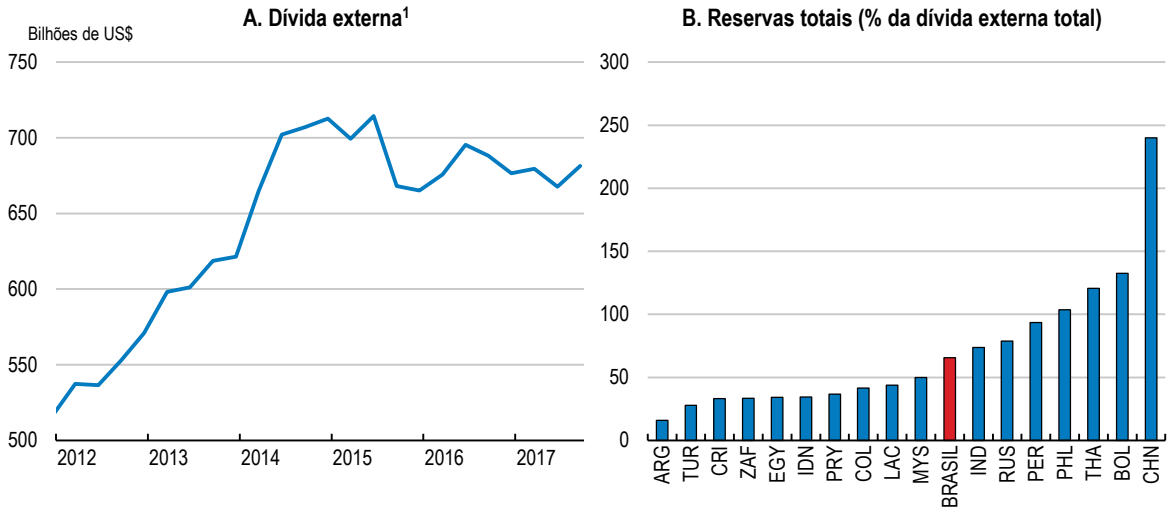


1. Média não ponderada de 24 países da OCDE com dados disponíveis.
2. Média não ponderada de 30 países da OCDE com dados disponíveis.
Fonte: CEIC, Banco Central.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655282

O câmbio flexível absorve os choques, mas, em interação com a dívida em moeda estrangeira não protegida, pode gerar riscos. O setor corporativo, cuja dívida chega a cerca de 43% do PIB, está exposto ao risco de taxa de câmbio, pois os passivos corporativos em moeda estrangeira não protegidos das empresas não exportadoras totalizam cerca de 9% do PIB (BCB, 2017). Por outro lado, a dívida externa não é uma vulnerabilidade para o setor público, pois apenas 3,6% da dívida pública está denominada em moeda estrangeira e 12,7% dos títulos de dívida pública interna são mantidos por não residentes. A dívida externa de toda a economia subiu nos últimos cinco anos, mas é menor do que na maioria das economias de mercados emergentes (Figura 7). O valor total da dívida externa a ser rolado em 12 meses soma 40% das reservas.

Figura 7. A dívida externa aumentou, mas as reservas de moeda estão altas



1. A definição de dívida externa aqui usada inclui empréstimos entre empresas e títulos nacionais de renda fixa mantidos por não residentes.
Fonte: CEIC, Banco Central

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655301

Tabela 3. Principais vulnerabilidades

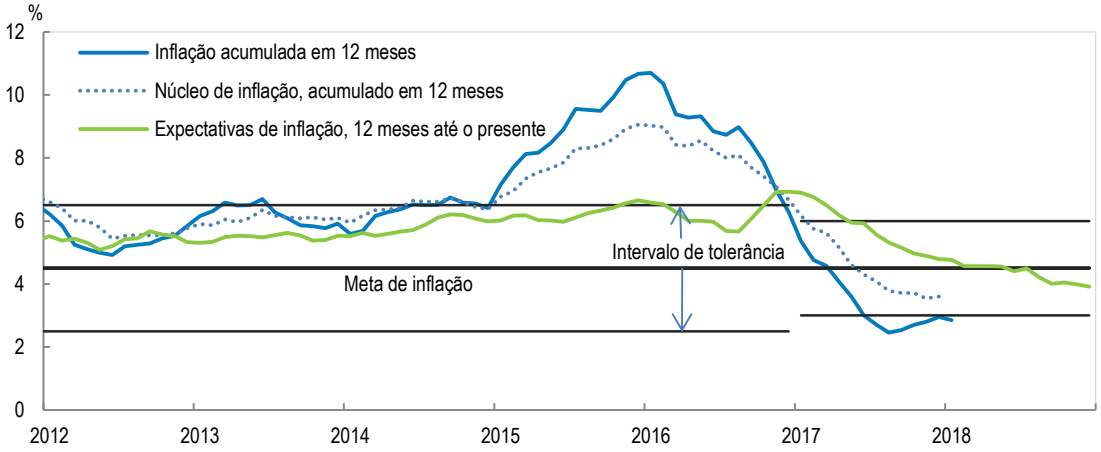
Incerteza	Resultado possível
Incumprimentos da dívida corporativa	Lucro menor ou obrigações de juros crescentes poderiam fazer com que corporações muito endividadas enfrentassem dificuldades de pagamento, com concomitante perda de capital no setor bancário. Esse risco é mitigado pelos altos níveis de concessão de crédito dos bancos.
Significativa desaceleração na China	A China responde por um quarto das exportações brasileiras. Menor demanda de importação da China e preços de commodities mais baixos reduziriam as exportações e o crescimento. O setor de commodities responde por 64% das exportações brasileiras, mas por 7% do PIB apenas.

A inflação caiu, mas a intermediação financeira pode melhorar

A tendência de alta da inflação começou no início de 2014 e chegou a quase 11%, no início de 2016, devido aos ajustes tardios dos preços administrados, entre outros fatores. Desde então, caiu bem abaixo dos 4,5% da meta da inflação do Banco Central (Figura 8). A inflação subjacente caiu a menos de 4,5% e as expectativas permanecem firmemente ancoradas na meta de inflação, o que representa uma ruptura com o histórico recente. A política monetária rígida até meados de 2016 ajudou a conter a inflação, apoiada pela

melhora das expectativas do mercado em relação às políticas macroeconômicas, os preços de alimentos, a fraca demanda doméstica e a dissipação dos efeitos provenientes dos preços administrados.

Figura 8. A inflação e a inflação subjacente retrocederam



Fonte: CEIC, Banco Central.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655320

O Banco Central reagiu ao declínio da inflação com uma série de reduções na taxa SELIC, que caiu de 14,25% em outubro de 2016 para 6,75% em fevereiro de 2018 (Figura 9). Este nível é compatível com uma regra de Taylor, embora muito dependerá da dinâmica fiscal (IFI, 2017c). O mercado de trabalho ainda tem folga, com o desemprego permanecendo alto. A queda no emprego também gerou menores taxas de participação, particularmente entre os jovens. A meta da inflação foi reduzida para os anos de 2019 e 2020 a 4,25% e 4%, respectivamente.

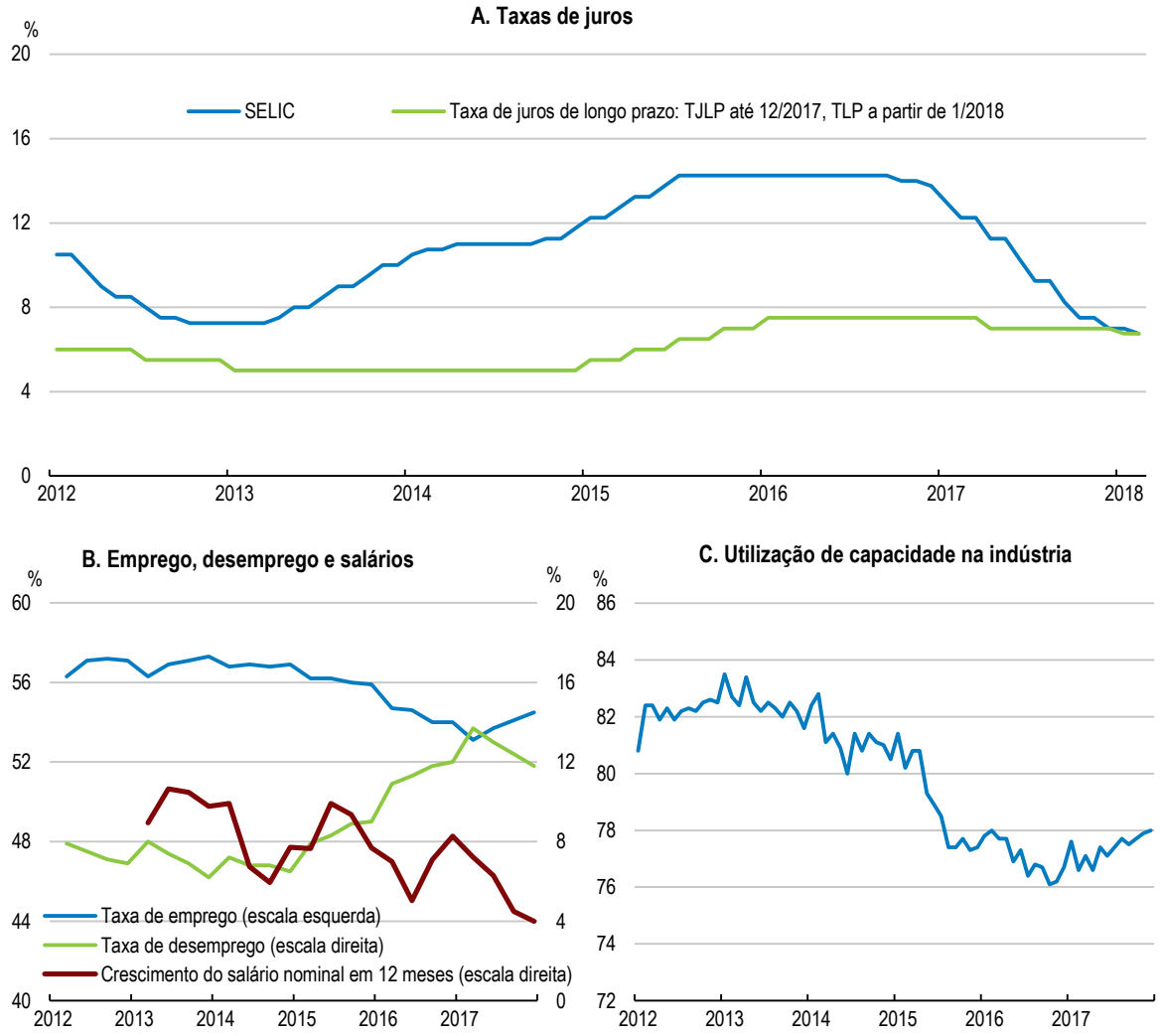
Embora o Banco Central tenha atuado de forma independente recentemente, a eficácia da política monetária poderia melhorar ainda mais se essa independência fosse formalizada, protegendo-a de possíveis interferências políticas futuras. A definição da indicação com termo fixo do presidente do Banco Central e dos membros do comitê de política monetária, durante o qual eles não possam ser demitidos, estaria em linha com a prática corrente na maioria dos países que adotam a meta de inflação (Hammond, 2012). Além disso, proteger a independência financeira do Banco Central, inclusive por meio de um orçamento adequado e adequados níveis de capital, é essencial para manter alta a credibilidade. O Chile e o México adotaram a independência formal do Banco Central há mais de 20 anos, com os membros do conselho sendo indicados para um longo termo fixo.

O setor financeiro tem muitos bancos públicos e privados, mas a maioria deles opera apenas no segmento de curto prazo. Crédito de longo prazo, acima de 3 anos, é fornecido quase que exclusivamente por meio de operações de crédito direcionado, em particular pelo BNDES, enquanto os mercados financeiros nacionais respondem por apenas 8% do financiamento dos investimentos em 2016. Não há evidência empírica de que os aumentos acentuados nos empréstimos do BNDES para empresas privadas desde 2008, com subsídios chegando a mais de 2% do PIB em 2015, foram capazes de evitar um declínio massivo dos investimentos (Banco Mundial, 2017; Bonomo et al., 2014; Ribeiro,

2016). Todas as outras empresas em busca de financiamento para investimento enfrentam graves restrições de crédito, altas taxas e vencimentos de curto prazo.

No passado, o empréstimo compulsório era orientado por uma taxa de referência independente da taxa da política monetária, mas muito menor que ela, resultando em taxas de juro real negativas durante vários anos. Uma lei nova, aprovada em setembro de 2017, introduziu o alinhamento gradual das taxas de empréstimo compulsório às taxas de mercado, até 2022 no máximo, embora o alinhamento possa de fato ocorrer mais cedo. A expectativa é de que a nova lei fará com que o canal de crédito da política monetária torne-se mais eficaz, como recomendado no Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil em 2015 (Tabela 5). Também permitirá o desenvolvimento de mercados de crédito privados de longo prazo, ao nivelar o campo de atuação dos credores públicos e privados. Um setor financeiro sofisticado, com bancos nacionais e estrangeiros, sem grandes barreiras práticas à entrada, provavelmente será capaz de oferecer financiamento de longo prazo no futuro. Se isso acabar se mostrando difícil, outras medidas poderão ser necessárias.

Figura 9. A política monetária respondeu ao declínio das pressões inflacionárias



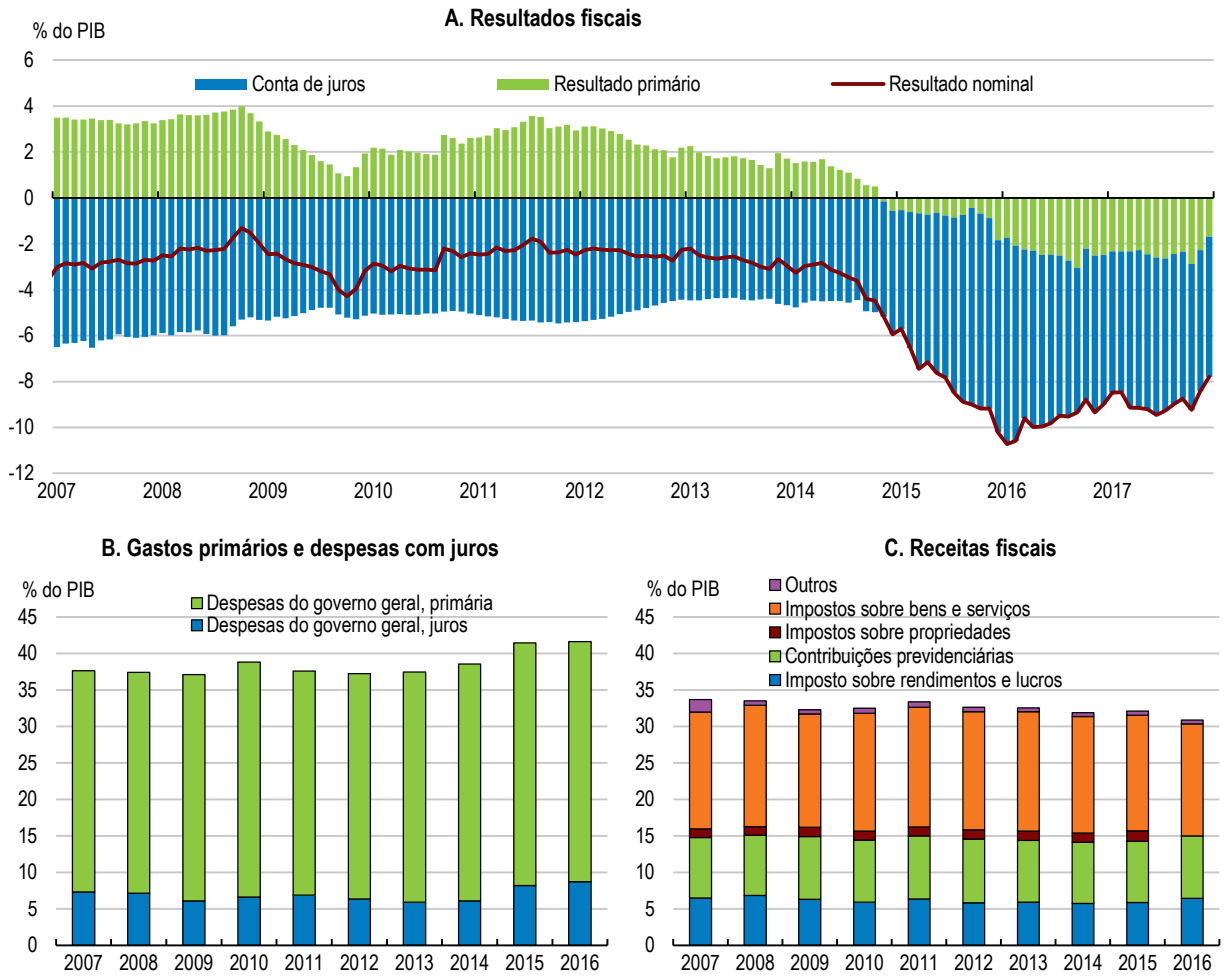
Fonte: CEIC, Banco Central.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655339

Os resultados fiscais precisam ser melhorados para garantir a sustentabilidade da dívida pública

Os resultados orçamentais deterioraram-se substancialmente desde 2014, quando o saldo primário (excluindo pagamentos de juros) ficou negativo depois de mais de uma década de superávit primário, refletindo principalmente o aumento dos gastos, inclusive despesas fiscais (Figura 10). O déficit primário atual de 1,7% do PIB (dezembro de 2017) está bastante abaixo do superávit primário necessário para estabilizar a dívida pública no médio prazo, estimada em cerca de 2% do PIB. As despesas com juros caíram de 9% do PIB em janeiro de 2016 para 6,1% e, provavelmente, cairão ainda mais à medida que a dívida for vencendo e sendo rolada a taxas de juros menores. O nível de receita de impostos de cerca de 32% do PIB está próxima da média da OCDE, 34%. O déficit fiscal nominal ficou em 7,8% do PIB em dezembro de 2017. A situação fiscal de alguns estados brasileiros deteriorou-se substancialmente nos últimos anos, podendo criar riscos fiscais, embora medidas tenham sido tomadas para conter esses riscos (FMI, 2017a).

Figura 10. Os resultados orçamentais deterioraram-se bruscamente

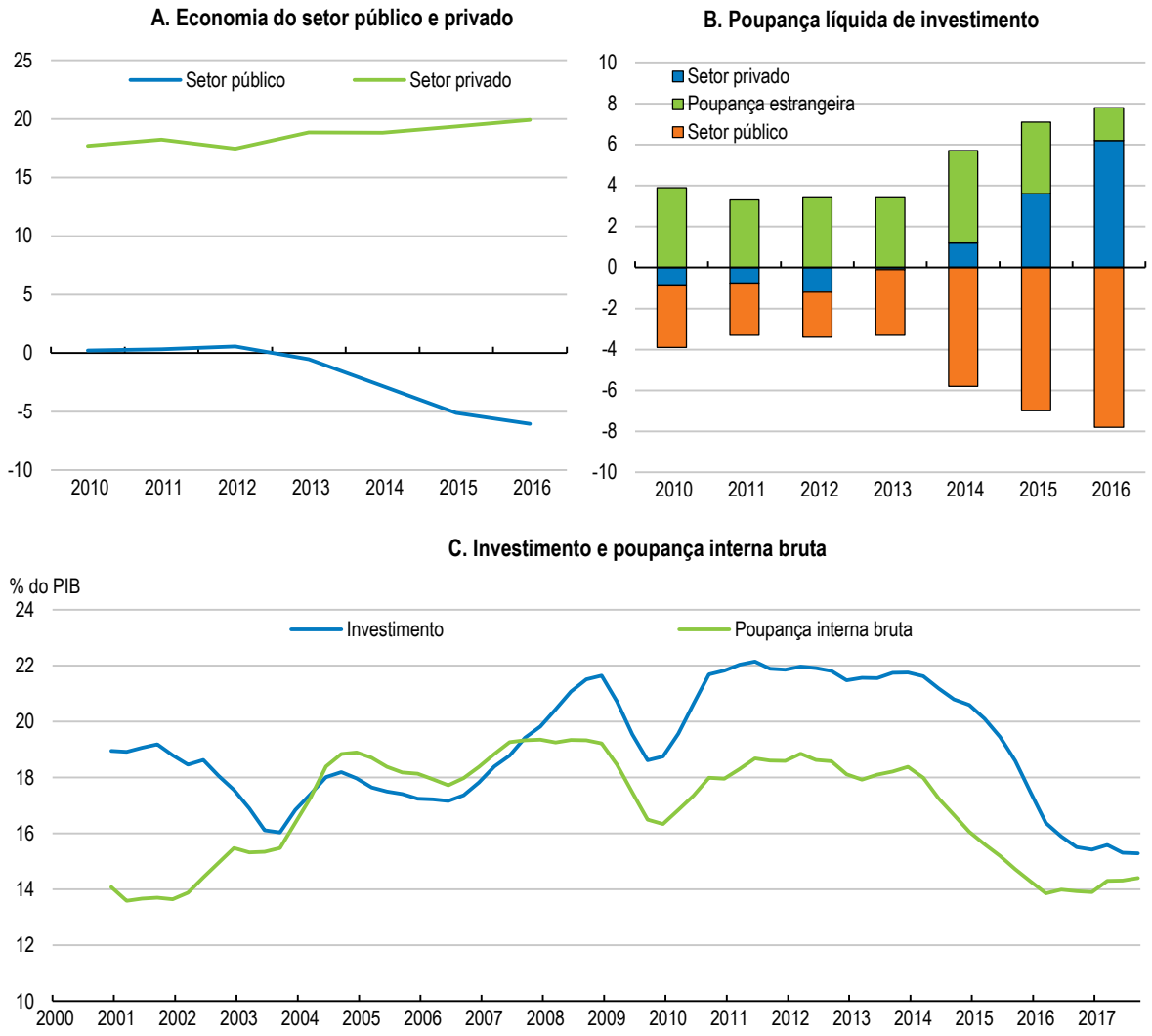


Fonte: Banco Central, Tesouro.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655358

O déficit público em alta também reduziu a poupança interna e afastou o investimento privado, o qual seguiu mais ou menos a trajetória da poupança interna bruta ao longo dos anos (Figura 11). Como o investimento público também caiu, o investimento privado foi substituído pelo consumo público.

Figura 11. O investimento segue de perto a poupança interna



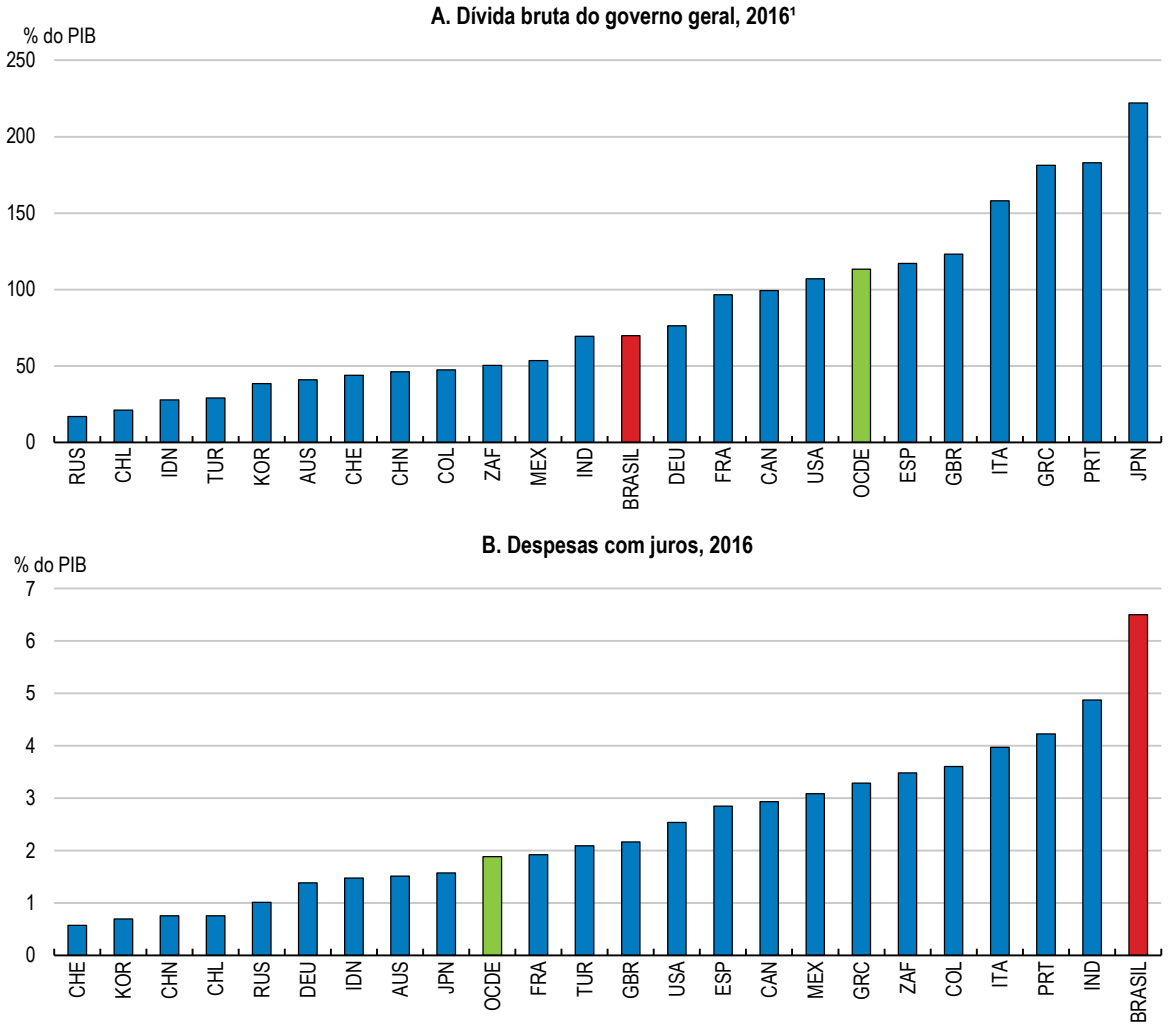
Fonte: IBGE, CEIC, CEMEC (2017).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655377

A dívida pública bruta aumentou aproximadamente 20 pontos percentuais do PIB nos últimos 3 anos e mantém-se atualmente em 74% do PIB (dezembro de 2017), de acordo com a metodologia oficial do Brasil. Tanto o aumento das despesas como a diminuição da receita no contexto da recessão contribuiu para isso. Esse nível é alto para uma economia de mercado emergente (Figura 12, Painel A). O custo médio da dívida brasileira, de 8,6%, e despesas de juros de 6,1% do PIB (dezembro de 2017) estão entre as maiores do mundo (Figura 12, Painel B). Embora seja difícil explicar a alta taxa de juros no Brasil, o histórico de instabilidade macroeconômica, baixa poupança pública e privada, baixa

confiança na dinâmica fiscal, alta inflação no passado e a segmentação do mercado de crédito provavelmente são fatores de influência (Segura-Ubiergo, 2012)

Figura 12. O nível da dívida pública está na média, mas os gastos com juros estão altos



1. Usando a definição de dívida do FMI, que inclui títulos mantidos pelo Banco Central que não são parte da dívida bruta, de acordo com a metodologia oficial do Brasil.
Fonte: Banco de Dados Perspectivas Econômicas da OCDE, Perspectivas Econômicas Mundiais do FMI 4/2017, Banco Central.

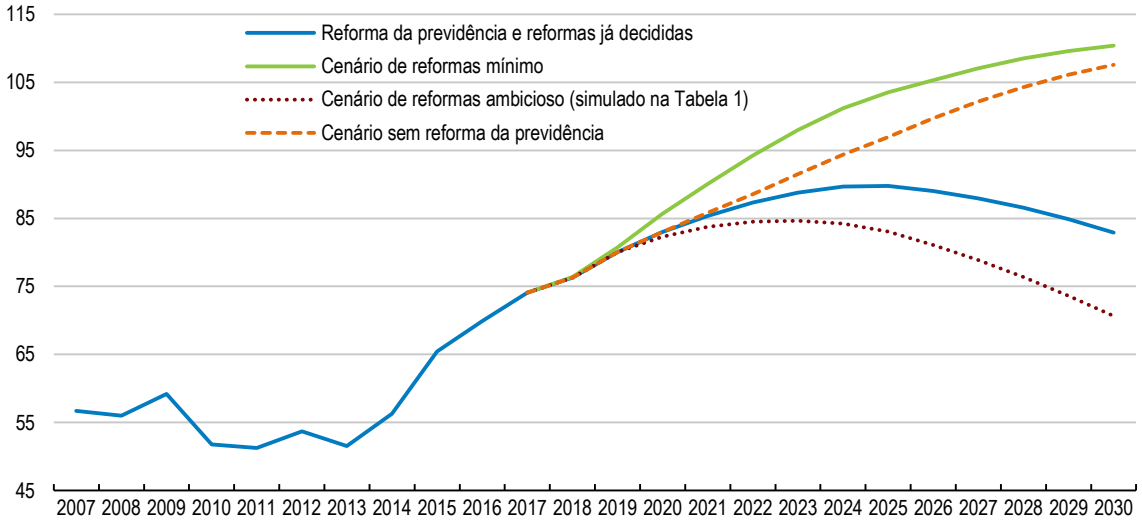
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655396

As simulações da dívida sugerem que a dívida bruta continuará a crescer até 2024, atingindo o pico de 90% do PIB, e declinará gradualmente a partir daí (Figura 13). Essas simulações pressupõem que os planos fiscais atuais estão sendo cumpridos pelo governo presente e será cumprido pelo governo futuro e que a conformidade com a regra de gasto está assegurada. No entanto, a trajetória da dívida é altamente sensível à implantação da agenda de reformas. Em um cenário em que apenas reduções mínimas nos itens de gastos obrigatórios podem ser obtidas e em que o déficit primário se reduz mas não se transforma em superávit, a dívida relativa ao PIB continuará a subir sem limites e não será sustentável. Por outro lado, em um cenário de reformas ambiciosas, como na

Tabela 1, com 1,4 pontos percentuais adicionais no crescimento do PIB a partir de 2021, a dívida se estabilizaria mais cedo e retornaria aos níveis atuais até 2027.

Nos próximos anos, as metas fiscais pretendem melhorar gradualmente o saldo primário para -0,6% do PIB até 2020, a partir dos atuais -1,7%. Depois de 2020, a nova regra fiscal será vinculante, limitando essencialmente o crescimento de quase todos os gastos primários do governo central à inflação dos próximos 20 anos, com a possibilidade de revisão após 10 anos. O teto de gastos prevê sanções claras para o descumprimento do teto , com exceção apenas de transferências para governos estaduais, gastos emergenciais, despesas com o processo eleitoral, e alguns gastos com educação e aumentos de capital em empreendimentos estatais. A constituição de uma regra de gastos foi recomendada no Relatório Econômico da OCDE de 2015 sobre o Brasil (Tabela 5).

Figura 13. Trajetória da dívida pública



Nota: No cenário base, o déficit primário se apresenta como nas metas do governo. Portanto, usando as projeções da OCDE relativas ao PIB, o saldo primário é de -2,3%, -1,8% e -0,6% do PIB para 2018, 2019 e 2020, respectivamente. Após 2020, pressupõe-se que a regra de gastos será cumprida. Pressupõe-se que a taxa de câmbio e a taxa de juros permanecerão constantes ao logo do horizonte da projeção. Pressupõe-se que o crescimento do PIB seja como demonstrado na Tabela 2 e permaneça constante em 2% após 2019. O cenário de reforma mínima pressupõe menor redução dos gastos obrigatórios, com resultado primário equilibrado não antes de 2030. O cenário de reforma ambicioso pressupõe que as reformas estruturais elevarão o crescimento a produtividade (ver Tabela 1) e resultará em 3.4% de crescimento do PIB no período entre 2021 e 2027. O cenário com ausência de reforma previdenciária pressupõe a ausência de qualquer reforma paramétrica perceptível ao sistema previdenciário.
Fonte: Cálculos da OCDE.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655415

Embora os planos atuais sejam suficientes para estabilizar a dívida pública, o cumprimento do teto de gastos será difícil. A deterioração das contas fiscais reflete o caminho insustentável de gastos primários crescendo quase 3 vezes mais rápido do que o PIB ao longo da última década. Despesas discricionárias, as quais incluem investimento público e algumas transferências como o Bolsa Família, representa apenas 20% dos gastos primários do governo central e não apresentam espaço para mais ajustes.

O teto de gastos somente pode ser cumprido com reduções ambiciosas de despesas obrigatórias e esse deve ser o principal caminho para avançar. Senão, a sustentabilidade

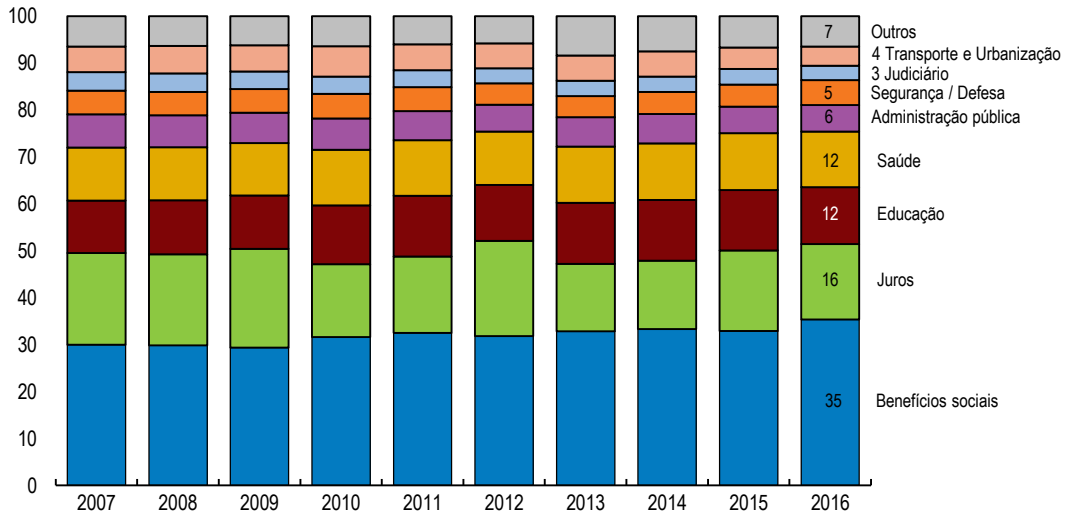
da dívida pública estaria em risco, com a possibilidade de uma grave crise fiscal aparecer no médio prazo. O desafio é que as reformas dos gastos obrigatórios são politicamente mais difíceis, pois exigem a aprovação do Congresso. A vantagem é que há um escopo significativo para melhorar a eficiência dos gastos obrigatórios e reduzir as despesas fiscais, como isenções e taxas reduzidas, sem prejuízo dos objetivos sociais e econômicos.

Melhorar a eficiência dos gastos públicos, inclusive despesas fiscais

O Brasil gastou mais de 15% do PIB em benefícios sociais em 2016, correspondendo a 35% do total dos gastos do setor público (Figura 14). Os benefícios sociais são responsáveis por mais da metade do aumento dos gastos primários e continuam a aumentar em ritmo maior do que o crescimento do PIB. Vários desses programas são fundamentais para um crescimento mais inclusivo, mas muito pode ser feito para elevar o retorno social colocando o foco naqueles que mais precisam de apoio. Em alguns casos, isso exige reconsiderar os direitos adquiridos para reduzir as desigualdades entre as gerações, reconhecendo que o estado fez promessas às futuras gerações que não é capaz de manter.

Figura 14. Principais áreas funcionais dos gastos públicos

Em porcentagem dos gastos totais do setor público, 2016



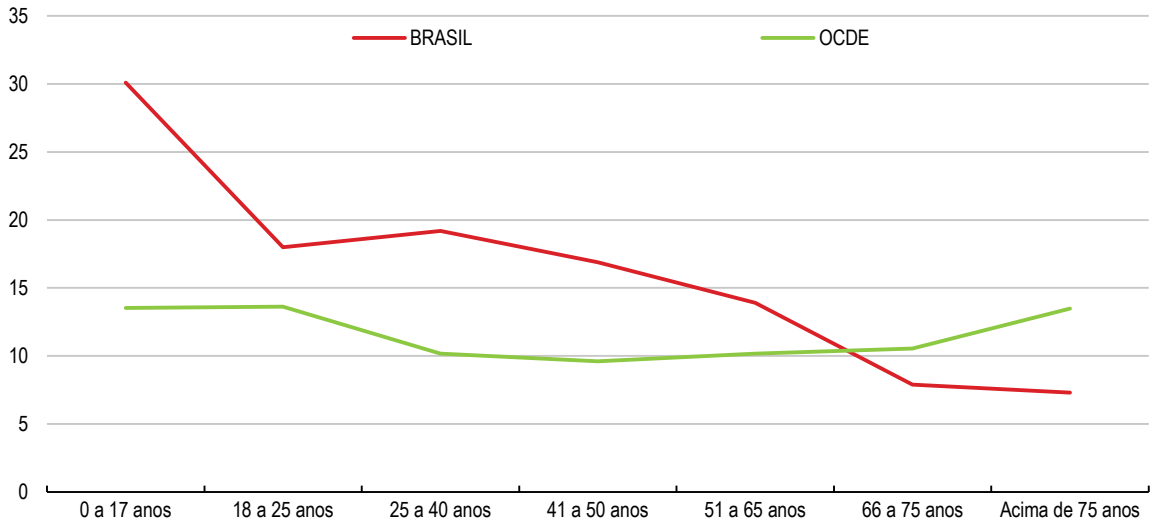
Nota: Uma parte significativa dos 4,5% do PIB que o Brasil gasta nos programas de desenvolvimento do setor privado não é visível nessa composição, pois estão na forma de despesas fiscais como por exemplo, desonerações de impostos. Parte dos custos das transferências anteriores do Tesouro Nacional para bancos públicos, que permitiu a expansão das operações de empréstimo subsidiado, aparece como pagamento de juros nas contas públicas, pois o Tesouro Nacional emitiu dívidas adicionais para financiar essas transferências.
Fonte: Cálculos da OCDE baseados nos dados do Tesouro Nacional.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655434

Uma parte grande e crescente dos benefícios sociais é paga a famílias que não são pobres, reduzindo o impacto sobre a desigualdade e a pobreza. Hoje, a pobreza já é maior entre as crianças e os jovens (Figura 15). A limitação de aumentos futuros nesses benefícios sociais que atendem principalmente a classe média ajudaria a aumentar as transferências

sociais com grande impacto redutor de desigualdades e grande foco nas crianças e jovens, como o programa condicional de transferência em dinheiro *Bolsa Família*. As condicionalidades associadas à frequência escolar e aos exames médicos também ajudam a reduzir as desigualdades na educação e na saúde, o que, por sua vez, fortalece a produtividade.

Figura 15. A pobreza é relativamente alta entre os jovens

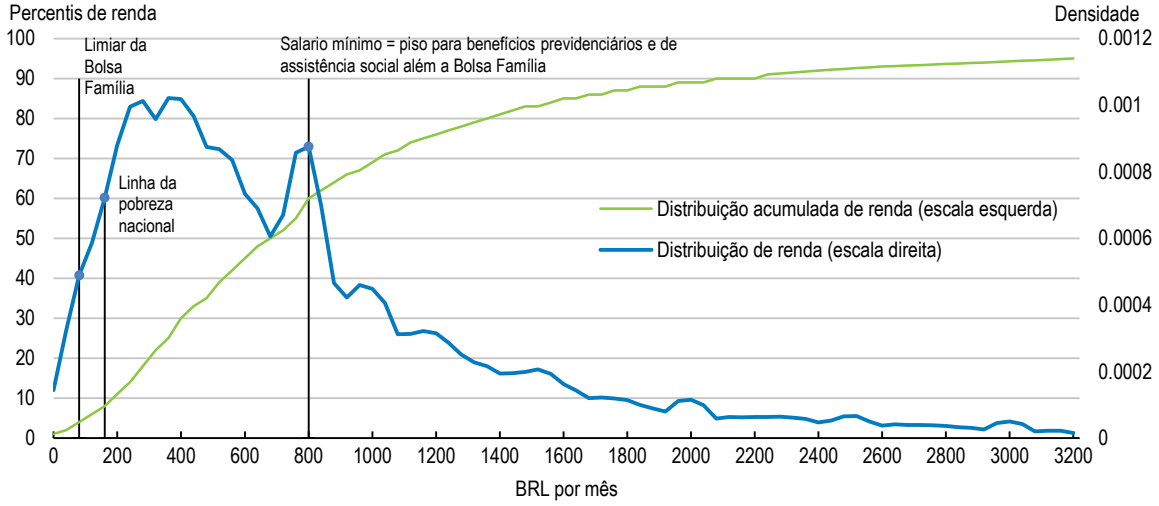


Fonte: Banco de Dados de Distribuição de Renda da OCDE (IDD).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655453

A constituição brasileira define que muitos benefícios sociais não podem ter valor menor do que o salário mínimo, mas o nível atual do salário mínimo é quase 7 vezes maior do que a linha de pobreza (Figura 16). De fato, está acima até mesmo da renda mediana, pois mais de 56% dos brasileiros auferem renda menor do que o salário mínimo. O salário mínimo aumentou rapidamente ao longo dos anos, e seu valor real é agora 80% maior do que o de 15 atrás, enquanto o PIB per capita aumentou apenas 23%. É provável que manter o salário mínimo como piso para muitos benefícios sociais fará com que aumente rapidamente, resultando em que uma parte ainda maior dos benefícios será paga a pessoas com renda acima da mediana, e não para os pobres.

Figura 16. Pessoas de diferentes níveis de renda recebem benefícios diferentes



Nota: A linha azul representa a distribuição de renda no Brasil (ou função de densidade pontual). Valores mais altos significam que mais pessoas têm rendas do nível correspondente no eixo horizontal. A linha verde é a função de distribuição cumulativa, mostrando quantas pessoas têm renda igual ou menor do que o nível de renda correspondente no eixo horizontal. Por exemplo, o salário mínimo de 2015, de 788 reais, corresponde a um percentil de renda de 56%, o que significa que 56% dos brasileiros tinham renda de 788 reais ou menos em 2015.
Fonte: Cálculos da OCDE baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, IBGE.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655472

Uma reforma abrangente da previdência tornou-se o elemento mais urgente do ajuste fiscal, e também é uma oportunidade de fazer com que o crescimento fique mais inclusivo, por meio de benefícios mais bem direcionados. O sistema previdenciário do Brasil custa quase 12% do PIB, o que é alto, dado que a população do Brasil é jovem (Figura 17). As despesas previdenciárias têm sido as grandes responsáveis pelo declínio do saldo primário. Todos os benefícios previdenciários estão sujeitos ao piso do salário mínimo, resultando em altas taxas de reposição, em particular para trabalhadores de baixa renda. O alinhamento das regras previdenciárias do Brasil com as regras praticadas pelos países da OCDE implicaria uma previdência mínima mais baixa do que o salário mínimo, com elegibilidade de pensões proporcionais para períodos mais curtos de contribuição. A indexação dos benefícios previdenciários mínimos a um índice de preços ao consumidor de baixa renda preservaria o poder de compra dos aposentados e pensionistas e, ao mesmo tempo, melhoraria a sustentabilidade do sistema previdenciário. A definição formal de uma idade mínima para aposentadoria também ajudaria a sustentabilidade, pois as idades atuais de aposentadoria - 56 anos para os homens e 53 anos para as mulheres - estão muito abaixo da idade de aposentadoria média da OCDE - 66 anos para homens e mulheres (OCDE 2015b). Sem a reforma, os gastos previdenciários mais do que dobrarão, fazendo com que o sistema fique claramente insustentável (OCDE, 2017a; IFI, 2017a). Além disso, os subsídios implícitos altamente regressivos do sistema previdenciário, com 82% dos fundos gastos com os 60% mais ricos, aumentariam ainda mais (Banco Mundial, 2017).

Um projeto de lei de reforma previdenciária foi submetido ao Congresso e, se passar sem emendas significativas, aumentaria a sustentabilidade previdenciária. Ainda, desvincular a aposentadoria/pensão mínima do salário mínimo será inevitável no futuro. Ainda mais,

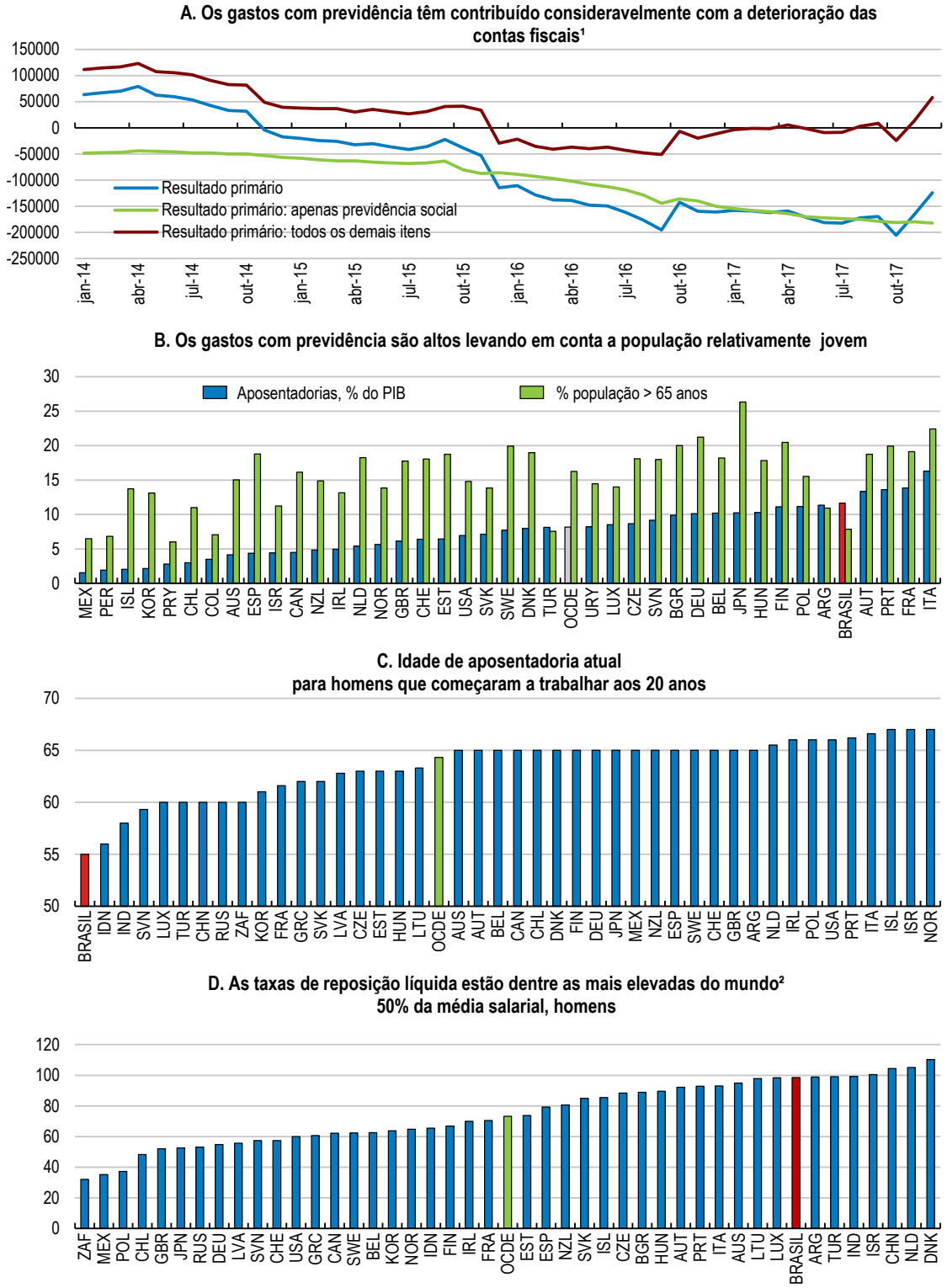
alinhar as provisões mais generosas de aposentadoria/pensão do servidor público com a dos trabalhadores da iniciativa privada seria outra forma de poupança. Também é possível considerar a proporcionalidade ao período mínimo de contribuição de 25 anos para quem tem menos anos de contribuição, a fim de evitar que os trabalhadores pouco qualificados tenham dificuldades para migrar entre emprego formal e informal, pois os anos de emprego informal não dão direito a aposentadoria.

Para além das aposentadorias contributivas, diferentes programas de assistência social poderiam ser melhor coordenados ou fundidos para eliminar sobreposições e duplicação de benefícios. O Brasil gasta cerca de 0,7% do PIB com aposentadorias não contributivas de pessoas deficientes e idosos sem contribuições previdenciárias. Sem prova de recursos, somente 30% desse benefício atinge os 40% inferiores na distribuição de renda, e o restante vai para os mais afluentes (Banco Mundial, 2017).

O único gasto social verdadeiramente progressivo é o programa de transferência condicional Bolsa Família. O Brasil gasta somente 0,5% do PIB neste programa bem direcionado, que também ajuda as famílias a saírem da pobreza, ao longo do tempo, ao condicionar as transferências à presença das crianças na escola e aos exames básicos de saúde. 83% das despesas com benefícios atingem os 40% inferiores na distribuição de renda. O benefício máximo para uma família inteira é menos de um terço do salário mínimo. Esses benefícios têm sido ajustados à inflação de maneira discricionária, mas o ajuste planejado para 2017 foi suspenso até 2018.

O programa *Bolsa Família* é a única transferência em que o gasto incremental realmente chegaria aos pobres. Também é um instrumento fundamental para proteger os mais vulneráveis, inclusive mulheres, afrodescendentes e pessoas de origem indígena, muitos dos quais ainda sofrem discriminação, apesar do progresso recente (Banco Mundial, 2016). Um pacote de reformas que desconectasse o nível do benefício mínimo previdenciário do nível do salário mínimo e que, ao mesmo tempo, deslocasse pelo menos uma parte dessa economia para o *Bolsa Família* poderia ter feito a desigualdade diminuir 63% mais rapidamente nos últimos anos (Arnold e Bueno, 2018). Nesse mesmo sentido, a receita fiscal perdida com a desoneração dos impostos sobre o consumo da cesta básica seria melhor gasta com o *Bolsa Família*.

Figura 17. A reforma da previdência é urgente



1. Acumulado de 12 meses em milhões de reais.
2. Taxas de reposição líquida para um trabalhador com carreira completa que entrou no mercado de trabalho em 2014.

Fonte: Tesouro Nacional, OECD Pensions at a Glance 2017.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655491

As políticas do mercado de trabalho concentram-se nas medidas passivas de apoio à renda para os 64% dos trabalhadores que estão no setor formal. Como cerca de 36% dos empregos atuais são informais, os atuais sistemas de proteção contra o desemprego não conseguem chegar ao grupo mais vulnerável de trabalhadores (IBGE, 2017).

A proteção contra o desemprego é mantida por dois sistemas paralelos, o Seguro Desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Esses dois programas têm custo fiscal conjunto de cerca de 1% do PIB, quando consideramos os complementos de saque feitos pelo governo como despesa. Eles podem ser incorporados gradualmente, pois têm essencialmente o mesmo propósito, sendo que a atual contribuição obrigatória do FGTS de 8% dos salários eleva o custo do emprego formal. Na transição, os saldos das contas - cuja remuneração é tradicionalmente menor que a inflação - devem ser remunerados a taxas de mercado, para reduzir o que acontece hoje: forte incentivo para que o trabalhador troque de emprego, frequentemente envolvendo demissão induzida pelo funcionário por meio de acordo com o empregador. A fusão dos dois sistemas de segurança contra o desemprego, Seguro Desemprego e FGTS, permitiria uma economia que poderia financiar a extensão do período máximo de cobertura do Seguro Desemprego. Atualmente em 3 a 5 meses, esse período é curto em relação à média de 16 meses da OCDE.

Dois programas de subsídio ao emprego que se sobrepõem, a um custo conjunto de 0,2% do PIB e sem efeitos comprovados sobre a formalização -*Abono Salarial* e *Salário Família*- poderiam ser reconsiderados, pois atingem somente trabalhadores com renda acima da mediana, já que o piso legal para esse benefício é o salário mínimo federal (Figura 16).

Como o segmento de trabalhadores mais vulneráveis não está coberto pelos programas do mercado de trabalho, devido à informalidade, a eficácia desses programas enquanto mecanismos de proteção social fica limitada. Levando em conta que a informalidade é um assunto complexo que retrocederá somente ao longo do tempo, concentrar-se mais fortemente nos esquemas gerais de apoio à renda seria uma proteção mais eficaz contra perda de renda do que os benefícios ligados ao histórico de emprego formal. Isso pode fortalecer a idéia de aumento dos benefícios dos sistemas de transferência condicional em dinheiro, mais notadamente o *Bolsa Família*.

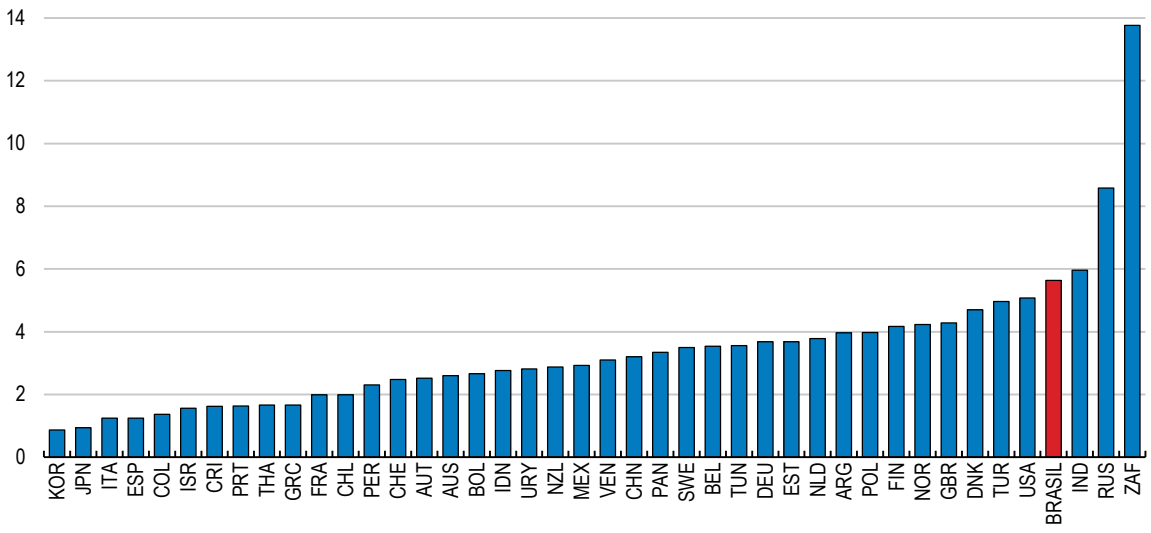
Ao mesmo tempo, esforços adicionais para reduzir a informalidade serão fundamentais para que o crescimento inclusivo avance. O emprego informal não apenas diminui a qualidade do emprego, como também é geralmente menos produtivo (OCDE, 2016e). Quando empresas inteiras estão fora do regime formal , isso impede o acesso aos serviços financeiros, ao crédito e à participação em licitações públicas. O Brasil pode realizar grande progresso na redução da informalidade, com programas para a redução de custos administrativos e da carga tributária para que micro e pequenas empresas entrem na formalidade (Banco Mundial, 2016; Silva et al., 2015; OIT, 2014). A recente reforma trabalhista também poderá reforçar os incentivos à criação de empregos formais, pois a regulamentação restritiva do mercado de trabalho formal foi identificada como um dos fatores por trás da informalidade (Estevão e de Carvalho Filho, 2012). Facilitar ainda mais o registro de empresas também poderá incentivar as empresas e os trabalhadores a se formalizarem, ao mesmo tempo em que iniciativas de reforço à aplicação da regulamentação também têm um papel a desempenhar.

As despesas públicas com saúde, 4,4% do PIB, financiam o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual oferece serviços de saúde pública à população desde 1989. Em comparação

com outros países, a eficiência dos gastos de saúde no Brasil parece baixo. Comparações internacionais baseadas em análise por envoltória de dados indicam que o Brasil poderia ganhar mais de 5 anos de expectativa de vida saudável, indicador de saúde de uso comum, com aumento de eficiência, ao mesmo tempo em que manteria os gastos de saúde per capita correntes (Figura 18; Capítulo 2 do Relatório Econômico de 2015 da OCDE sobre o Brasil). Uma economia significativa poderia resultar de melhor coordenação entre os diferentes níveis do governo e entre os diferentes níveis de complexidade da assistência, e também com o aperfeiçoamento do monitoramento do desempenho e o fortalecimento dos incentivos. Desde 1990, o Brasil é palco de um dos mais fortes declínios da mortalidade infantil na América Latina (Banco Mundial, 2016). No entanto, as comunidades indígenas estão sujeitas a condições de saúde significativamente piores, inclusive com taxas mais altas de mortalidade infantil, sugerindo a necessidade de colocar em foco os grupos vulneráveis e em desvantagem. O desenvolvimento de uma definição mais explícita do que é coberto pelo sistema público de assistência à saúde e o que não é coberto por ele permitiria que os recursos existentes ficassem concentrados nos mais importantes tipos de tratamento e nas pessoas que mais precisam. Isso incluiria eliminar a prática atual, em que pacientes relativamente bem-educados e com melhor renda processam o estado para que este cubra suas despesas com medicamentos, sem preocupação com o equilíbrio entre custo e benefício, exacerbando as desigualdades. A dedutibilidade fiscal das contribuições a planos de saúde privados feitas por 25% dos brasileiros e seus empregadores tem efeitos regressivos e poderia ser suprimido, economizando 0,3% do PIB (Castro, 2014).

Figura 18. Potencial de ganhos com o aumento da eficiência dos gastos com saúde

Em anos de expectativa de vida saudável



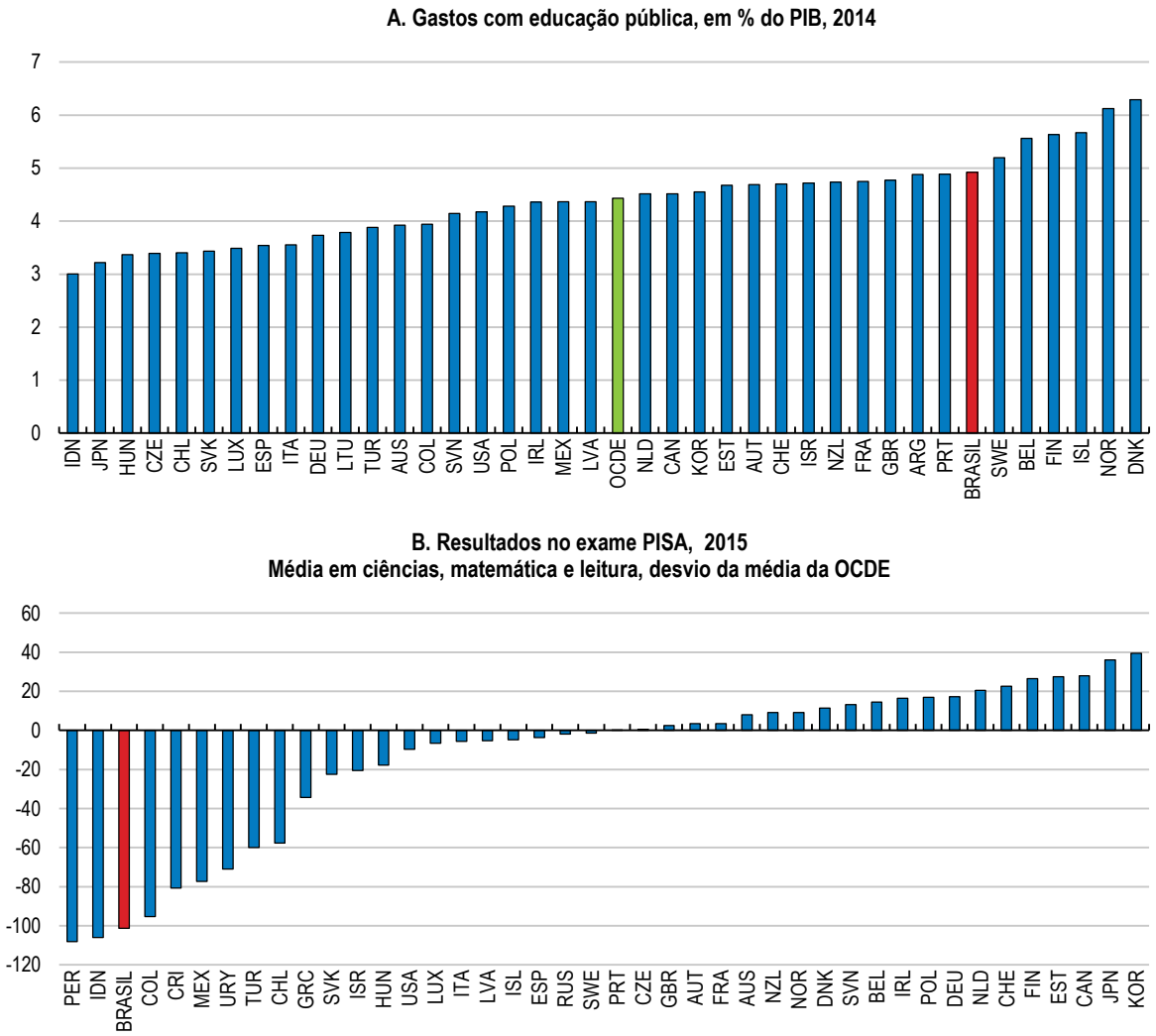
Fonte: Cálculos da OCDE baseados nos dados do Banco Mundial e da OMS.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655510

O setor público gasta 5,4% do PIB em educação, acima da média dos países da OCDE e da América Latina (Figura 19). No entanto, enquanto a Colômbia, o México e o Uruguai gastam menos por estudante do que o Brasil, esses países apresentam melhor desempenho nos testes PISA da OCDE, sugerindo que há espaço para melhorar a eficiência dos gastos (OCDE, 2015f). Deslocar os gastos com educação superior para os ensinos pré-primário,

fundamental e médio elevaria simultaneamente a progressividade e a eficiência. A gratuidade da educação pública superior tende a beneficiar estudantes de famílias de alta renda, pois os estudantes de escolas privadas de ensino médio têm desempenho melhor nos vestibulares. Ao contrário, a oferta de educação pré-escolar diminui significativamente a probabilidade de evasão de estudantes desfavorecidos do sistema educacional (OCDE, 2016p). Na alocação de vagas escassas na educação pré-escolar, a preferência deveria ser dada a famílias de baixa renda e mães solteiras, pois permitiria que mais mulheres participassem do mercado de trabalho. Somente 15% das famílias pobres com crianças de menos de 3 anos têm acesso a creches, comparado a 40% das famílias mais afluentes (Banco Mundial, 2016). Embora se tenha estreitado nos últimos anos, ainda existe uma grande distância entre as conquistas educacionais de brancos e afrodescendentes (Banco Mundial, 2016).

Figura 19. Altos gastos com educação coincidem com resultados fracos



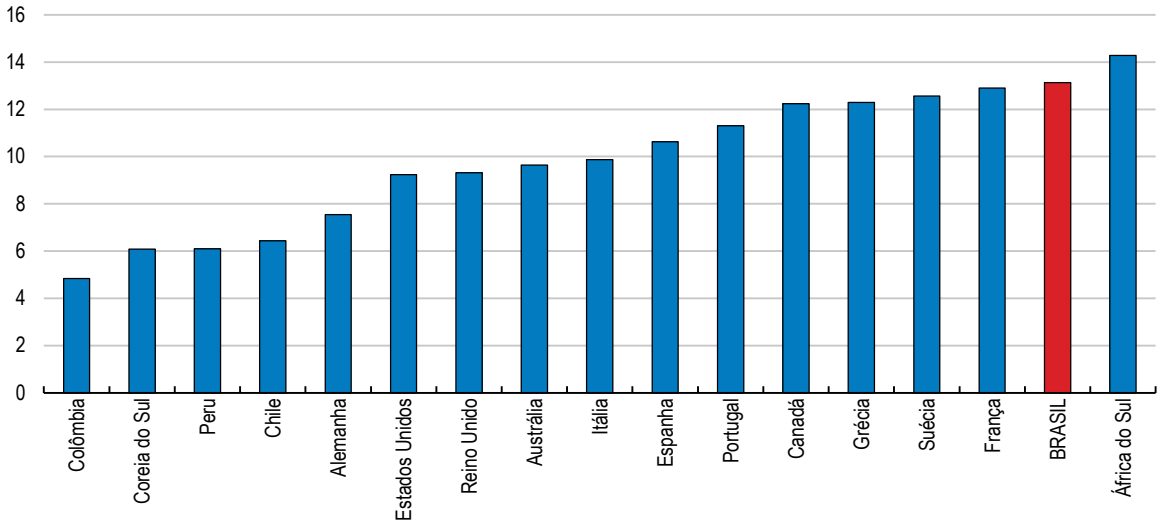
Fonte: OECD Education at a Glance 2017; OECD PISA 2015 Results (Volume I): Excellence and Equity in Education.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655529

A gastos públicos com salários (13,1% do PIB) são altas na comparação internacional (Figura 20). Implementar planos recentes de alinhar os salários iniciais de servidores públicos aos do setor privado apresenta um significativo potencial de economia, pois 39% dos servidores públicos irão se aposentar em 10 anos (Banco Mundial, 2017). A eficiência da administração pública também poderia melhorar com a limitação do escopo de indicações políticas, inclusive em agências de regulamentação e empresas públicas. O direito do poder executivo de fazer indicações políticas é normalmente repassado aos parlamentares para premiar um comportamento eleitoral específico. Pesquisas empíricas sugerem que as indicações políticas reduzem a capacidade das agencias públicas, diminuindo, assim, a eficiência do gasto, e também à capacidade da burocracia de combater a corrupção efetivamente (Bersch et al., 2017). Principalmente em empresas públicas, onde a experiência técnica ou administrativa é indispensável, a justificativa para indicações políticas é fraca. A nova lei das estatais de 2016 colocou alguns limites às indicações políticas em estatais, pois estabeleceu requisitos técnicos mínimos para os candidatos.

Figura 20. Remuneração de funcionários gerais do governo

Em % do PIB, 2015



Fonte: Estatísticas Financeiras do Governo, FMI.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655548

Programas direcionados especificamente a determinados segmentos do setor industrial custam, por ano, 4,5% do PIB; a maior parte desse custo se dá na forma menos transparente de desonerações de impostos, mas também na forma de subsídios. Avaliações rigorosas dessas políticas são raras, mas as evidências existentes não conseguiram comprovar benefícios significativos à produtividade o ao investimento (Banco Mundial, 2017).

Em 1,2% do PIB, o regime tributário diferenciado para pequenas e médias empresas, *Simples Nacional*, é a combinação de uma carga tributária menor com um cálculo simplificado de passivos fiscais baseado no volume de negócios. Isso é um estímulo para as empresas manterem-se pequenas e reduz a possibilidade de obtenção de ganhos de produtividade por meio da aquisição de inputs intermediários de fornecedores externos potencialmente mais eficientes (Caprettini, 2015; OCDE, 2009b). Para empresas muito

pequenas, a facilidade em cumprir a legislação pode prevalecer sobre essas considerações, principalmente considerando que os jovens e as mulheres estão super-representados em micro e pequenas empresas, tanto na posição de trabalhador como na de empresário (OIT, 2014). No entanto, como o teto de volume de negócios para participação é alto, USD 1,5 milhões por ano, o sistema é atualmente usado por 74% das empresas brasileiras. As evidências de que o esquema tem obtido êxito em fomentar a formalização das empresas estão limitadas a micro empreendimentos do setor varejista (Piza, 2016; Monteiro e Assunção, 2012). No contexto de uma reforma fiscal mais ampla que simplificaria o sistema tributário geral, a diminuição do teto de participação do *Simples Nacional* permitiria estreitar o escopo da aplicação do SIMPLES a empresas onde os ganhos com a formalização são mais prováveis e as resultantes distorções da organização da cadeia de valor têm menos importância. Essa reforma traria substanciais benefícios de produtividade para as empresas e fomentaria a inclusão. A um custo fiscal significativamente mais baixo, o programa *Microempreendedor Individual*, com teto de volume de negócios em 20.000 dólares, contribuiu para diminuir a informalidade entre empresários de baixa renda, principalmente mulheres (OCDE, 2012c).

Benefícios fiscais especiais também foram dados a eletrônicos e veículos produzidos domesticamente, bem como para promoção da modernização tecnológica, quase sempre com proteção comercial. Recentemente, considerou-se que algumas dessas medidas violaram as disposições da OMC (OMC, 2017). Na maioria dos casos, elas fizeram subir os preços ao consumidor e a renda dos produtores, mas não há evidência sólida de que houve efeitos positivos no longo prazo. Além disso, incentivos fiscais de larga escala para produtores da Zona Franca de Manaus, localizada no estado do Amazonas, e algumas outras zonas especiais custam cerca de 0,4% do PIB por ano. A submissão desses regimes especiais a avaliações sistemáticas permitiria identificar o escopo para redução dessas despesas fiscais.

As empresas estatais desempenham um papel considerável no Brasil. Existem 141 empresas estatais no Brasil, com receitas da ordem de 5% do PIB (OCDE, 2015b; OCDE, 2012a). As autoridades aprovaram uma nova lei das estatais como primeiro passo para harmonizar e aperfeiçoar a governança em 2016, e anunciaram um pacote de privatizações de empresas estatais em 2017, incluindo a Eletrobrás, empresa geradora de eletricidade, campos de petróleo, linhas de transmissão de energia, ferrovias e diversos aeroportos. Embora as privatizações gerem receitas pontuais que podem ajudar a melhorar as contas fiscais no curto prazo, a principal razão para sua realização deve ser o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança e o incremento da eficiência. No Brasil, as posições gerenciais das empresas estatais têm sido preenchidas por indicações políticas, na maioria das vezes, o que tende a afetar a qualidade da administração e da governança e, no nível estadual, os partidos políticos têm grande influência sobre as estatais locais. Isso sugere que há espaço para ganhos de eficiência na operação privada. As Diretrizes sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais da OCDE (OCDE, 2015b) é uma poderosa ferramenta para abordar desafios de governança normalmente enfrentados por empresas estatais e atribuíveis à interferência política, à falta de incentivos para aperfeiçoamento da governança e a acordos institucionais complexos.

As estimativas sugerem que essas propostas de aumento da eficiência nos gastos poderiam gerar economia fiscal anual de até 7,9% do PIB (Tabela 4).

Tabela 4. Possíveis economias com o aumento da eficiência dos gastos públicos

Medida	Economia potencial anual
Reforma das transferências sociais, inclusive reforma das pensões contributivas, pensões não contributivas de assistência social e eliminação gradual dos programas trabalhistas Abono Salarial e Salário Família (efeito máximo a ser obtido em 10 anos, devido às regras de transição)	Até 2,7% do PIB
O aumento da eficiência dos gastos no setor de saúde, inclusive a integração das assistências básica e avançada, a cobertura universal de assistência básica e o aumento da eficiência de hospitais e profissionais de saúde	0,3% do PIB
A retirada da dedutibilidade fiscal federal das contribuições aos planos de saúde privados	0,3% do PIB
A eliminação da ineficiência nos ensinos fundamental e médio, bem como nas instituições federais de educação superior	1,5% do PIB
Alinhamento dos níveis de pagamento do setor público aos salários do setor privado	0,9% do PIB
Reforma do regime fiscal das pequenas e médias empresas no contexto de uma reforma fiscal mais ampla	até 1,2% do PIB
Redução das exonerações fiscais e dos subsídios direcionados ao setor industrial	até 0,8% do PIB
Aperfeiçoamento dos contratos públicos	0,2%
TOTAL	**Até 7,9% do PIB**

Fonte: Estimativas dos funcionários do Banco Mundial com base nas estimativas do Banco Mundial (2017), OCDE.

Aperfeiçoamento do quadro fiscal

O Brasil obteve grande progresso em seu quadro fiscal, incluindo o novo teto de gastos e a recém-estabelecida Instituição Fiscal Independente (IFI), que tem publicado relatórios mensais de grande qualidade, com projeções e cenários fiscais. O estabelecimento de uma instituição fiscal foi recomendado em edições anteriores de Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil (Tabela 5). A transparência fiscal também teve progressos (FMI, 2017b). Avaliações periódicas e sistemáticas de impacto dos principais itens de despesas poderiam levar a melhorias adicionais. Além disso, a prática difundida de parlamentares fazerem emendas orçamentárias para projetos em sua base eleitoral poderia ser reduzida e voltada mais transparente, pois as evidências empíricas sugerem uma conexão entre essas emendas e corrupção (Azevedo e Colaço, 2010). Sem auditorias sistemáticas, esses orçamentos são utilizados principalmente para a construção de coalizões, o que fica comprovado pelos abruptos aumentos no orçamento antes das principais votações parlamentares.

Tabela 5. Recomendações anteriores da OCDE sobre as políticas macroeconômicas

Recomendações	Medidas tomadas desde a realização do Relatório 2015
Implantar o ajuste fiscal em linha com os objetivos de médio prazo, inclusive a estabilização da dívida bruta.	Planos para o ajuste fiscal já foram feitos, particularmente com o novo teto de gastos.
Aumentar gradualmente a idade de aposentadoria e indexar os benefícios aos preços ao consumidor, não ao salário mínimo.	Um projeto de lei de reforma previdenciária está sendo discutido no Congresso, mas ainda não foi votado.
Adotar uma regra de gastos e reduzir a rigidez do orçamento a traves de uma redução da afetação de receitas e uma flexibilização das despesas obrigatórias em certos itens. Consolidar a supervisão fiscal para monitorar ex ante a conformidade com a regra fiscal.	A regra de gastos foi adotada, a indexação ao PIB dos gastos federais mínimos com saúde e educação foi removida e uma instituição fiscal independente (IFI) foi criado com êxito.
Eliminar gradualmente a dedutibilidade fiscal das despesas com planos de saúde privados para liberar mais recursos para o SUS.	Nenhuma medida foi tomada.
Estabelecer prazos fixos para o mandato do presidente do Banco Central e dos os membros do Comitê de Política Monetária.	Nenhuma medida foi tomada.
Ajustar com maior frequência a taxa do empréstimo compulsório (TJLP), em linha com a taxa da política monetária (SELIC).	A taxa do empréstimo compulsório (TJLP) foi substituída por uma nova taxa chamada TLP, a qual convergirá para as taxas de mercado nos próximos 5 anos.

Aperfeiçoamento da governança e redução da corrupção

O Brasil está em 79º lugar entre os 176 países listados na última publicação do índice de corrupção da Transparência Internacional (TI, 2016). Práticas de corrupção e propina, como as reveladas nos últimos anos (consulte aCaixa 3), fazem com que os recursos públicos sejam desperdiçados e exacerbam as desigualdades de renda, ao permitir que servidores públicos e empresas desviem os recursos do contribuinte. As evidências surgiram principalmente no contexto das contratações públicas, inclusive por empresas estatais, do crédito subsidiado e dos incentivos fiscais para empresas e setores específicos. As concessões de infraestrutura também são vulneráveis ao conluio entre licitantes e à corrupção, pois as estimativas sugerem que doações de campanha de empresas fizeram com que aumentasse significativamente a probabilidade de essas empresas ganharem contratações públicas (Boas et al., 2014). A regulação financeira dos partidos e das campanhas políticas, atualmente em discussão no Brasil, é crucial para evitar que interesses particulares poderosos capturem o processo político, deixando o crescimento menos inclusivo e fazendo com que caia a confiança no governo (OCDE, 2016d).

Caixa 3. Investigações recentes de corrupção

Uma série de denúncias de corrupção começou a aparecer no Brasil em 2014, associadas ao termo "Operação Lava Jato". As investigações, facilitadas por uma nova lei anticorrupção e pelo escopo ampliado dos acordos de delação premiada, inicialmente colocaram o foco na empresa estatal de petróleo, Petrobrás, mas depois estenderam-se a outros setores, inclusive construção civil, infraestrutura, energia e processamento de alimentos. Por meio de acordos de delação premiada, executivos de empresas implicaram políticos, sendo que alguns deles já foram sentenciados. Em muitos casos, as investigações ainda estão em andamento.

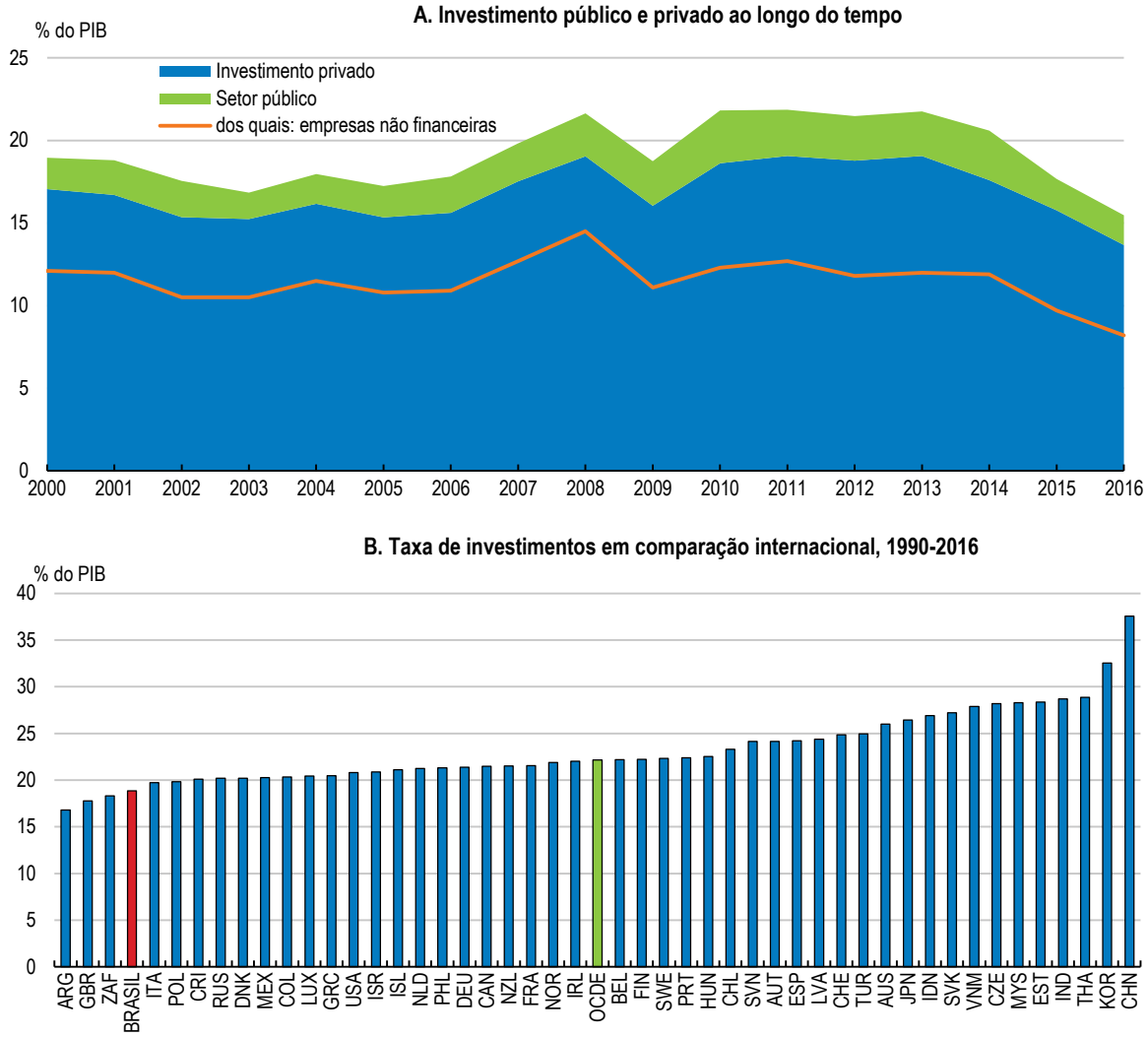
O aperfeiçoamento da transparência e da responsabilização são fundamentais para abordar as causas enraizadas da corrupção. O Brasil já tem uma lei da transparência, mas, apesar dos progressos no nível federal, sua implantação não é uniforme em todos os estados e municípios. Informações essenciais sobre contratos de fornecimento, cuja divulgação é obrigatória de acordo com a lei, nem sempre são apresentadas (Mohallem e Ragazzo, 2017). Além disso, instituições responsáveis pelo combate à corrupção poderiam colaborar melhor, às vezes, apesar da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) (Mohallem e Ragazzo, 2017). Ao mesmo tempo, os recentes progressos em expor e abrir processos judiciais para as acusações de corrupção são notáveis e mostram a força do judiciário no Brasil.

Os esforços de combate à corrupção devem incluir uma avaliação completa das leis de contratação pública, em particular o modo com que suas muitas complexidades e isenções afetam a integridade dos processos de licitação e a concorrência. Essa revisão também deve cobrir o risco de conluio em licitações públicas, que é substancial. A redução do conluio reduzirá os preços pagos pelas autoridades públicas e as oportunidades de corromper o processo (OCDE, 2010b; OCDE, 2014). As regras relativas aos conflitos de interesse, incompatibilidades e imparcialidade nas contratações públicas poderiam ser otimizadas e fortalecidas. O uso obrigatório de órgãos de compra centralizados, os quais estão menos propensos à corrupção, poderia ser expandido juntamente com o treinamento sistemático dos servidores responsáveis pelas contratações públicas sobre estruturação eficaz das licitações e detecção eficaz de práticas de conluio (OCDE, 2012b). Os procedimentos de denúncia estão presentemente prejudicados por competências sobrepostas e sistemas paralelos para ofensas semelhantes, dificultando a proteção eficaz dos denunciantes. A maioria dos países da OCDE possui leis dedicadas para proteção dos denunciantes, mas o Brasil não (OCDE, 2016c). Em relação à propina do exterior, o Brasil tem aumentado significativamente sua capacidade de investigar de modo proativo o recebimento de propinas do exterior, em cooperação próxima e em coordenação com outros participantes da Convenção Anticorrupção da OCDE (OCDE, 2017e).

Aumentar o investimento é uma das principais prioridades das políticas

O nível do investimento tem declinado continuamente desde 2013, e está baixo na comparação internacional (Figura 21). Um maior nível de investimento elevaria o potencial de crescimento da economia e fortaleceria o crescimento da produtividade, possibilitando aumentos salariais sem colocar em risco a competitividade dos produtores domésticos.

Figura 21. Após anos de declínio, o investimento está baixo na comparação internacional

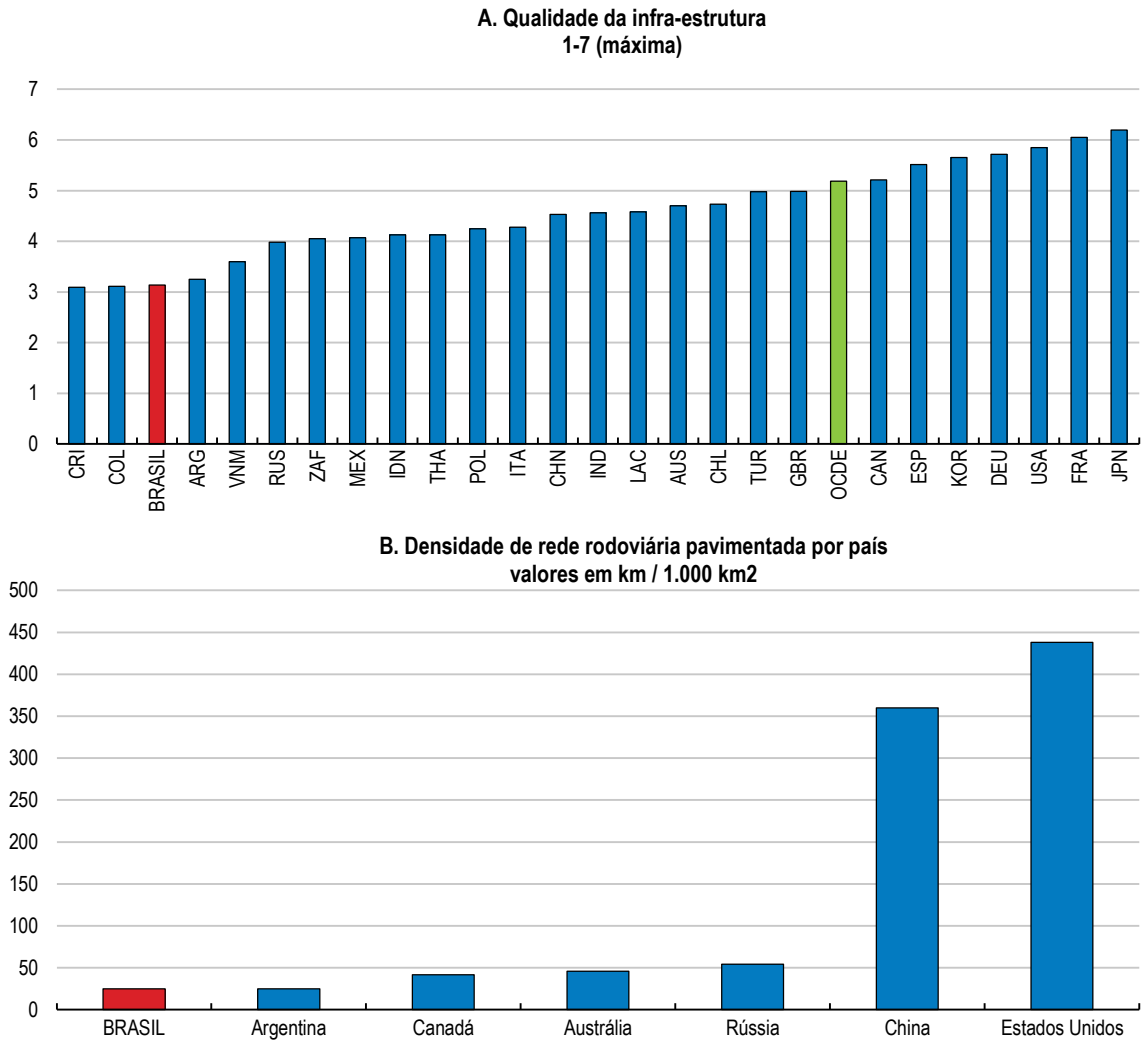


Fonte: Banco de dados Perspectivas Econômicas da OCDE, IBGE, CEMEC (2017).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655567

O investimento em infraestrutura é particularmente importante. Entre 138 países, o Brasil ocupa atualmente a 116ª posição em qualidade de infraestrutura, de acordo com a última pesquisa do Fórum Econômico Mundial, após anos perdendo terreno para outros países. Deficiências de qualidade são comuns a muitas áreas de infraestrutura (Figura 22).

Figura 22. A qualidade da infraestrutura é baixa



Fonte: Fórum Econômico Mundial, banco de dados de Indicador de Competitividade Global; CNT, disponível em http://pesquisarodovias.cnt.org.br/. Os dados são de 2016.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655586

Aprimoramento das opções de financiamento do investimento

Acesso a financiamento e altos custos de crédito são grandes obstáculos ao investimento. Dominados pelo BNDES, os mercados de crédito corporativo de longo prazo possivelmente não estejam alocando de modo eficaz os escassos fundos disponíveis, pois mesmo os investimentos de longo prazo estão majoritariamente fluindo para o curto prazo, principalmente instrumentos overnight. É provável que um mercado de crédito privado e competitivo levaria a melhores resultados, e é agora que as condições para o seu desenvolvimento estão melhores do que nunca, pois as taxas de empréstimo do BNDES estão convergindo para as taxas de mercado e o rendimento dos títulos seguros do governo caíram.

Caracterizados por prazos particularmente longos, 53% dos empréstimos para infraestrutura foram estendidos pelo BNDES, cujos recursos serão insuficientes para

cobrir as necessidades futuras de infraestrutura. Atrair mais financiamento privado exige uma variedade de produtos financeiros para atender diferentes tipos de investidores, como bancos internacionais, fundos soberanos, fundos de pensão estrangeiros e bancos multilaterais de desenvolvimento.

O BNDES poderia evoluir, deixando de ser a principal fonte de financiamento de infraestrutura no Brasil para servir como catalisador da mobilização de financiamento privado, inclusive do exterior. Exigir co-financiamento privado em empréstimos do BNDES é uma maneira de envolver os credores privados. Para grandes empréstimos de infraestrutura, o BNDES poderia organizar empréstimos com um consórcio de diversos bancos. O BNDES também poderia liderar a criação de instrumentos financeiros estruturados, tranches dos quais poderiam ser compradas por um número maior de investidores institucionais, inclusive aqueles que estão limitados a ativos com grau de investimento. Ao reproduzir as práticas de credores multilaterais, o próprio BNDES poderia investir em dívida subordinada ou dívida mezanino com capacidade de absorver perdas para reduzir o perfil de risco de outros investidores, ou fornecer garantias contra determinados tipos de risco para complementar mercados de seguros incompletos. Mudar o foco do empréstimo para esses tipos de instrumentos, alguns dos quais já foram usados pelo BNDES anteriormente, aumentaria a eficácia da utilização do balanço do BNDES, o qual, por sua vez, poderia ser bastante reduzido para abrir espaço para credores privados. Ao mesmo tempo, o BNDES poderia orientar seus empréstimos para áreas específicas onde o setor privado tem dificuldades para operar e onde as falhas do mercado são particularmente relevantes, por exemplo, o financiamento de pequenas start-ups e de projetos de inovação. Na maioria dos países da OCDE que possuem bancos públicos de desenvolvimento, o foco está centrado nessas áreas específicas.

O BNDES também poderia assumir um papel de liderança na transição para o modelo de financiamento de projeto mesmo, o qual limita os recursos do credor aos ativos e fluxos do projeto, limitando os riscos para investidores de capital. Atualmente, a maioria dos empréstimos do BNDES exigem garantias das empresas patrocinadoras, estreitando o leque de investidores de capital as maiores empresas industriais, de serviços públicos e de construção. Como muitas grandes empresas de construção enfraqueceram-se devido aos escândalos de corrupção, a diversificação da base de investidores de capital, inclusive os fundos de investimento ou fundos de pensão, tornou-se mais urgente.

Melhoria do ambiente de negócios para aumentar o retorno dos investimentos

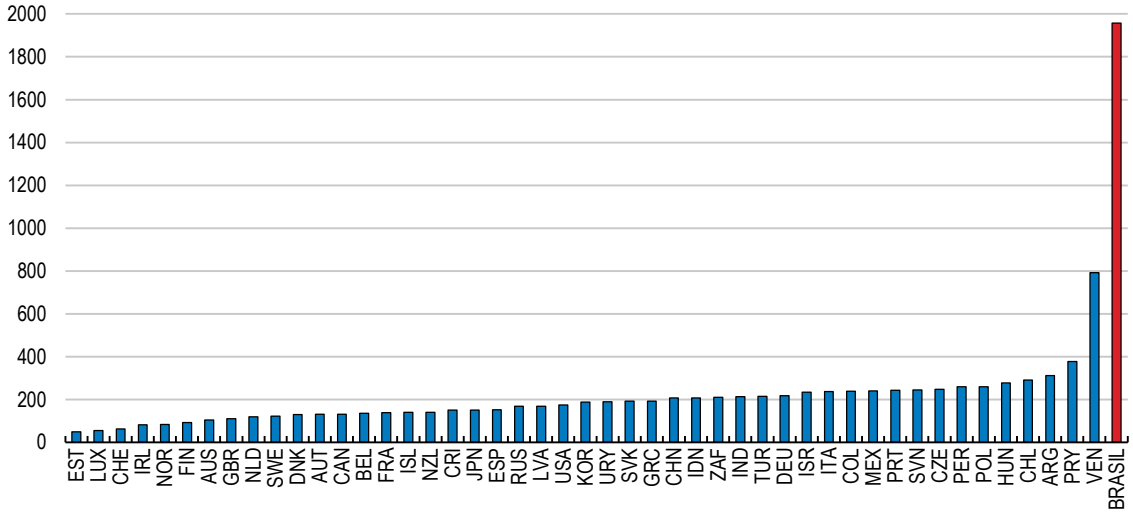
Além das dificuldades para ter acesso a financiamento, o baixo nível de investimento do Brasil reflete um ambiente de negócios desfavorável, aumentando custos e cerceando o retorno dos investimentos. A realização de reformas em diversas áreas seria um grande passo e poderia ser o empurrão muito necessário ao investimento no Brasil.

Um dos elementos-chave é o fragmentado sistema de impostos sobre o consumo (os chamados impostos indiretos), o qual eleva o custo do capital ao limitar os reembolsos do imposto pago sobre ativos fixos e faz do Brasil o país com os mais altos custos de conformidade fiscal (Figura 23). Os seis tributos sobre o consumo existentes no Brasil são cobrados em parte pelo governo federal e em parte pelos estados, cada um dos quais aplicando seu próprio código fiscal, base tributária e alíquotas de impostos. As empresas que desejam oferecer mercadorias e serviços em nível nacional devem cumprir as regras fiscais de todos os estados (CNI, 2014). Os créditos tributários para insumos intermediários são acumulados somente se forem incorporados à mercadoria final

vendida, resultando em uso intensivo de contadores fiscais e frequentes processos judiciais litigiosos.

Figura 23. Horas necessárias para preparar os impostos

Para uma empresa industrial de referência, 2017



Fonte: Banco Mundial (2017).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655605

Uma solução seria consolidar os diferentes tributos sobre o consumo em um único imposto sobre valor agregado com regras simples - seguindo o exemplo recente da Índia – como recomendado no Relatório Econômico da OCDE sobre o Brasil de 2015 (OCDE, 2017c, OCDE, 2015g). O governo federal poderia sair na frente e consolidar seus próprios impostos sobre o consumo em um único imposto sobre valor agregado com uma ampla base, reembolso total para IVA pago nos insumos e taxa zero para exportações. Assim que esse imposto fosse estabelecido, os impostos estaduais poderiam ser integrados a esse sistema na forma de sobretaxas específicas do estado sobre a mesma base tributável. Isso poderia ser feito gradualmente e não impediria que diferentes estados aplicassem taxas diferentes, desde que a base fiscal fosse uniforme e o princípio de destino fosse aplicado consistentemente ao comércio entre estados. A compensação temporária, via governo federal, de alguns estados que provavelmente enfrentarão perdas de receita por seguirem o princípio da destinação, pode permitir que esses estados façam um ajuste gradual e facilitaria a obtenção de um consenso, como aconteceu na Índia (OCDE, 2017d).

Muitas indústrias são caracterizadas por um baixo nível de concorrência, o que levar a rígidas estruturas industriais onde as empresas com forte desempenho têm mais dificuldade de crescer à custa de empresas com baixa produtividade. Isso fez com que os recursos ficassem presos nas empresas de baixa produtividade, com menos oportunidades de investimento, e cerceou os incentivos à inovação e à modernização tecnológica (Pinheiro, 2013; IEDI, 2011; IEDI, 2014; Banco Mundial, 2018).

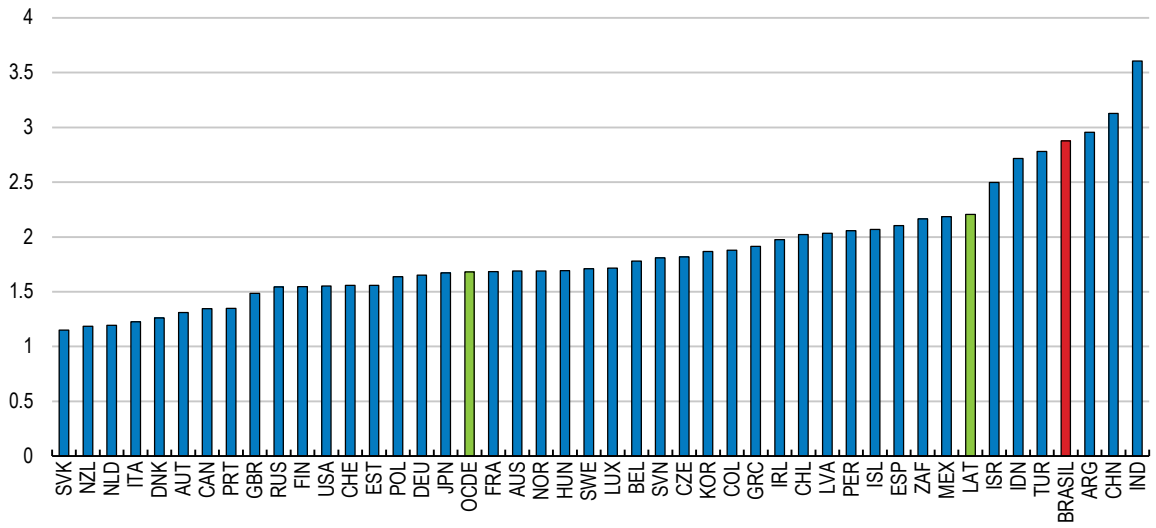
Tanto as barreiras de entrada nacionais e a falta de concorrência estrangeira contribuíram para isso. O Brasil tem espaço para reduzir os custos administrativos e otimizar os procedimentos de licenciamento de novos negócios, garantindo que a regulamentação não

prejudique desnecessariamente a concorrência (Figura 24). Portugal, por exemplo, teve experiências positivas com a aplicação da regra "silêncio significa consentimento " em áreas de licenciamento sem preocupações importantes com a segurança o com o meio ambiente. De modo mais geral, o Guia para a Avaliação de Concorrência da OCDE (OECD Competition Toolkit, OCDE, 2010a) oferece diretrizes não apenas para identificar mas também para revisar as políticas que restringem indevidamente a concorrência. Os resultados empíricos sugerem que altos custos administrativos estão ligados a menor produtividade das empresas (Arnold e Flach, 2018).

Finalmente, as políticas industriais devem dar tratamento neutro a todas as empresas incumbentes e entrantes, e a todos os diferentes setores de atividade. No passado, muitas políticas industriais contribuíram para cimentar as estruturas industriais existentes, mas a saída de empresas menos produtivas libera os recursos que são necessários para que as empresas mais bem-sucedidas cresçam até uma escala eficiente (Andrews et al., 2017). Além disso, a concessão de licenças ambientais poderia ser otimizada e ficar mais previsível, sem abrir a porta para isenções irrestritas ao licenciamento.

Figura 24. As barreiras regulatórias aos empreendimentos são altas

O indicador tem uma escala de 0 (a menos restritiva) a 6 (a mais restritiva), 2013



Nota: LAT inclui Argentina, Chile, Colômbia e México. Os dados da Argentina são de 2016.
Fonte: Indicadores de Regulamentação de Mercado do Produto da OCDE, 2013, disponíveis em www.oecd.org/eco/pmr.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655624

Na infraestrutura, a revisão de algumas das atuais regulamentações e práticas, particularmente para estruturar e preparar projetos e nos níveis subnacionais, poderia elevar o investimento. Devido à falta de capacidade técnica, alguns projetos foram estruturados pelas mesmas empresas (ou suas subsidiárias) que, depois, apresentaram propostas. Isso reduz o número de propostas recebidas, em alguns casos a somente uma proposta, e abre a porta para comportamento anticoncorrencial (Banco Mundial, 2016). A capacidade de estruturar projetos de infraestrutura poderia aumentar se os servidores envolvidos na estruturação da infraestrutura recebessem mais treinamento. Ao mesmo tempo, o BNDES formou um grupo de grande capacidade técnica para estruturação de

projetos. As autoridades estaduais e municipais poderiam usar esse conhecimento mais amplamente.

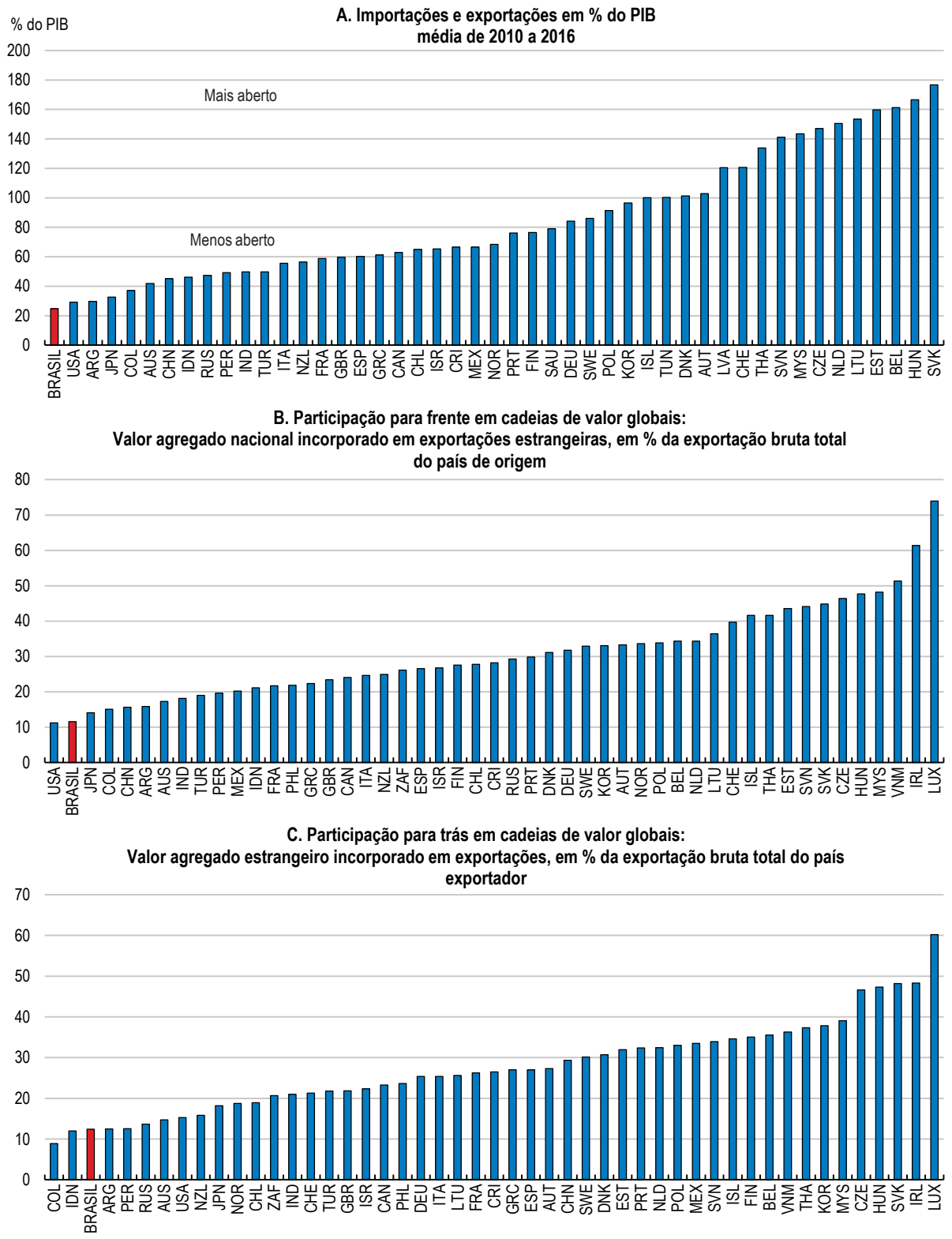
Embora o Brasil tenha 20 anos de experiência na utilização de concessões remuneradas por tarifas pagas pelo usuário, as parcerias público-privadas (PPPs) poderiam servir como ferramenta adicional a ser utilizada onde é difícil implantar tarifas a serem pagas pelo usuário. Apesar da lei federal das PPPs, poucas foram feitas até agora, a maioria envolvendo governos subnacionais. A unificação das políticas e processos relativos à priorização, preparação, estruturação e condução de concorrências para PPPs entre uma jurisdição e outra poderia reduzir a incerteza e os custos para investidores (Banco Mundial, 2016). No entanto, em alguns países, as PPPs foram uma opção atraente no passado porque os passivos futuros associados não foram adequadamente registrados no orçamento, o que mostra os perigos de usar as PPPs sem uma estrutura contábil adequada e transparente. Essas experiências deixaram a lição de que é importante incorporar na estrutura orçamentária de médio prazo todas as consequências que as PPPs tiverem sobre o orçamento.

Em 2016, a nova lei de parceria em investimento criou uma entidade central ligada diretamente à presidência, cuja tarefa é selecionar e priorizar projetos e monitorar sua implantação. O papel coordenador dessa entidade central seria semelhante ao planejamento de infraestrutura feito no caso da rede de eletricidade. A *Secretaria Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos* está em linha com as melhores práticas internacionais e deve continuar a usufruir de recursos abundantes, tanto financeiros quanto humanos. As preocupações ambientais também devem fazer parte do planejamento da infraestrutura.

Apoio à integração regional e à economia mundial

Com as exportações e as importações em menos de um quarto do PIB, a economia está significativamente menos integrada à economia mundial do que outras economias de mercado emergentes de tamanho similar (Figura 25). Isso reflete diversas décadas de políticas voltadas para o mercado interno, inclusive a estratégia de industrialização por meio da substituição de importações. Participando pouco no comércio internacional, o Brasil permaneceu à margem das redes de valor globais, pois as exportações contêm, em sua maior parte, valores agregados nacionais e não alimentam muito em exportações de outros países. A única ligação discernível do Brasil com as redes de valor globais é com a vizinha Argentina, sem qualquer outro vínculo de negócios significativo na região, enquanto muitas economias asiáticas estão fortemente interligadas por relações comerciais, tanto entre elas como com as economias avançadas (Figura 26).

Figura 25. A exposição ao comércio e a participação em redes de valor globais são baixas

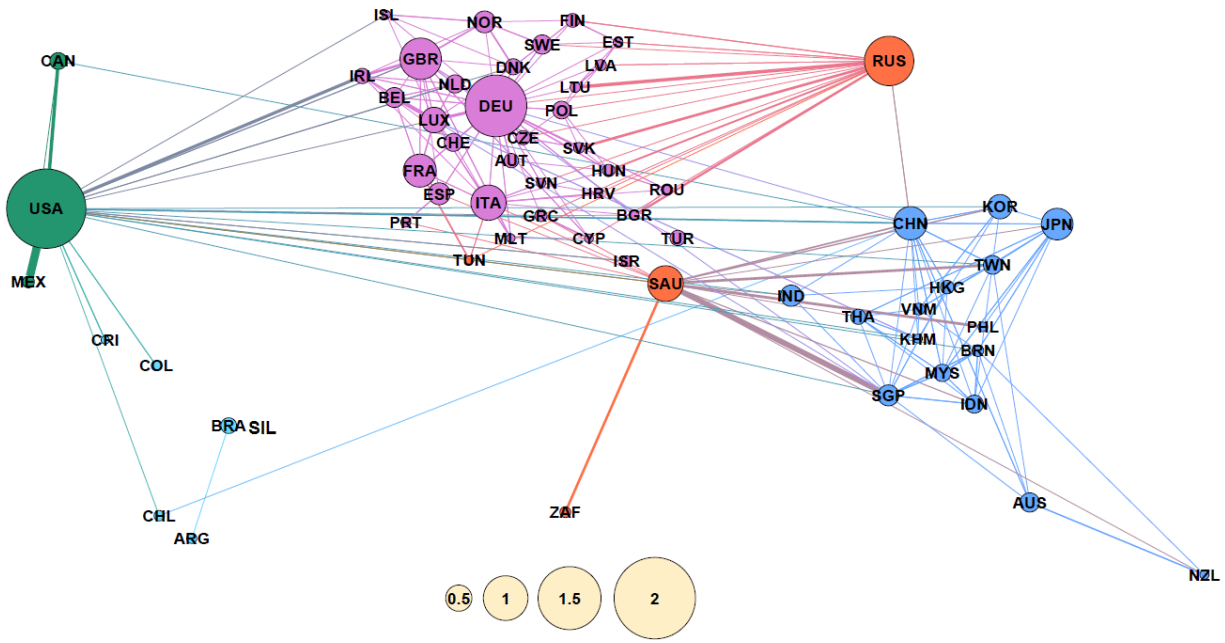


Fonte: Banco de Dados de Perspectivas Econômicas da OCDE, OCDE, TiVA Nowcast Estimates.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655643

Figura 26. O Brasil tem se mantido à margem das redes de valor globais

Mapa das redes de valor globais

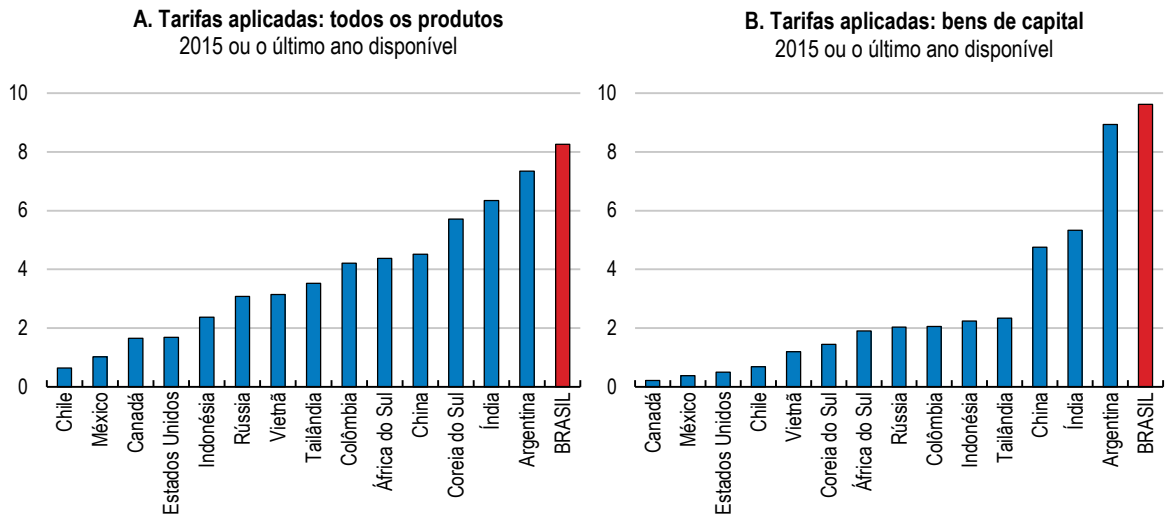


Nota: Um círculo maior indica uma economia cujos setores estão mais conectados às redes de produção globais.
Fonte: Criscuolo e Timmins (2017).

A economia está isolada das oportunidades globais e da concorrência externa

Esta situação reflete barreiras comerciais de diversas formas. Os níveis médios das tarifas ponderados pelas importações estão quase duas vezes maior do que na vizinha Colômbia e mais de 8 vezes maior do que no México e no Chile (Figura 27). A taxa de tarifa aplicada mais frequentemente no Brasil é 14%, enquanto cerca de 450 posições estão no nível máximo de 35%, inclusive têxteis, vestuário, couro e veículos automotores. Os níveis eficazes de proteção resultantes do efeito cascata das tarifas nos diferentes níveis da cadeia de produção estão em 26%, na média, mas variam de 40% a 130% para têxteis, vestuário e veículos automotores, em ordem crescente (Castilho e Miranda, 2017). O Brasil é o país com o maior número de posições pautais acima de 10%. Além das tarifas, diversas exigências de conteúdo nacional acrescentam à proteção dos produtores nacionais e simulações de modelo sugerem que esses fatores são a causa fundamental das significativas reduções em importações e exportações (Stone et al, 2015).

Figura 27. As barreiras comerciais estão altas, principalmente para os bens de capital



Fonte: Banco de dados da Solução Comercial Integrada Mundial (WITS).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655662

As altas barreiras comerciais impedem que o Brasil aproveite os diversos benefícios de uma economia global cada vez mais integrada. Tanto os consumidores quanto as empresas que compram bens intermediários ou bens de capital estão pagando preços bem mais altos do que em outros países. As barreiras comerciais a bens de capital costumam ser ainda maiores do que as tarifas médias e esse pode ser um bom lugar para começar a redução das tarifas, pois os benefícios advindos de bens de capital mais baratos se espalhariam por toda a economia. Um regime tributário especial cujo propósito é reduzir tarifas de importação sobre bens de capital está em vigor, mas é aplicável somente se não existir nenhum produto nacional equivalente e o Brasil tem uma indústria de bens de capital de tamanho considerável. Na América Latina e entre as economias de mercado emergentes, as empresas brasileiras são as que menos usam insumos importados, o que contribui para a baixa produtividade das empresas (Brambilla et al., 2016).

Além disso, estimular a concorrência fomentará o crescimento e a criação de empregos. A abertura seria provavelmente o jeito mais eficaz de fortalecer as pressões da concorrência em muitas indústrias. Isso também beneficiaria o desempenho das exportações brasileiras, que caiu quase 25% nos últimos 15 anos, enquanto o desempenho das exportações no México aumentou 25%. Dada a baixa integração comercial das empresas brasileiras, de modo geral, elas também tiveram uma fraca participação nas redes de valor globais. Na América Latina, o México e o Chile são exemplos de como o comércio e a integração às redes de valor globais podem contribuir com o crescimento econômico e a resiliência (OCDE, 2017b, OCDE, 2015c).

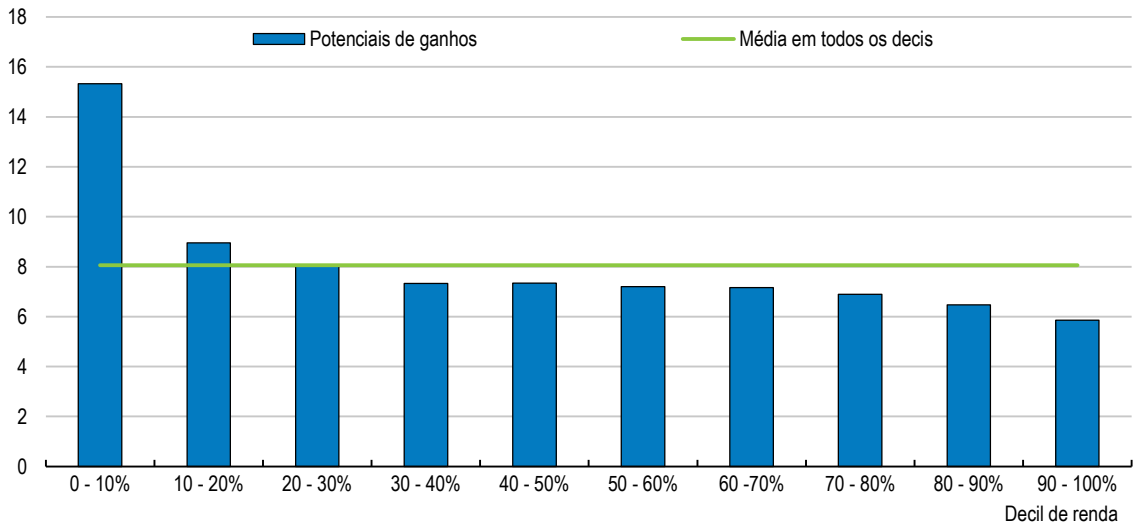
Uma maior integração com o comércio internacional fomentaria o crescimento e o progresso social

Para aumentar a produtividade, que tem estado estagnada nos últimos 15 anos, será necessário aproveitar melhor as oportunidades globais. O efeito mais evidente e imediato de barreiras comerciais menores é a queda no preço dos importados aos consumidores. As estimativas sugerem que o poder de compra dos consumidores brasileiros poderia

aumentar 8% sem as barreiras comerciais (Figura 28). Além disso, esses benefícios são altamente progressivos, pois as famílias de menor renda gastam uma parte maior de suas rendas em bens comercializáveis como comida, eletrodomésticos, móveis e roupas. A análise detalhada da redução da proteção comercial, considerando diferenças na cesta de consumo das famílias, sugere que o decil de menor renda poderia ganhar até 15% em termos de maior poder de compra, comparado a 6% do decil superior (Arnold et al., 2018). Portanto, tarifas menores trariam benefícios aos consumidores pobres, inclusive para mulheres que são arrimo de família (UN-IANWGE, 2011). A redução das tarifas não resultaria em perdas tributárias importantes, pois elas estão atualmente em cerca de 0,5% do PIB; e os efeitos de produtividade resultantes da maior integração levariam provavelmente a uma expansão da atividade e um aumento das receitas tributárias.

Figura 28. Reduzir as barreiras comerciais teria efeitos altamente progressivos

Os ganhos potenciais no poder de compra por decis de distribuição de renda



Fonte: Arnold et al. (2018).

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655681

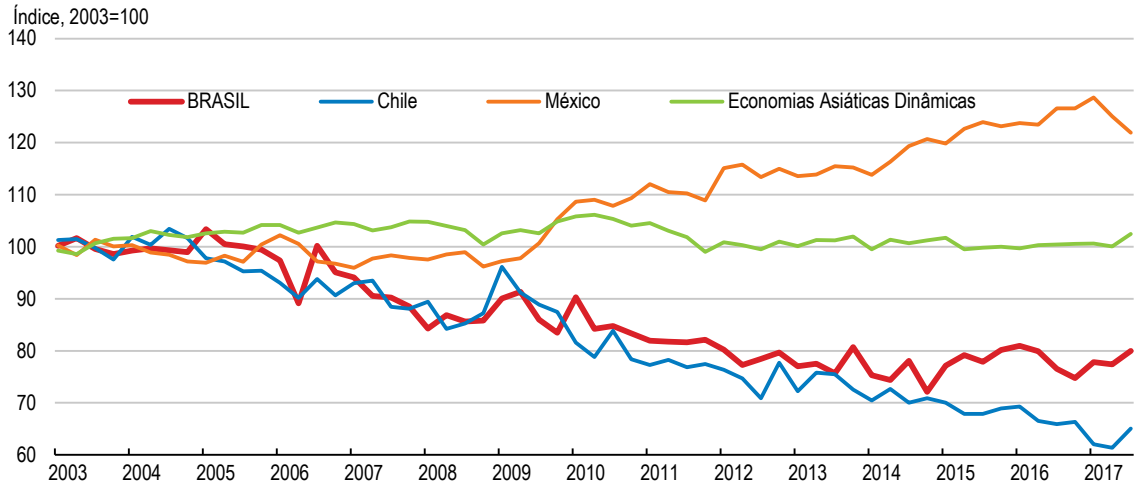
Em relação a empresas e emprego, os efeitos da redução das barreiras comerciais normalmente combinam benefícios de médio prazo a custos do ajuste de curto prazo. A abertura pode gerar realocações de recursos entre setores e empresas, incluindo perdas de emprego em algumas áreas e criação de empregos em outras. Por um lado, as empresas - assim como os consumidores - ganham acesso mais fácil a insumos intermediários e de capital por meio das importações, e também por meio da reação dos produtores nacionais à crescente concorrência. As reduções tarifárias dos anos 1990 dispararam substanciais benefícios de produtividade (Lisboa et al., 2010; Banco Mundial, 2018). Um estudo recente concluiu que uma redução de 1% nas tarifas de insumos aumentaria a produtividade em cerca de 2% (Gazzoli e Messa, 2017). Efeitos semelhantes foram observados em outros países (Amiti e Konings, 2007; Grossman e Helpman, 1991).

Por outro lado, barreiras comerciais mais baixas intensificam as pressões de concorrência que as empresas nacionais enfrentam em seu próprio mercado. Como resultado, algumas empresas de baixo desempenho perderão participação no mercado e, por fim, poderão ser empurradas para fora do mercado. É precisamente esse processo de realocação que

permitirá que o capital e a mão-de-obra fluam para setores ou empresas mais produtivas, onde empregos novos e melhor remunerados podem ser criados (Criscuolo et al., 2014). Uma grande parte do crescimento da produtividade nas economias avançadas pode ser atribuída a esses efeitos de realocação (Hsieh e Klenow, 2009). Para o Brasil, as estimativas sugerem ganhos potenciais de produtividade da ordem de 40% (Busso et al, 2013).

Assim como algumas empresas perdem participação no mercado nacional em caso de maior integração, outras aproveitam as novas oportunidades de exportação que surgem, expandem-se e contratam novos trabalhadores. O desempenho das exportações no Brasil foi fraco na última década e o fortalecimento das exportações seria a razão fundamental para reduzir a proteção comercial (Figura 29). Em termos de emprego total, o efeito das exportações provavelmente dominará, com trabalho analítico sugerindo que o emprego total ultrapassará 1% de ganhos (Araújo e Flaig, 2017). Além disso, a demanda por mão-de-obra de baixa qualificação provavelmente cresceria mais do que o retorno sobre o capital, sugerindo que novas oportunidades de emprego em um Brasil de economia mais aberta ajudariam desproporcionalmente os pobres (Harrison et al., 2004). Reduções anteriores na proteção comercial foram associadas a aumentos do emprego feminino (Gaddis e Pieters, 2012), em linha com as evidências internacionais que sugerem que as mulheres se beneficiam particularmente das oportunidades de emprego que surgem no contexto de maior integração (UNCTAD, 2009). Os empregos criados nas empresas exportadoras também têm maior probabilidade de serem empregos formais que pagam melhor, pois os exportadores brasileiros pagam salários 51% mais altos do que os não exportadores (Brambilla et al., 2016).

Figura 29. O desempenho das exportações tem sido fraco



Nota: O desempenho das exportações é medido como sendo o crescimento real das exportações em relação ao crescimento do mercado de exportações do país, o que representa o crescimento potencial das exportações para um país, supondo que sua participação no mercado permaneça inalterada.
Fonte: Banco de dados Perspectivas Econômicas da OCDE.

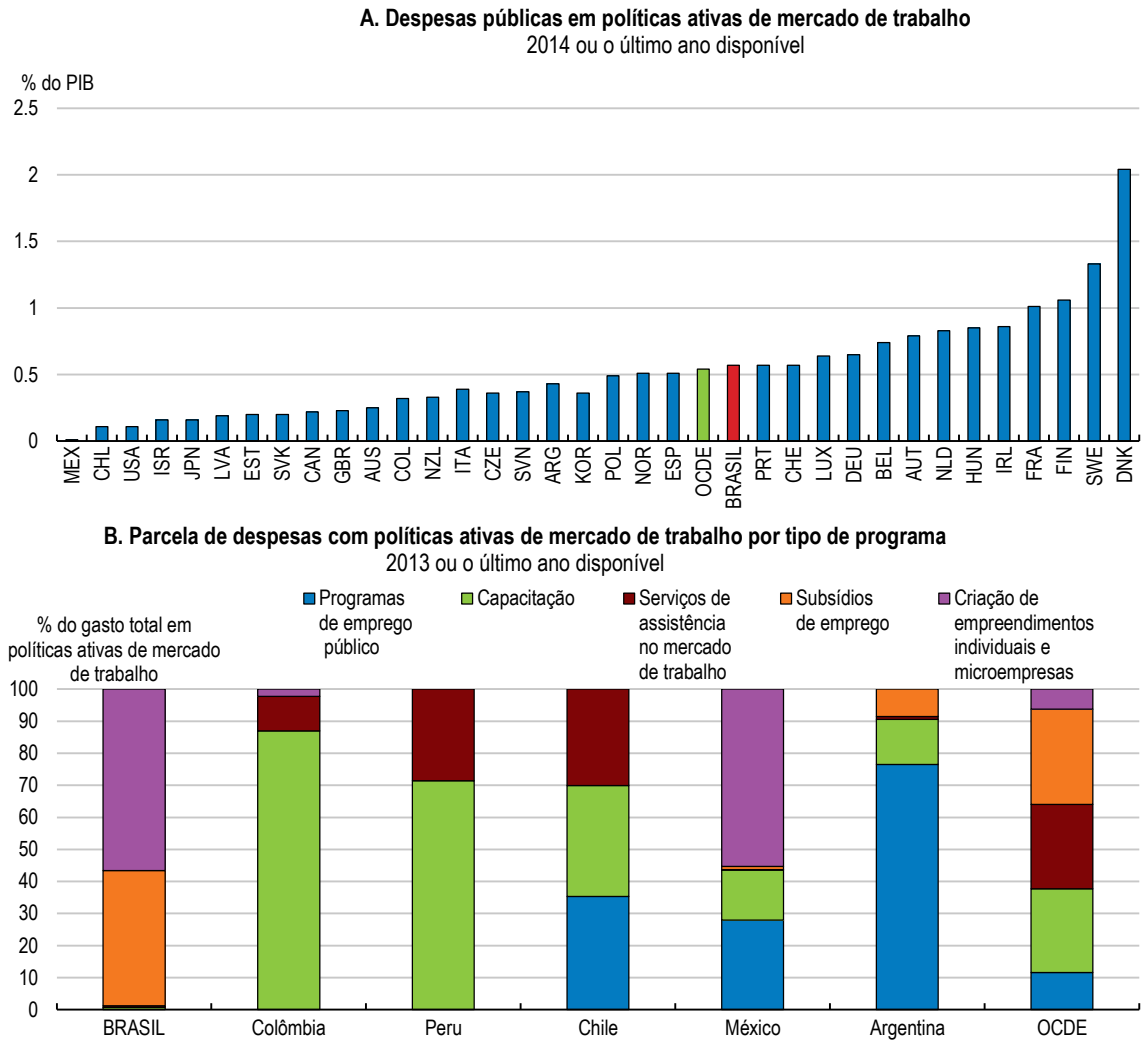
StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655700

A abertura para a economia mundial costuma ter efeitos favoráveis para os pobres nas economias de mercado emergentes (Artuc et al, 2017; Porto, 2006). No entanto, para alguns trabalhadores, as realocações envolverão a necessidade de busca de outro

emprego. O Brasil tem altas taxas de rotatividade de emprego, com um terço dos funcionários mudando de emprego dentro de um ano (Assunção et al., 2017; DIEESE, 2014). Isso se deve em parte aos incentivos do sistema de segurança contra o desemprego - FGTS. Assim, maior rotatividade nas empresas no período de ajuste é provavelmente um fardo administrável para aqueles que encontram um novo emprego no mesmo setor. No entanto, quando setores inteiros contratam e os trabalhadores precisam aprender novas habilidades, os custos do ajuste podem ser mais substanciais. Análises empíricas usando a variação exógena das taxas de câmbio para substituir mudanças em proteção comercial eficaz sugerem que isso afetaria somente um número muito limitado de setores, incluindo vestuário e têxteis, máquinas e produtos metalúrgicos, enquanto todos os outros setores estariam propensos a se saírem bem no enfrentamento da concorrência estrangeira mais forte (Arnold et al., 2018). Simulações de modelo realizadas por Messa (2017) também indicam efeitos de contração somente para os setores de vestuário e couro. Em outros setores, o efeito é menor ou positivo.

Para os trabalhadores afetados, políticas de mercado de trabalho ativas podem ajudar bastante a reduzir o custo do ajuste. Essas políticas, cujo foco deveria ser a proteção dos trabalhadores, não a proteção dos empregos, setores econômicos ou empresas, podem ajudar os trabalhadores a passar de um setor para outro por meio de treinamento, assistência na busca por emprego e medidas de ativação (Banco Mundial, 2013; Flanagan e Khor, 2012). Embora o gasto total com as políticas vigentes para o mercado de trabalho esteja próximo da média da OCDE, a composição desse gasto está muito centrada no apoio ao emprego independente e nos subsídios ao emprego (Figura 30). Esses programas são normalmente menos eficazes em relação ao aumento da empregabilidade futura dos participantes (Brown e Koettl, 2015). No mesmo sentido, o efeito dos subsídios ao emprego tendem a ter vida curta. Assim, deslocar os gastos para esses sistemas que apoiam a aquisição de novas capacitações, por exemplo, treinamento, daria mais suporte à preparação dos brasileiros para os novos empregos que serão criados. O treinamento pode ajudar os trabalhadores a se prepararem para novos empregos nos setores em expansão, e até mesmo melhorar suas chances de conseguir empregos mais bem remunerados. Os programas para treinamento dos trabalhadores - de modo que eles adquiram novas capacitações e se preparem para novos empregos em outros setores - estão apenas começando a ser implantados, mas devem receber prioridade. Paralelo a isso, uma forte rede de segurança pode proteger a renda durante o período de desemprego (consulte a discussão acima).

Figura 30. Um maior foco em capacitação e serviços poderia ajudar os trabalhadores

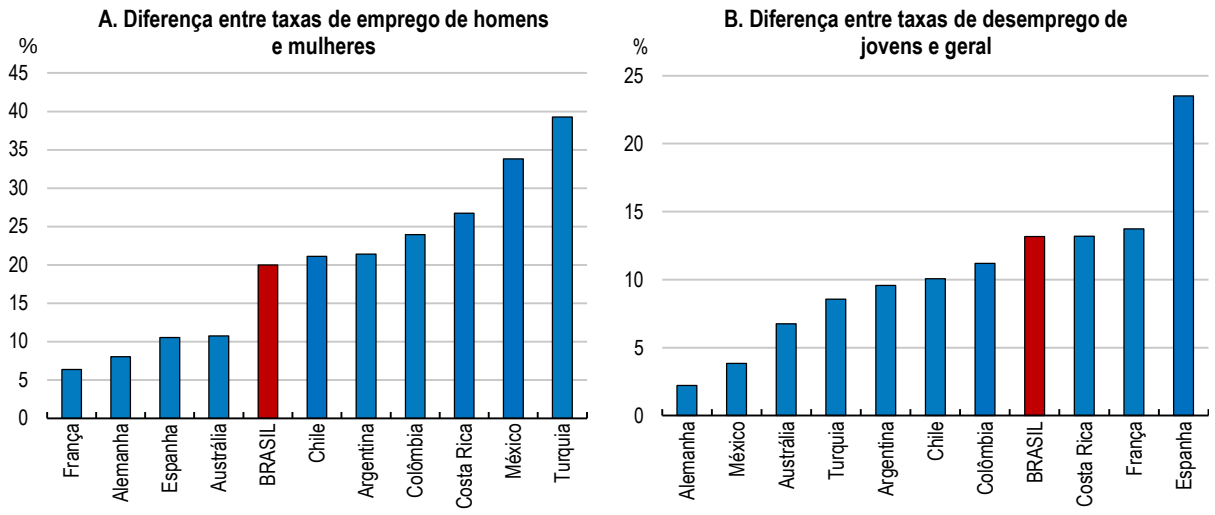


Fonte: Despesas públicas e número de participantes da OCDE no banco de dados LMP (política de mercado de trabalho); OIT; e OIT (2016) "O que funciona. Políticas de mercado de trabalho vigentes na América Latina e no Caribe."

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655719

Esforços adicionais relativos à política de treinamento também ajudarão a garantir que os benefícios da integração alcancem os jovens e as mulheres, cuja característica é possuírem um vínculo mais fraco com o mercado de trabalho (Figura 31). Políticas de mercado de trabalho ativas, com forte componente de treinamento, podem ser eficazes para reduzir as desigualdades de gênero, pois as evidências sugerem que as mulheres têm uma tendência maior a se beneficiar delas (Bergemann e van den Berg, 2007). A taxa de desemprego entre jovens no Brasil, 27%, é alta na comparação internacional; manter os jovens vinculados ao mercado de trabalho é essencial para evitar cicatrizes e exclusão social mais tarde na vida. A aquisição de capacitação é um fator crucial que determina o impacto do comércio sobre as oportunidades econômicas de mulheres e jovens (UN-IANWGE, 2011).

Figura 31. Mulheres e jovens têm vínculos mais fracos com o mercado de trabalho



Nota: Os dados do Painel A referem-se a 2015, os dados do Painel B a 2016.
Fonte: OCDEstat, ILOStat.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655738

Opções de política para fortalecimento da integração

Para definir uma agenda concreta de política para integração, é necessário pensar sobre a sequência correta e sobre o papel das negociações comerciais internacionais. Sobre o anterior, é tentador argumentar que as reformas das políticas internas para fortalecer a competitividade das empresas brasileiras deveria preceder essa maior integração. Apesar do amplo espaço para melhorias, na prática, é provável que esse argumento bloqueie o progresso no curto prazo. Dada a baixa perspectiva de crescimento na ausência de reformas estruturais, o Brasil não pode ficar parado até que ocorra o consenso político sobre todas as agendas de reforma interna. Em vez disso, a redução gradual, mas viável, das barreiras comerciais deveria ser anunciada imediatamente, dando tempo às empresas nacionais para se adaptarem. As iniciativas atuais para aperfeiçoar o ambiente de negócios também serão úteis na transição para uma economia mais aberta.

Uma questão semelhante se levanta em relação ao alavancamento da abertura comercial para negociar melhor acesso ao mercado com os parceiros comerciais. O Brasil é membro do bloco econômico MERCOSUL, o que ajudou a fortalecer as ligações comerciais com outros membros do bloco, em particular com a Argentina. Ao mesmo tempo, a troca de mercadorias e serviços com o restante da região é fraca (FMI, 2017c). A integração regional poderia se beneficiar de negociações com outros blocos comerciais e países da região, como a Aliança do Pacífico e o México. Além da redução das barreiras tarifárias - as quais, no caso do Brasil, são significativamente mais baixas com respeito ao comércio com os países da região do que com os países de fora - a convergência das regras comerciais e das normas regulatórias também poderia desempenhar um papel importante. Finalmente, a relativamente baixa integração comercial entre os países da América Latina é devida a fatores geográficos e baixo investimento em infraestrutura. Isso destaca a importância de aprimorar a qualidade da infraestrutura de transporte, a eficiência da administração alfandegária e a qualidade dos serviços de logística (FMI, 2017c).

Para além da América do Sul, mais integração com grandes mercados estrangeiros teria um forte potencial de promover a concorrência e facilitar o acesso a bens intermediários. Atualmente, o Brasil tem acordos bilaterais com apenas cerca de 10% do PIB mundial, enquanto o Peru e o Chile têm acordos comerciais que cobrem cerca de 70 a 80% do PIB mundial. Negociações como as que estão sendo realizadas no momento entre o Mercosul e a União Europeia/EFTA são iniciativas importantes em que o Brasil deveria desempenhar o papel de líder, beneficiando-se da janela de oportunidade apresentada pelos recentes esforços políticos da Argentina de fomentar maior integração com a economia global.

Ao mesmo tempo, o ritmo glacial das negociações comerciais sugere que avanços unilaterais sejam feitos ao mesmo tempo que as negociações bilaterais, de acordo com um cronograma preestabelecido tanto para tarifas como para regras de conteúdo nacional, as quais deveriam ser eliminadas sem demora. Muitos países asiáticos seguiram uma estratégia de liberalização unilateral - além da realização de acordos regionais e bilaterais - com tarifas reduzidas para atrair investimentos (Baldwin, 2006).

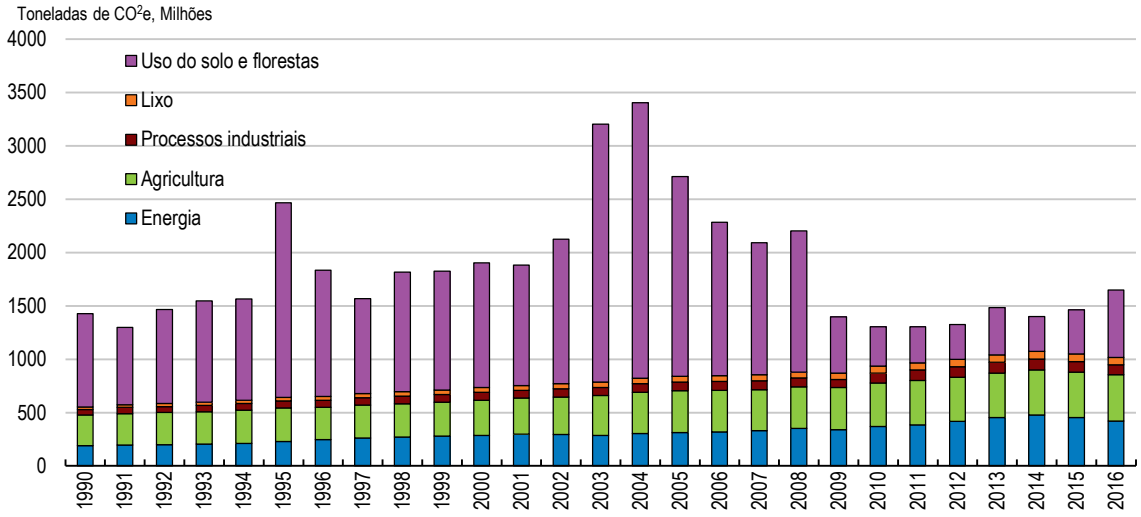
Tabela 6. Recomendações anteriores da OCDE sobre a melhoria do ambiente de negócios

Recomendações	Medidas tomadas desde a realização do Relatório 2015
Consolidar os impostos estaduais e federais sobre o consumo num único tributo sobre o valor agregado com uma ampla base, reembolsos totais do IVA pago com insumos e aplicação de taxa zero às exportações.	Nenhuma medida foi tomada.
Reduzir o nível de proteção comercial de forma contínua, baixando as tarifas e reduzindo as regras de conteúdo nacional.	As exigências de conteúdo nacional foram reduzidas nos setores de petróleo e gás.
Fortalecer a concorrência, otimizando a regulamentação dos mercados de produto e implantando reduções planejadas sobre regulamentações de entrada.	Nenhuma medida foi tomada.
Aperfeiçoar a capacidade técnica e o planejamento das concessões de infraestrutura em todos os níveis do governo. Preparar pacotes de licitações mais detalhados antes de abrir o concurso.	Nenhuma medida foi tomada.
Expandir a participação em treinamento profissional para aliviar a escassez de trabalhadores com qualificação técnica.	A participação no programa PRONATEC aumentou, com 67% de participação das mulheres; mas, às vezes, a oferta de treinamento não foi bem alinhada com as necessidades do mercado de trabalho.

Desafios do crescimento verde

O Brasil fez grandes progressos na redução das emissões de gás de efeito estufa e está a caminho de cumprir com sua meta de redução até 2020, correspondente a uma redução de 40% em relação a 1990. A maior parte dessa redução veio da diminuição do desmatamento em 82% na década anterior a 2014 (Figura 32). Entre as razões por trás desse progresso está o fato de que áreas significativas receberam proteção e leis mais rígidas foram aplicadas após a implantação do novo código florestal de 2012, executado por imagem de satélite.

Figura 32. Emissões líquidas do gás de efeito estufa por setor de origem



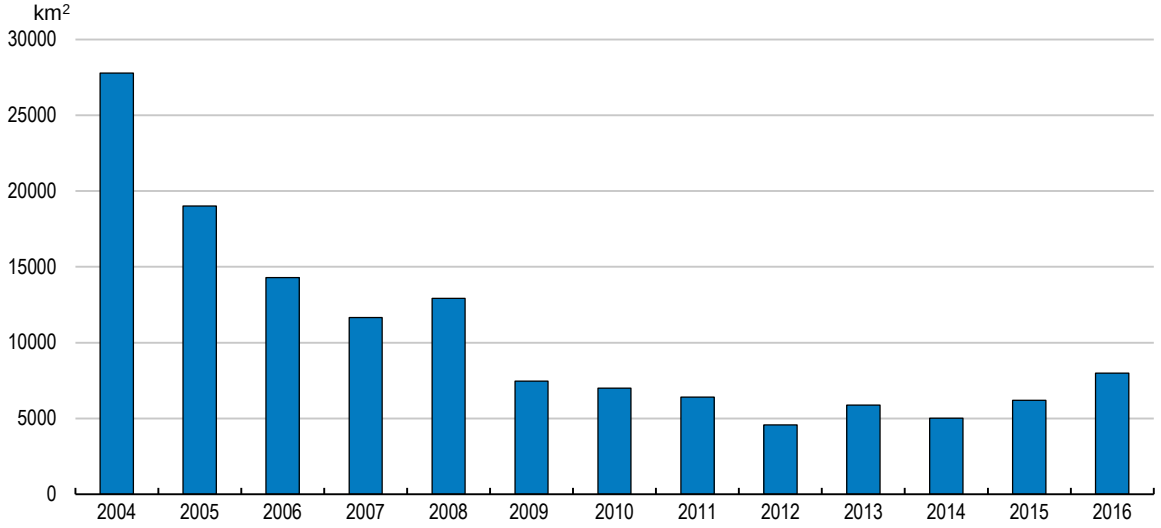
Fonte: Observatório do Clima (SEEG), http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655757

Os últimos dados, no entanto, mostram aumentos anuais de 24% e 29% em 2015 e 2016, respectivamente, o que pode ser temporário, já que o orçamento de execução foi recentemente recuperado (Figura 33). Apesar disso, uma definição mais clara das atuais prioridades ambientais poderia ser útil. E deveria incluir um claro compromisso de não-redução das áreas atualmente sob proteção ambiental. A biodiversidade dos recursos naturais do Brasil, inclusive a floresta tropical Amazônica, apresenta grandes oportunidades e potencial para impulsionar o crescimento econômico e a inclusão social em regiões que são, atualmente, economicamente atrasadas. O uso sustentável desses ativos naturais é fundamental para ajudar as pessoas dessas regiões a atingirem seu potencial produtivo. Isso inclui pessoas de origem indígena que dependem do ambiente natural para sobreviver e cujo estilo de vida depende da preservação dos habitats naturais do Brasil. A exploração mais aprofundada das possibilidades de financiamento verde permitiria financiar investimentos que geram benefícios ambientais.

Figura 33. O desmatamento está aumentando

Desmatamento da área Amazônica (definição legal), em km^2



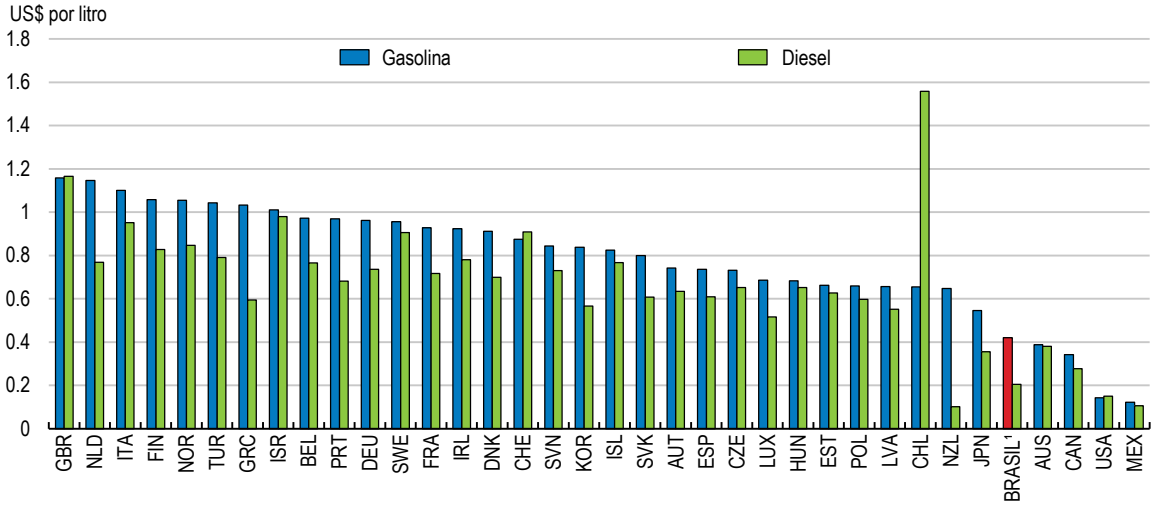
Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655776

Ao contrário das emissões por desmatamento, as emissões relacionadas a energia e agricultura aumentaram continuamente à medida que a economia, e principalmente o setor agrícola, expandiu-se. No entanto, a composição das fontes de energia é favorável, com 44% do fornecimento de energia, em 2015, vindo de fontes de energia renováveis, comparado a 9% nos países da OCDE (EPE, 2017). 62% da eletricidade vem de fontes hidroelétricas. O uso de energia em transporte está aumentando, em linha com o crescimento da frota de veículos, mas 17% do consumo de combustível é de etanol de cana de açúcar. Essa é a mais alta participação do consumo de biocombustível em todo o mundo e a maior parte dos veículos de passageiros vendidos atualmente no Brasil podem usar tanto etanol como gasolina (OCDE, 2015d; OCDE, 2015e). Os impostos sobre combustíveis fósseis aumentaram em linha com as recomendações anteriores da OCDE (Tabela 7). No entanto, esse patamar ainda é baixo, de acordo com as normas internacionais (Figura 34), e aumentá-los ainda mais poderia incentivar o uso de biocombustível. Os impostos sobre o diesel deveriam ser aumentados pelo menos até o nível dos impostos sobre o petróleo, pois não existe justificativa ambiental para os preços menores do diesel (Harding, 2014). Impostos mais altos sobre os combustíveis fósseis ajudariam a reverter o recente aumento na intensidade de CO2 da economia (Figura 35). O aumento desses impostos também faria com que o crescimento fosse mais inclusivo, pois as famílias afluentes costumam consumir mais combustíveis fósseis, enquanto os pobres estão mais expostos aos efeitos negativos sobre a saúde causados pela poluição atmosférica.

Figura 34. Os impostos sobre combustíveis fósseis são baixos na comparação internacional

Alíquota de imposto em dólar por litro, 2015 Digite o subtítulo aqui.



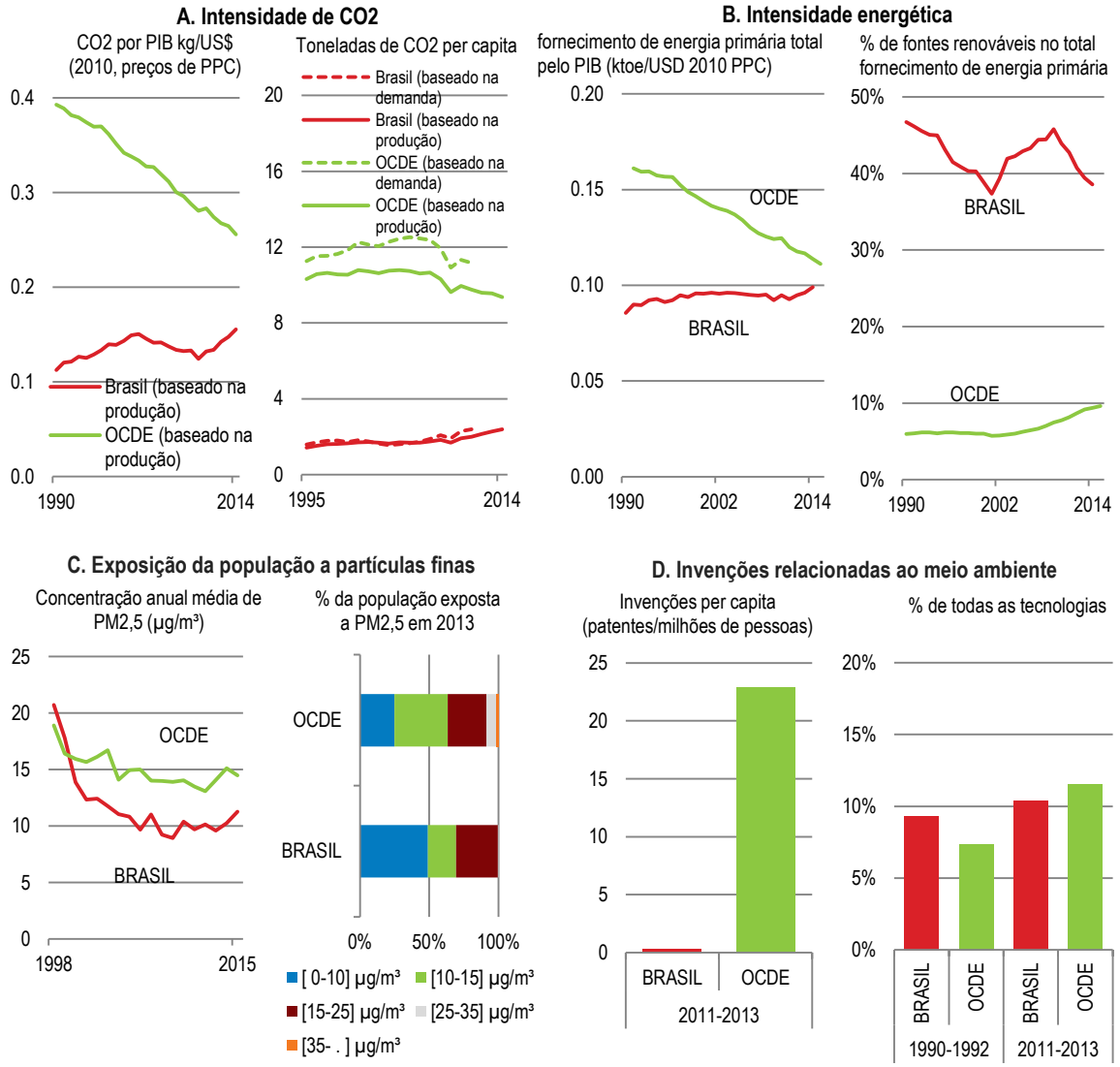
Nota: os dados do Brasil referem-se a 2016.
Fonte: Banco de dados de tributos OCDE, Petrobrás.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655795

Tabela 7. Recomendações anteriores da OCDE sobre o crescimento verde

Recomendações	Medidas tomadas desde a realização da Relatório 2015
Considerar aumentar ainda mais os impostos sobre combustíveis.	Os impostos sobre combustíveis aumentaram em 2017, mas ainda estão baixos na comparação internacional.
Evitar o ressurgimento de subsídios implícitos ao petróleo em caso de possíveis aumentos de preço, ajustando regularmente o preço do petróleo.	Subsídios implícitos ao petróleo não retornaram.

Figura 35. Indicadores de crescimento verde



Fonte: OCDE (2017), Indicadores de Crescimento Verde, Banco de dados de Estatísticas Ambientais da OCDE; Contas Nacionais da OCDE (banco de dados); AIE (2017), Banco de dados de Estatísticas e Saldos de Energia Mundial da AIE (Agência Internacional de Energia); OCDE (2017) Banco de dados Contas Nacionais; OCDE (2017), Exposição à poluição atmosférica, Banco de dados de Estatísticas Ambientais da OCDE; OCDE (2017), Patentes: Desenvolvimento de tecnologia, Banco de dados de Estatísticas Ambientais da OCDE.

StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888933655814

Bibliografia

Acemoglu, D., S. Johnson and J. Robinson (2005), "Institutions as a fundamental cause of long-run growth", Aghion, P. and S. Durlauf (eds.) *Handbook of Economic Growth*, Volume IA, Elsevier Publishing.

Amiti, M. and J. Konings (2007), "Trade Liberalization, Intermediate Inputs, and Productivity: Evidence from Indonesia," *American Economic Review*, 97(5).

Andrews, D., M. Adalet McGowan and V. Millot (2017), "The Walking Dead? Zombie Firms and Productivity Performance in OECD Countries", *OECD Economics Department* Working Papers No 1372, OECD Publishing, Paris.

Araújo, S. and D. Flaig (2017), "Trade Restrictions in Brazil: Who Pays the Price?", *Journal of Economic Integration* 32(2).

Arnold, J., A. Gonzalez-Pandiella and M. Bueno (2018), "Much to gain and little pain: Evaluating economic effects of a stronger integration into the global economy in Brazil", *OECD Economics Department Working Papers*, forthcoming, OECD Publishing, Paris.

Arnold, J. and M. Bueno (2018), "Raising the effectiveness of social transfers in Brazil", *OECD Economics Department Working Papers*, forthcoming, OECD Publishing, Paris.

Arnold, J. and L. Flach (2018), "Structural reforms to boost productivity in Brazil: Empirical findings from firm-level data", *OECD Economics Department Working Papers*, forthcoming, OECD Publishing, Paris.

Artuc, E.,G. Porto and B. Rijkers (2017). "Trading-off the Income Gains and the Inequality Costs of Trade Policy," mimeo.

Assunção, J., R. Cayres Pinto and G. Gonzaga (2017), "Tenure-dependent firing costs and turnover in Brazil", mimeo, *Department of Economics*, PUC-RIO, Rio de Janeiro.

Azevedo Sodré, A., M. F. Colaço Alves (2010), "Relação entre Emendas Parlamentares e Corrupção Municipal no Brasil: Estudo dos Relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria-Geral da União", *Revista de Administração Contemporânea* 14 (3), pp. 414-433.

Baldwin, Richard, 2006, "Multilateralising Regionalism: Spaghetti Bowls as Building Blocs on the Path to Global Free Trade," *The World Economy* 29(11), pp. 1451-1518.

BCB (2015), *Relatório de Inclusão Financeira*, Nº3–2015, Central Bank of Brazil, Brasília. Available at http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2015EN.pdf.

BCB (2017), *Financial Stability Report*, Central Bank of Brazil, Bras;ilia, April 2017, Available at http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB .

Bergemann, A. and G.van den Berg (2007), "Active Labour Market Policy Effects for Women in Europe - A Survey", *IZA Discussion Papers* No. 2365, IZA - Institute of Labor Economics, Bonn, Germany.

Bersch, K., S. Praça and M. Taylor (2017) "State Capacity, Bureaucratic Politicization, and Corruption in the Brazilian State," Governance 30(1), pp.105-124.

BNDES (2017), "A indústria, o PSI, o BNDES e algumas propostas", *Textos para discussão*, No. 114, Rio de Janeiro, https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11534.

Boas, T., F. Hidalgo and N. Richardson (2014), "The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil", *The Journal of Politics*, Vol. 76, No. 2, April 2014, Pp. 415–429.

Bonomo, M., R. Brito and B. Martins (2014), "Macroeconomic and Financial Consequences of the After Crisis Government-Driven Credit Expansion in Brazil", *Working Paper Series*, no. 378, Central Bank of Brazil, Brasilia.

Brambilla, I., N. Depetris Chauvin and G. Porto (2016), "Examining the Export Wage Premium in Developing Countries", *Review of International Economics*, http://dx.doi.org/10.1111/roie.12231.

Brown, A. J. G. and J. Koettl (2015), "Active labor market programs - employment gain or fiscal drain?", *IZA Journal of Labor Economics*, 4(12).

Busso, M., L. Madrigal and C. Pagés (2013), "Productivity and resource misallocation in Latin America," *The B.E. Journal of Macroeconomics*, De Gruyter, 13(1), pp. 1-30.

Castilho, M. and P. Miranda (2017), "Tarifa aduaneira como instrumento de política industrial: A evolução da estrutura de proteção tarifária no Brasil no período 2004-2014", Messa A. and I. Machado (eds), *Política Comercial Brasileira em Análise*, IPEA, Brasilia.

Castro, F. A. (2014), "Imposto de Renda da Pessoa Física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição", Master Thesis, University of Brasilia, Brasilia.

CEMEC (2017), “Recuperar poupança do setor público para retomar o crescimento. Investimento e poupança na economia brasileira: 2000-2016” ", Centro de Estudos de Mercado de Capitais Nota, 6/2017, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, Rio de Janeiro, http://ibmec.org.br/instituto/wp-content/uploads/2014/10/NOTA-CEMEC-03-DESAFIO-RECUPERAR-POUPAN%C3%87A-DO-SETOR-PUBLICO.pdf

CNI (2014), *Custo tributário dos investimentos: as desvantagens do Brasil e as ações para mudar*, Confederação Nacional da Indústria , Brasilia.

CNJ (2016), “Justicia em Numeros: ano-base 2015”, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbbff344931a933579915488.pdf.

Criscuolo, C., P. N. Gal and C. Menon (2014), “The Dynamics of Employment Growth: New Evidence from 18 Countries”, *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 14, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jz417hj6hg6-en.

Criscuolo, C. and J. Timmis (2017), "The changing structure of GVCs: Are central hubs key for productivity?", 2017 *Conference of the Global Forum on Productivity*, Budapest, https://www.oecd.org/global-forum-productivity/events/Changing_structure_of_gvcs.pdf.

Da Ros, L. (2015), "O custo da Justiça no Brasil: uma análise comparativa exploratória", *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, Version 2, No. 9, Universidade Federal do Paraná and Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-2-n.-9.pdf.

DIEESE (2014), *Os números da Rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da RAIS 2002-2013*, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconómicos São Paulo, http://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/numerosRotatividadeBrasil.pdf.

Egert, B. (2017), “The quantification of structural reforms: extending the framework to emerging market economies”, March 2017, *OECD Economics Department*, No. 1442, , OECD Publishing, Paris. Available at: http://dx.doi.org/10.1787/f0a6fdcb-en

EPE (2017), "Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional", Empresa de Pesquisa Energética, http://ben.epe.gov.br/default.aspx.

Estevão, M. and I. de Carvalho Filho (2012), “Institutions, Informality, and Wage Flexibility: Evidence from Brazil”. IMF Working Paper. WP/12/84.

Flanagan, R. J. and N. Khor (2012), “Policy Priorities for International Trade and Jobs”, *Policy Priorities for International Trade and Jobs*, OECD, Lippoldt D. (ed.), OECD Publishing, Paris.

Gaddis, I and J. Pieters (2012), “Trade Liberalization and Female Labor Force Participation: Evidence from Brazil”, *IZA Discussion Papers* No. 6809, IZA - Institute of Labor Economics, Bonn, Germany.

Gazzoli, E.L. and A. Messa (2017), “Impacto das tarifas dos insumos sobre a produtividade das firmas brasileiras”, in: Messa, A. and T. Machado (eds.), *A Política Comercial Brasileira em Análise*, IPEA, Brasilia.

Gomez de Castro, P., E.A Fernandes and A. Carvalho Campos (2013), “The determinants of foreign direct investment in Brazil and Mexico: an empirical analysis”, *Procedia Economics and Finance*, 5, pp. 231-240.

Grossman, G. and E. Helpman (1991), *Innovation and Growth in the Global Economy*, Cambridge, MIT Press.

Hammond, G. (2012), "State of the art of inflation targeting", Handbook No. 29, *Centre for Central Banking Studies*, Bank of England, London.

Harding, M. (2014), “The Diesel Differential: Differences in the Tax Treatment of Gasoline and Diesel for Road Use”, *OECD Taxation Working Papers*, No. 21, OECD Publishing, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/5jz14cd7hk6b-en.

Harrison, G.W., T.F. Rutherford, D. Tarr, and A. Gurgel (2004), “Trade Policy and Poverty Reduction in Brazil”, *The World Bank Economic Review*, Vol. 18, No. 3, pp. 289-317.

Hsieh, C. and P. Klenow (2009), "Misallocation and Manufacturing TFP in China and India", *The Quarterly Journal of Economics*, 124(4).

IBGE (2017), Tabela 5947 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho, available at http://www.sidra.ibge.gov.br/tabela/5947

IEDI (2011), *Uma Comparação Entre a Agenda de Inovação da China e do Brasil*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial .

IEDI (2014), *A Reorientação do Desenvolvimento Industrial*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

IFI (2017a), *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, Instituição Fiscal Independente, March 2017, https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi.

IFI (2017b), *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, Instituição Fiscal Independente May 2017, https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi.

IFI (2017c), *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, Instituição Fiscal Independente, July 2017, https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi.

IFI (2017d), *Relatório de Acompanhamento Fiscal*, Instituição Fiscal Independente, December 2017, https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi. ILO (2014), "Policies for the formalization of micro and small enterprises in Brazil", Notes on Policies for the Formalization of Micro and small enterprises, Regional Office for Latin America and the Caribbean, ILO.

IMF (2017a), "Brazil: 2017 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Brazil", International Monetary Fund, *IMF Country Report* No. 17/215, Washington, DC.

IMF (2017b), "Brazil: Fiscal Transparency Evaluation", International Monetary Fund, *IMF Country Report* No. 17/104, Washington, DC.

IMF (2017c), “Cluster report - Trade integration in Latin America and the Caribbean”, *IMF Country Report* No. 17/66, Washington, DC.

Lisboa, M. B., N. A. Menezes Filhoz and A. Schor (2010), “The Effects of Trade Liberalization on Productivity Growth in Brazil: Competition or Technology?” *Revista Brasileira de Economia* 64(3), pp. 277–89, available at http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402010000300004 .

Messa, A. (2017), “Impacto de Políticas de Exigência de Conteúdo Local: o Caso do Programa Inovar-Auto”, in: Messa, A. and T. Machado (eds.), *A Política Comercial Brasileira em Análise*, IPEA, Brasilia.

Mohallem, M. and C. Ragazzo, (2017), "Diagnóstico institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção", *DIREITO RIO - CJUS: Livros*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, http://hdl.handle.net/10438/18167 .

Monteiro, J. and J. Assunção (2012), "Coming out of the shadows? Estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality in Brazilian microenterprises", *Journal of Development Economics* 99(1).

OECD (2010a), *Competition Assessment Toolkit*, version 2, OECD Publishing, Paris, http://www.oecd.org/competition/assessment-toolkit.htm .

OECD (2010b), *Collusion and Corruption in Public Procurement*, OECD Publishing Paris.

OECD (2012a), *Latin American Network on Corporate Governance of State-Owned Enterprises (SOEs)*, Background Note, 2012 meeting of the Latin American Network on Corporate Governance of State-Owned Enterprises.

OECD (2012b), *Recommendation of the OECD Council on Fighting Bid Rigging in Public Procurement*, http://www.oecd.org/daf/competition/RecommendationOnFightingBidRigging2012.pdf .

OECD (2012c)," Closing the gender gap: Brazil", OECD Publishing, Paris.

OECD (2014), *Fighting corruption and promoting competition*, OECD Publishing, Paris.

OECD (2015a), Pensions at a glance, OECD Publishing, Paris.

OECD (2015b), *OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises*, OECD Publishing, Paris.

OECD (2015c), *Measuring Trade in Value Added: An OECD-WTO joint initiative*, Database, oe.cd/tiva, last accessed July 2015.
OECD (2015d), *OECD Environmental Performance Review: Brazil*, OECD Publishing, Paris.
OECD (2015e), *Taxing Energy Use in the OECD and Key Partner and Associate Countries*, OECD Publishing, Paris.
OECD (2015f), *PISA 2015 Results (Volume I): Excellence and Equity in Education*, OECD Publishing, Paris.
OECD (2015g), *OECD Economic Survey of Brazil 2015*, OECD Publishing, Paris.
OECD (2015h), *National Strategies for Financial Education, OECD/INFE Policy Handbook*, OECD Publishing, Paris.
OECD (2016a), *Committing to Effective Whistleblower* Protection, OECD Publishing, Paris.
OECD (2016b), *Low-Performing Students: Why They Fall Behind and How To Help Them Succeed*, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264250246-en.
OECD (2016c), *Committing to Effective Whistleblower Protection*, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264252639-en.
OECD (2016d), *Financing Democracy: Funding of Political Parties and Election Campaigns and the Risk of Policy Capture*, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264249455-en.
OECD (2016e), *The Productivity-Inclusiveness Nexus: Preliminary version*, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264258303-en .
OECD (2017a), "Pension Reform in Brazil, OECD Policy Memo", April 2017, https://www.oecd.org/brazil/reforming-brazil-pension-system-april-2017-oecd-policy-memo.pdf.
OECD (2017b), *"How to make trade work for all"*, OECD Economic Outlook, Volume 2017 Issue 1, OECD Publishing, Paris.
OECD (2017c)," International VAT/GST Guidelines", OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264271401-en.
OECD (2017d), *OECD Economic Survey of India*, OECD Publishing, Paris.
OECD (2017e)," Brazil: Follow-up to the Phase 3 report & recommendations", OECD Directorate for http://www.oecd.org/corruption/anti-bribery/Brazil-Phase-3-Written-Follow-Up-Report-ENG.pdf.
Penfold, M. et al., (2013), "Regulating Foreign Direct Investment in Latin America", Development Bank of Lation America, World Bank, http://scioteca.caf.com/handle/123456789/701 .
Pinheiro, M. C. (2013), "Inovação no Brasil: panorama geral, diagnóstico e sugestões de política" in: F. A. A. Veloso, L.V. Pereira and Z. Bingwen (org.), *Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China*, Vol. 1, p. 81-106, FGV, Rio de Janeiro.
Piza, C. (2016), "Revisiting the impact of the Brazilian SIMPLES program on firms' formalization rates", *Policy Research working paper*, no. WPS 7605, Impact Evaluation series, Washington, D.C., http://documents.worldbank.org/curated/en/901421467995383598/Revisiting-the-impact-of-the-Brazilian-SIMPLES-program-on-firms-formalization-rates.
Porto, G. G. (2006)," Using survey data to assess the distributional effects of trade policy", *Journal of International Economics*, 70(1), 140-160.
Ribeiro, E. (2016), "Brazil Financial Intermediation Costs and Credit Allocation", *Discussion Paper* (draft), Finance & Markets Global Practice, World Bank, Washington, DC.
Segura-Ubiergo, A. (2012)," The Puzzle of Brazil's High Interest Rates", *IMF Working Paper* No. 12/62, Washington, DC.
Silva, J.; R. Almeida and Victoria Strokova (2015), "Sustaining Employment and Wage Gains in Brazil - A Skills and Jobs Agenda", *Directions in Development*, Washington, DC. Available at http://doi.org/10.1596/978-1-4648-0644-5
Stone, S., J. Messent and D. Flaig (2015), "Emerging Policy Issues: Localisation Barriers to Trade", *OECD Trade Policy Papers*, No. 180, OECD Publishing, Paris.
Transparency International (2016), Corruption Perception Index 2016, Transparency International, Berlin, Germany, www.transparency.org/cpi2016 .

UNCTAD (2009), *Mainstreaming gender in trade policy*, Note by the UNCTAD secretariat, http://www.unctad.org/en/docs/ciem2d2_en.pdf.
UN-IANWGE (2011), *Gender Equality & Trade Policy*, United Nations Inter-Agency Network on Women and Gender Equality , Resource Paper, www.un.org/womenwatch/feature/trade/ .
World Bank (2013), *World Development Report 2013*, World Bank, Washington, D.C.
World Bank (2014), *Enterprise Surveys*, World Bank Group, Washington D.C., http://www.enterprisesurveys.org/data/exploreeconomies/2009/brazil.
World Bank (2016), *Brazil Systematic Country Diagnostic: Retaking the path to Inclusion, Growth and Sustainability*, World Bank, Washington, D.C.
World Bank (2017), Um ajuste justo – Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil, Volume I: Síntese, November 2017.
World Bank (2018)," Growth and jobs: Brazil's productivity agenda", *Forthcoming*.
WTO (2017) "Brazil — Certain Measures Concerning Taxation and Charges", *WTO Panel Reports* DS472 and DS497, http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/472_497r_e.pdf.